

HISTÓRIA PARA ESA 2022



CURSO EXTENSIVO

BRASIL IMPÉRIO I



Prof. Marco Túlio

AULA 02

17 DE NOVEMBRO DE 2020

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. O PERÍODO JOANINO (1808-1821)	4
2.1. As primeiras transformações	4
2.2. As transformações culturais	5
2.3. A Revolução Pernambucana (1817)	6
2.4. Política externa	7
2.5. Revolução Liberal do Porto (1821)	7
3. RUPTURA POLÍTICA (1822)	8
3.1. As guerras de independência e o reconhecimento externo	10
4. PRIMEIRO REINADO (1822-1831)	12
4.1. Constituição de 1824	13
4.2. Confederação do Equador (1824)	15
4.3. Crise do Primeiro Reinado	15
5. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)	17
5.1. Regências Unas	18
5.2. Revoltas do período regencial	19
5.3. O golpe da maioria	26
7. LISTA DE QUESTÕES	27
7.1. ESA	27
7.2. EsFCEx e Espcex	43
7.3. Inéditas	49
8. GABARITO	58
8.1. ESA	58
8.2. EsFCEx e Espcex	58
8.2. Inéditas	59
9. LISTA DE QUESTÕES COMENTADA	59
9.1. ESA	59
9.2. EsFCEx e Espcex	93
9.3. Inéditas	102
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
11. REFERÊNCIAS	120



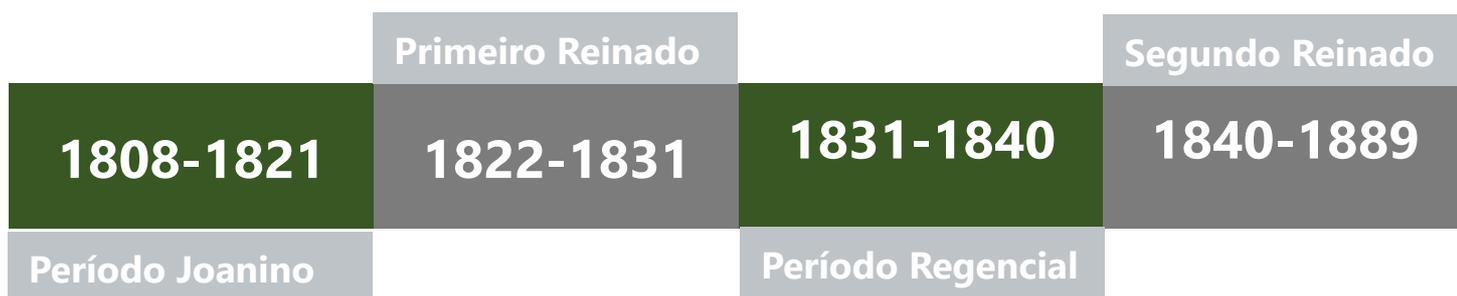
1. INTRODUÇÃO

Caro aluno,

Seja bem-vindo à terceira aula do nosso curso de História para a ESA 2022!

Aqui falaremos sobre três períodos decisivos para a formação do Brasil independente: o período joanino, o Primeiro Reinado e o período regencial. Para situá-los cronologicamente, acompanhe o esquema abaixo:

ATENÇÃO
DECORE!



A abordagem dada pela ESA possui grande preocupação em situar os acontecimentos que contribuíram significativamente para o processo de emancipação política do Brasil e para a formação do Estado brasileiro, então atenção a todos os detalhes que abordaremos aqui! Além disso, como estamos nos preparando para uma escola militar, é importante nos atentarmos para o papel das Forças Armadas ao longo do período!

Se algo não ficar claro, não se esqueça de me procurar em nosso Fórum de Dúvidas!

Bons estudos,

Prof. Marco Túlio



2. O PERÍODO JOANINO (1808-1821)

No início do século XIX, o continente europeu se viu ameaçado pela expansão do Império Napoleônico, que conquistou diversos territórios e destronou diversos reis absolutistas. A Marinha britânica parecia ser o único obstáculo para a consolidação do poderio francês, o que levou o imperador a decretar, em 1806, o **Bloqueio Continental**, fechando o continente europeu à Inglaterra. Com isso, ele objetivava sufocar a economia inglesa, e conseqüentemente, sua supremacia.

Para Portugal, país economicamente dependente dos ingleses, o cumprimento do Bloqueio Continental poderia representar sua falência, além de colá-lo à mercê de uma possível represália dos aliados comerciais. Por outro lado, ignorá-lo significaria uma declaração de guerra contra a França. Naquele momento, quem ocupava o trono português era D. João, regente de Portugal desde que sua mãe, D. Maria I, passou a sofrer de um transtorno mental.

Diante da indecisão do governante de Portugal, Napoleão enviou tropas para invadir o país, comandadas pelo general Junot. Sem condições de resistir ao ataque D. João tomou uma atitude radical: transferir a Corte portuguesa para o Brasil, com o apoio tático dos ingleses. Com isso, ele se tornaria o primeiro monarca europeu a pisar nas Américas.



Figura 1 - Debret, Jean Baptiste, 1768-1848.
D. João, coroado imperador no Brasil.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

A fuga da Corte, em novembro de 1807, trouxe importantes conseqüências para o Brasil. Ela preparou o caminho para a **independência do domínio português**, ainda que isso tenha sido acompanhado do aumento da dependência econômica em relação à Inglaterra.

2.1. As primeiras transformações

Ao final de janeiro 1808, quando a Corte aportou em Salvador, D. João decretou a **abertura dos portos às nações amigas**, o que extinguiu o monopólio colonial português (pacto colonial) e concedia liberdade comercial para os comerciantes luso-brasileiros instalados na Colônia. No mesmo ano, o governante decretou a **extinção do Alvará de 1785**, que até então limitava a instalação de manufaturas no Brasil.

Já em 1810, quando a Corte se instalou permanentemente no Rio de Janeiro, D. João assinou **dois tratados que favoreceram economicamente a Inglaterra: o de Amizade e Aliança e o de Comércio e Navegação**. Este reduziu para 15% a taxa alfandegária sobre os produtos importados da Inglaterra, enquanto os produtos portugueses pagavam 16% sobre seu valor, e os das demais nações, 24%. Com isso, verificou-se uma **“britanização da economia”** brasileira, afinal os portos foram abarrotados de produtos ingleses, tais como sapatos, tecidos, talheres e até patins de gelo e grossos cobertores!



ESCLARECENDO!



Embora a revogação do Alvará de 1785 concedesse liberdade industrial para o Brasil, o favorecimento dado aos itens manufaturados importados da Inglaterra representou um empecilho para que esse processo se concretizasse. Além disso, a falta de capital para se investir em máquinas e a carência de mão-de-obra especializada também contribuíram negativamente.

Os acordos mencionados também estabeleceram o direito de extraterritorialidade, ou seja, que os ingleses radicados no Brasil não se submeteriam às leis portuguesas, além de garantir-lhes liberdade religiosa, já que muitos eram protestantes. Com isso, o rei garantia que os ingleses teriam certos privilégios em relação aos seus súditos luso-brasileiros.

2.2. As transformações culturais

Quando a Corte joanina alcançou o Rio de Janeiro, a cidade não tinha mais do que 46 ruas, quatro travessas, seis becos e dezenove campos ou largos. Para abrigar os recém-chegados, foi decretada a Lei das Aposentadorias, exigindo que os proprietários das melhores edificações as desocupassem. As fachadas dos prédios escolhidos eram marcadas com a sigla PR, que significa “príncipe real”, mas entre o povo, aquelas letras significavam “ponha-se na rua” ou mesmo “prédio roubado”.

Para formar funcionários qualificados na nova sede do Império, D. João criou novas instituições de ensino, como a Escola Superior de Matemática, Ciências, Física e Engenharia, a Escola Médico-Cirúrgica e a Escola de Comércio e Administração. Também foi criado o **Banco do Brasil**, que garantiu a concessão de recursos para novos investimentos, e a **Imprensa Régia**, que editava o primeiro jornal publicado em terras brasileiras, a Gazeta do Rio de Janeiro. Embora essas publicações mantivessem um tom elogioso à Corte, em Londres, o brasileiro Hipólito José da Costa deu início à publicação do *Correio Braziliense*, que fazia forte oposição ao caráter absolutista do governante.

O período joanino também foi marcado pela **vinda de diversos artistas**, como Nicolas-Antoine Taunay, Jean Baptiste Debret, Auguste-Marie Taunay, entre outros. Muitos deles prestaram serviços ao Império Napoleônico, mas após o término dele, embarcaram rumo ao Brasil para oferecer seus serviços ao príncipe regente. Alguns historiadores denominam a comitiva de **Missão Artística Francesa**.

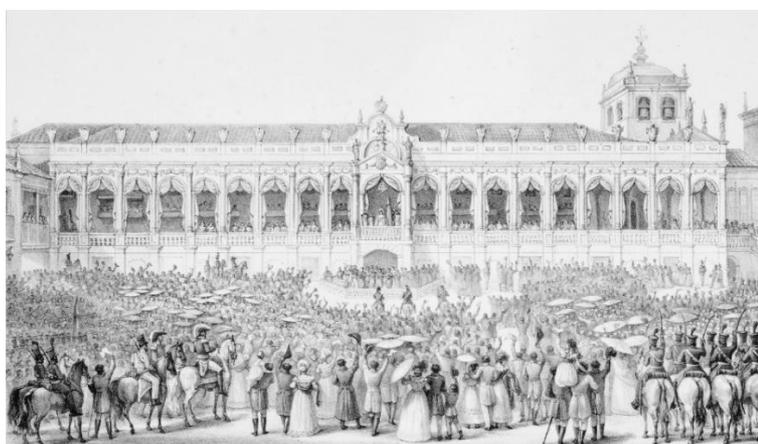


Figura 2 - Vista exterior da Aclamação de D. João VI, por Jean-Baptiste Debret. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.





Criando a nobreza da terra

Os comerciantes que já moravam no Rio de Janeiro, a maioria deles portugueses, não aceitaram de bom grado a presença dos compatriotas que, privilegiados pela Coroa, foram ocupando seus lugares. O governo percebeu que precisava amenizar tensões, atraindo os negociantes lesados bem como os proprietários de terra locais. E, para tanto, nada como um título de nobreza ou outra distinção. Desse modo, sem perda de tempo, foi criado o Registro Geral das Mercês e, em 1810, a Nobre Corporação dos Reis de Armas — para bem organizar o nascimento de uma nobreza e de uma heráldica em terras brasileiras. D. João concedeu, até seu retorno a Portugal, em 1821, nada menos que 235 títulos: onze duques, 38 marqueses, 64 condes, 91 viscondes e 31 barões. Isso sem contar a instauração da Ordem da Espada e dos títulos de grã-cruz, comendador e cavaleiro. Nesse quesito, o príncipe fez 2630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes da Ordem de Cristo; 1422 da Ordem de São Bento de Avis e 590 da de Santiago. 20 Assim, ao lado da nobreza titulada fora do país, surgia, aos poucos, uma nobreza da terra, ávida pelos mesmos símbolos de distinção. Agora era chegado o momento de efetuar os ajustes necessários para o funcionamento da máquina administrativa na nova sede.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letas, 2016.

2.3. A Revolução Pernambucana (1817)

Depois de ter passado **Insurreição Pernambucana (1645-1654)**, contra os holandeses, e da **Guerra dos Mascates (1709)**, que opôs senhores de engenho olindenses e comerciantes de Recife, Pernambuco foi palco de difusão de ideias iluministas e liberais ao final do século XVIII, que combatiam os regimes absolutistas e o colonialismo. Um dos receptores dessas novas ideias foi o padre Manuel de Arruda Câmara, fundador de uma sociedade secreta chamada **Aerópago de Itambé**. Outros clérigos também aderiram às novas teorias vindas da Europa, sobretudo aqueles vinculados ao Seminário de Olinda.

Em 1801, os irmãos Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque e Luís Francisco de Paula foram denunciados por pregarem ideias iluministas e teses emancipatórias. Apesar disso, o episódio, conhecido como **Conspiração dos Suassunas**, não gerou julgamentos ou condenações. O Aerópago do Itambé foi fechado no ano seguinte, mas ressurgiu com o nome de **Academia dos Suassunas**, sediada no engenho Suassuna.

Em 1817, de uma nova rebelião, conhecida como Revolução Pernambucana, tomou conta da região. Influenciados pelos ideais de liberdade e independência, os rebeldes se **opuseram ao aumento dos impostos** decorrentes da transferência da Corte para o Brasil.

A região havia passado por uma **grave seca em 1816**, o que trouxe prejuízos à classe produtora e fome para a população menos abastada. Somado a isso, uma **crise econômica** se instaurou diante da queda dos preços do açúcar e do algodão no mercado internacional, o que afetou os interesses econômicos das elites locais. Grupos ligados às camadas médias da região, como padres, militares, comerciantes e intelectuais, desejavam a obtenção de autonomia a partir da **fundação de uma República independente**.



Mobilizados por ideias liberais, os rebeldes derrubaram o governo local, criando um governo provisório composto por representantes das classes proprietárias, do clero e do comércio. Foi elaborada uma **Lei Orgânica**, espécie de Constituição temporária para regular o governo republicano, que extinguiu alguns impostos, concedeu o aumento de soldo aos militares, reconheceu que todos os cidadãos eram iguais perante a lei e instituiu a liberdade de imprensa e religiosa. Vale dizer que a Insurreição Pernambucana foi o **único movimento anterior à independência que conseguiu formar um governo autônomo do domínio português**.

A **escravidão não foi questionada** pelo documento, afinal ela respondia aos interesses econômicos de lideranças abastadas da Revolução Pernambucana. Diante da ameaça da expansão do movimento para o Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, D. João enviou tropas, armas e navios, derrotando os rebeldes em maio de 1817. Líderes como Teotônio Jorge, padre Pedro de Souza Tenório, Antônio Henriques e José de Barros Lima foram condenados à morte.



Figura 3 - A atual bandeira Pernambucana foi confeccionada pelos rebeldes da Revolução Pernambucana. Fonte: Fundação Astrojildo Pereira.

2.4. Política externa

A política externa da Corte joanina foi pautada por represálias à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. Em 1809, o príncipe-regente ordenou a **ocupação de Caiena (Guiana Francesa)**, que permaneceu vinculada ao Império português até 1815, quando no Congresso de Viena estabeleceu-se sua devolução.

Os interesses da Coroa portuguesa em garantir sua influência sobre a região platina voltaram-se a manifestar em 1811, quando D. João ordenou uma intervenção militar na região alegando temer uma possível ocupação dos franceses, afinal a Espanha havia sido anexada pelo Império napoleônico. Em 1816, logrou êxito em anexar a região correspondente ao atual Uruguai, denominada **Província Cisplatina**.

2.5. Revolução Liberal do Porto (1821)

Apesar da derrota definitiva de Napoleão, D. João não dava sinais de que retornaria para Lisboa. Em 1815, o Congresso de Viena, organizado pelas potências que derrotaram o Imperador francês, estabeleceu que o princípio da legitimidade, ou seja, que todos os soberanos depostos pela Revolução Francesa deveriam reocupar seus tronos. Para atender tal exigência, o príncipe regente **elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves**, fazendo com que o território americano passasse a ter o mesmo status que Portugal – ou seja, adquiria **autonomia administrativa**. No ano seguinte, devido à morte de D. Maria I, foi coroado D. João VI.

A permanência de D. João VI no Brasil causava grande desconforto aos súditos portugueses, que se sentiam abandonados pelo seu monarca e inferiorizados pela preferência dada para a Colônia. Após a expulsão dos franceses, Portugal passou a ser governado por um inglês, lorde Beresford.



Inspirados pelas ideias do Iluminismo, em agosto de 1824 eclodiu a Revolução Liberal do Porto, movimento que exigia o retorno do rei para Portugal e a convocação das Cortes portuguesas para a criação de uma Constituição. Em outras palavras, buscavam o **fim do absolutismo**.

O debate das ideias políticas que envolviam a Revolução Liberal não ficou restrito à antiga metrópole. Por meio de panfletos, folhetins e jornais, muitos brasileiros se engajaram na disputa entre “corcundas”, apelido dado aos defensores do Antigo Regime, e constitucionais. Manifestações de apoio aos revolucionários de Porto partiram do Pará e Bahia, províncias que nutriam laços firmes com Portugal. Em abril de 1821, D. João VI decidiu retornar para Lisboa, deixando como regente D. Pedro. Muitos portugueses favoráveis às decisões das Cortes passaram a se mobilizar o Brasil, formando o chamado “Partido Português”

3. RUPTURA POLÍTICA (1822)

Enquanto D. Pedro tentava governar o Brasil após o esvaziamento dos cofres públicos por D. João VI, em Portugal iniciavam os preparativos para a criação de uma nova Constituição. Entre os deputados da colônia que participaram das reuniões das Cortes em Lisboa, ficou claro que os lusos almejavam retomar a hegemonia política de todo o Império, impedindo os brasileiros de conservar um governo próprio. Em outras palavras, o fim do período joanino nos trópicos parecia sinalizar para uma **possível recolonização do Brasil, em decorrência da perda de autonomia administrativa e da liberdade econômica**.

Em 29 de setembro de 1821, as Cortes exigiram o retorno do príncipe regente para Portugal, mas este foi convencido a permanecer no Brasil pelas elites locais. A ideia de independência ganhava força entre as elites do Rio de Janeiro e de São Paulo, dispostas a manter a forma monárquica de governo para conservar a unidade territorial e os privilégios e a autonomia comercial conquistados a partir do período joanino.

Os defensores da permanência do príncipe regente integravam o chamado Partido Brasileiro. Não se trata de um partido político como entendemos hoje, mas uma corrente de opinião que incluía lideranças como **José Bonifácio**, principal articulador da independência, Gonçalves Ledo e o baiano Cipriano Barata. Eles tinham visões distintas quanto ao novo país, mas se reuniam em alguns momentos em favor da independência do Brasil.



Figura 4 - José Bonifácio, S. A. Sisson, 1861.
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

A maçonaria e a independência

Em 1822, a maçonaria brasileira estava dividida em duas grandes facções. Ambas eram favoráveis à independência, mas uma delas, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo, defendia ideias republicanas. A outra, de José Bonifácio de Andrada e Silva, acreditava que a solução era manter D. Pedro como imperador em regime de monarquia constitucional. Esses dois grupos disputaram o poder de forma passional, envolvendo prisões, perseguições, exílios e expurgos, como já se viu no capítulo “O trono e a constituinte”.

Por curiosidade e interesse em vigiar e controlar as diversas correntes políticas da época, D. Pedro participou ativamente das duas facções. Frequentava as lojas do grupo de Gonçalves Ledo reunidas no Grande Oriente do Brasil, mas também esteve na fundação do Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, dissidência liderada por José Bonifácio.

GOMES, Laurentino. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

Em janeiro de 1822, D. Pedro nomeou Bonifácio Ministro do Reino e dos Estrangeiros, tornando-o o primeiro brasileiro a assumir o cargo. O Partido Brasileiro também redigiu um abaixo-assinado, no qual mais de 8 mil brasileiros assinaram em favor da permanência de D. Pedro. Ao recebê-lo, ele teria dito: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico". O episódio ficou conhecido como o **Dia do Fico**.

Em maio de 1822, os conflitos entre D. Pedro e as Cortes se acirraram com a decisão do regente de que as decisões das últimas só seriam executadas mediante um “Cumpra-se” assinado por ele. No dia 13, o Senado concedeu ao príncipe regente o título de Defensor Perpétuo do Brasil, entregue por José Clemente Pereira.

Em 7 setembro de 1822, guiado pelas circunstâncias e aconselhado por José Bonifácio e a imperatriz Leopoldina, D. Pedro rompeu definitivamente com os laços com o Portugal. Com isso, deu continuidade ao lento processo de emancipação política iniciado em 1808, com a vinda da Família Real. Em 12 de outubro, D. Pedro foi aclamado, e em 1º de dezembro, coroado imperador constitucional do Brasil.

1808



Transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

FIM DO PACTO COLONIAL
LIBERDADE ECONÔMICA

1815



Elevação do Brasil à condição de Reino Unido

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

1822



Formalização da ruptura política

FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO



Cabe destacar que a ruptura política de 1822 não foi acompanhada de transformações na ordem social ou econômica do Brasil, afinal seus articuladores, especialmente grandes proprietários de terra e grandes comerciantes, almejavam a garantia da autonomia administrativa e a manutenção da liberdade econômica. Com isso, não se buscava a democratização das decisões, a alteração da ordem escravista ou da grande propriedade.

3.1. As guerras de independência e o reconhecimento externo

A ruptura formal com o Estado Português não representou a consolidação da independência. A ideia de que este processo teria sido pacífico trata-se de um mito, afinal as guerras pela independência duraram 21 meses, entre fevereiro de 1822 e novembro de 1823, deixando um saldo de pelo menos 2.000 de mortos por todo o Brasil.

Nas regiões Norte e Nordeste, bem como na Cisplatina, tropas portuguesas ameaçaram a consolidação do novo Estado brasileiro. No Piauí, pelo menos 200 brasileiros foram abatidos na sanguinária Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823. Outras províncias, tais como o Grão-Pará, o Maranhão e o Alagoas, mantiveram-se fiéis às cortes de Lisboa inicialmente.

Os recursos militares para garantir a independência eram poucos. D. Pedro contava com poucos e obsoletos navios de guerra e canhões, enquanto os portugueses tinham o dobro de armamentos. Faltavam também os oficiais leais para comandar as embarcações, o que levou D. Pedro a recrutar mercenários estrangeiros.

Em abril de 1823, a Esquadra Brasileira estava constituída por uma nau, quatro fragatas, duas corvetas, três brigues-escunas, doze escunas, vinte navios-transportes e canhoneiras¹. A convite do governo brasileiro, ela passou a ser comandada pelo oficial inglês **Thomas Cochrane**. Em março, ele partiu para Salvador, cidade que contava com tropas fiéis a Portugal lideradas pelo general Madeira de Melo.

Enquanto o Exército cercou a cidade por terra, enfrentando os portugueses na famosa Batalha do Pirajá, a Esquadra brasileira cortou seu abastecimento com suprimentos trazidos por navios vindos de Portugal. Com isso, em 2 de julho de 1823, os portugueses resolveram abandoná-la e retornar para a Europa. No Maranhão, Cochrane desarticulou a Junta governativa que resistia ao processo de independência, ao passo que no Grão-Pará, a resistência foi vencida pelo capitão-tentente Grenfell, em agosto de 1823.



Figura 5 - Thomas Cochrane, comandante da Marinha brasileira.

¹ MARINHA DO BRASIL. História. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/historia-0>>. Acesso em: 03 mar. 2020.



Na província Cisplatina, o chefe militar D. Álvaro Macedo comandou as forças contrárias à independência, o que levou a violentos combates com a Força Naval Brasileira em outubro de 1823. Atacando por terra e por mar, as forças brasileiras conseguiram formar um cerco que levou o último foco de resistência.

Além da dificuldade interna no reconhecimento da Independência, também era preciso obtê-lo de outros países. Os Estados Unidos foram os primeiros a fazê-lo, enquanto Portugal só fez o mesmo mediante pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas pelo Brasil, formalizado em um acordo mediado pela Inglaterra. Para pagá-la o governo recorreu a um empréstimo com a própria Inglaterra, em 1825.

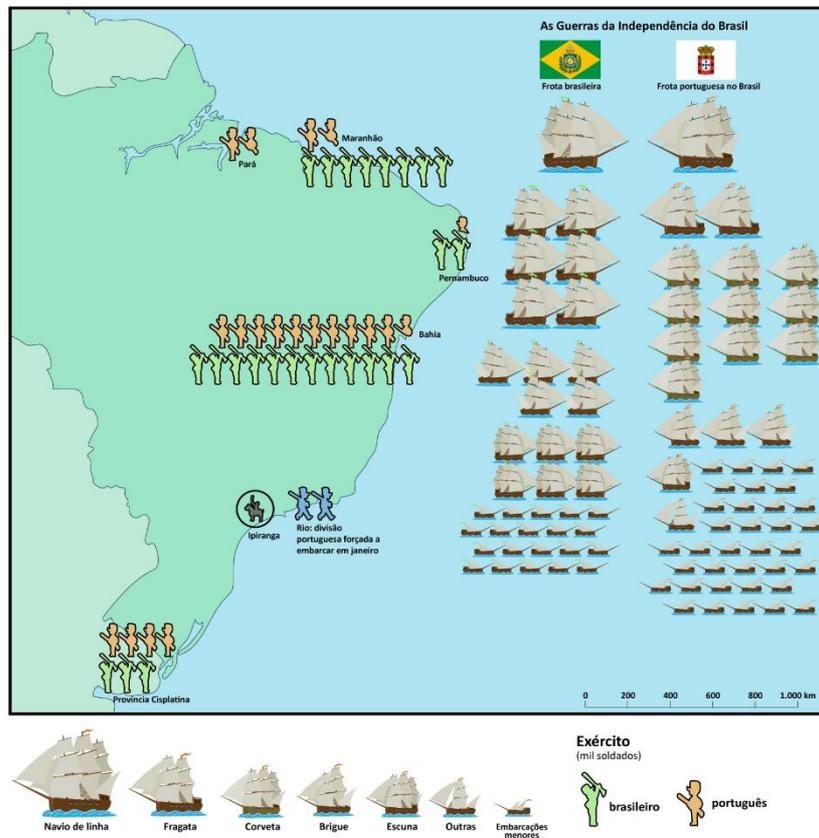


Figura 6 - Mapa das Guerras de Independência. As regiões Norte, Nordeste e Cisplatina foram os locais onde a resistência à independência se deu de maneira mais significativa.

Antes de avançarmos, que tal testar os seus conhecimentos? Você seria capaz de responder as questões abaixo?

- De que maneira o período joanino pode ser entendido como o início do processo de emancipação política do Brasil?
- Explique as principais causas e objetivos da Insurreição Pernambucana.
- O nosso processo de independência pode ser compreendido como uma revolução? Justifique.
- Explique por que o Alvará de 1785 não estimulou de maneira significativa o processo de industrialização do Brasil.



4. PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

A presença de D. Pedro I no processo de Independência garantiu a estabilidade política e a unidade territorial, duas preocupações que guiaram a ação das elites políticas no Brasil. Por outro lado, o medo da recolonização era constante, assim como a desconfiança quanto as reais inclinações políticas do monarca.

A organização do novo Estado ficou a cargo da Assembleia Constituinte, oficialmente instalada em 3 de maio de 1823. Todos os deputados eleitos eram favoráveis ao direito à cidadania plena apenas para os proprietários, assim como a maioria também não chegou a contestar a **manutenção da escravidão** no novo país.

Uma questão mais controversa era sobre o lugar da soberania no novo país. Para o grupo de José Bonifácio, chamado por alguns historiadores de conservadores, a soberania deveria ser partilhada entre os cidadãos-proprietários e o Imperador. Já para o deputado Gonçalves Ledo e outros brasileiros, ela deveria ficar restrita ao Parlamento. Por fim, um terceiro grupo, encabeçado por portugueses, acreditava que a soberania deveria ficar concentrada nas mãos do Imperador, além de não descartarem a reunificação entre Brasil e Portugal.

Outra grande polêmica era a posição do poder central diante das províncias. Naquele momento, o Imperador passou a nomear os presidentes de província, algo que foi encarado como ação despótica por políticos de algumas partes do Nordeste, de São Paulo e de Minas Gerais.

A aproximação de D. Pedro I de cortesãos e políticos naturais da antiga metrópole (Partido Português) provocou isolamento do grupo de Bonifácio, afastado do ministério em julho de 1823. No entanto, o político e seus irmãos continuaram a condenar a aproximação do monarca e portugueses na Assembleia e no jornal *Sentinela da Liberdade*. Crescia o **antilusitanismo**² entre brasileiros, que acusavam adversários de traidores da nova Nação.

O primeiro projeto constitucional da Assembleia, organizado pelo irmão de José Bonifácio, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ficou pronto em 1823. Dentre suas principais características, pode-se destacar os seguintes pontos:

- **Proibição dos portugueses de ocuparem cargos públicos**, o que mostrava o caráter antilusitano dos deputados;



Figura 7 - D. Pedro I, por Manuel de Araújo Porto-Alegre, 1826. Fonte: Museu Histórico Nacional.

² Aversão aos portugueses.



- **A limitação dos poderes do imperador**, que não teria a atribuição de dissolver o Parlamento. Além disso, as Forças Armadas passariam a responder o Legislativo;
- **Introdução do voto censitário**, limitando a participação política aos cidadãos-proprietários. A eleição se daria em dois graus: no primeiro, composto por eleitores de paróquia, era preciso comprovar renda mínima de 150 alqueires de mandioca. Eles elegiam os eleitores de província, cuja renda mínima exigida era de 250 alqueires. Por fim, estes elegiam os candidatos a deputados e senadores, que precisavam comprovar renda mínima equivalente a 500 e 1000 alqueires de mandioca, respectivamente. A forma de medição de renda a partir deste produto buscava afastar o radicalismo das camadas populares e também o Partido Português, que por prevalecer na atividade comercial, não tinha condições de comprovar renda em alqueires de mandioca. Devido a isso, o projeto ficou conhecido como **Constituição da Mandioca**.

Na noite do dia 11 para 12 de novembro de 1823, a Assembleia permaneceu em sessão permanente após portugueses espancarem um farmacêutico brasileiro, episódio que ficou conhecido como **Noite da Agonia**. A cobrança do Legislativo de explicações do Imperador foi o suficiente para D. Pedro se enfurecer, mandar cercar o prédio onde se encontravam os deputados e dissolver o órgão responsável por elaborar a Carta constitucional. Na mesma ocasião foram presos os irmãos Andrada, que partem para o exílio.

4.1. Constituição de 1824

Com o apoio de adversários do grupo de Bonifácio, D. Pedro I **outorgou** (impôs) a primeira Constituição em 25 de março de 1824. Embora não divergisse de muitos elementos existentes no projeto constitucional discutido entre parlamentares anteriormente, ela trazia uma grande diferença: além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, era introduzido um quarto poder, o **Moderador**, de competência exclusiva do imperador. Por meio dele, o monarca interferia nos demais poderes, nomeando e demitindo ministros e presidentes de província, dissolvendo a Câmara dos Deputados, escolhendo juízes e senadores e se comprometendo com certas atribuições de Justiça.

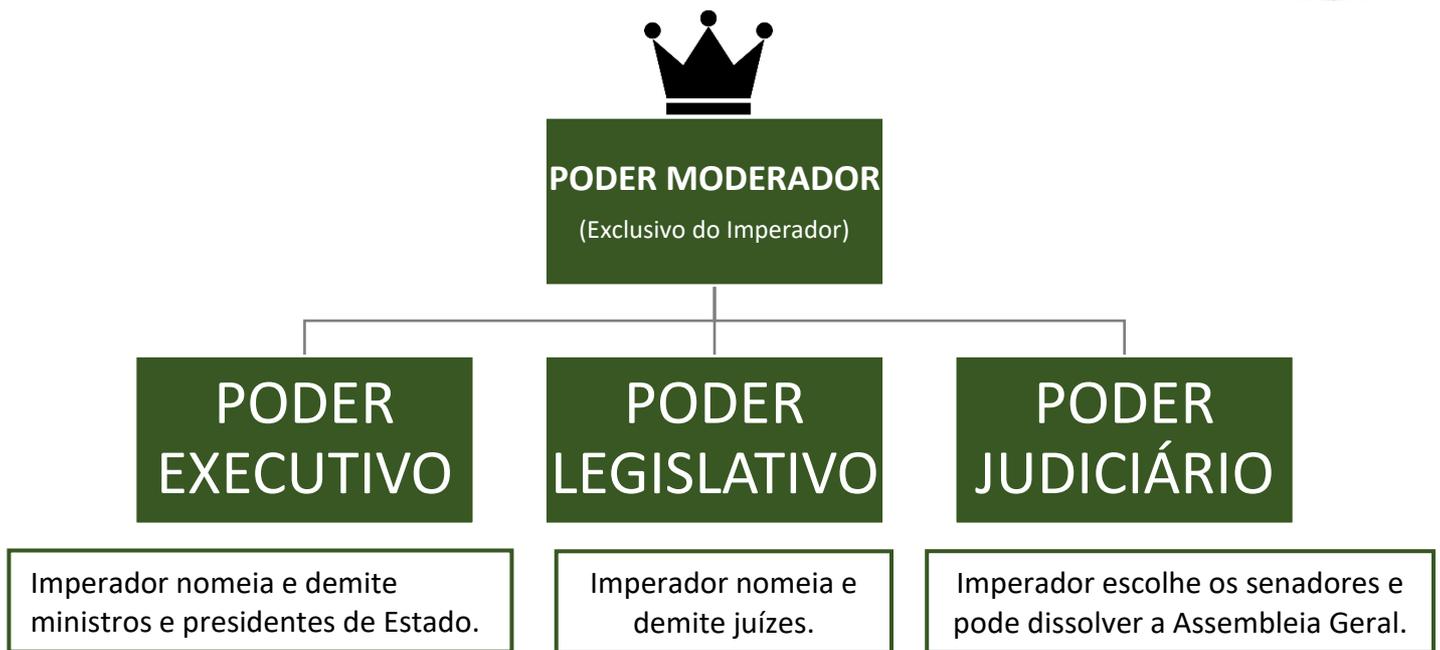


A forma de governo se definia como uma **monarquia hereditária e constitucional**, com a **administração centralizada no Rio de Janeiro**. Já o sistema eleitoral funcionava com dois graus: para participar das eleições de paróquias e províncias, o eleitor deveria dispor de renda anual de 100 e 200 mil réis, respectivamente. Para ser eleito deputado, era preciso comprovar renda anual de 400 mil réis, e para senador, de 800 mil réis. Prevalecendo o **voto censitário**, eram excluídos de participação os homens menores de 25 anos e os com renda mínima anual inferior a 100 mil réis, mulheres, indígenas e escravos.

O catolicismo foi mantido como religião oficial do Brasil, sendo as relações entre Igreja e Estado mediadas por meio do regime de **Padroado**. Com isso, os clérigos eram pagos pelo Estado, como se fossem funcionários públicos. Em troca, o imperador poderia nomear sacerdotes de vários cargos e autorizar ou não a aplicação dos decretos papais, conhecidos como bulas.

Apesar do padroado, a liberdade de culto foi assegurada pelo novo Estado, o que mostra a **influência do liberalismo** em sua elaboração. As elites políticas também tiveram assegurados os direitos à liberdade de imprensa e opinião, o direito a defesa e o direito à propriedade. A escravidão, por outro lado, não foi sequer debatida pela Constituição de 1824.





ATENÇÃO
DECORE!



CONSTITUIÇÃO DE 1824 - Principais características

- Criação de 4 Poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador;
- Poder Moderador de competência exclusiva do Imperador e capaz de interferir nos demais poderes;
- Eram considerados cidadãos homens livres e maiores de 25 anos que tivessem renda anual mínima de 100 mil reis. Analfabetos podem votar;
- Monarquia Constitucional como forma de governo;
- Regime de Padroado, que regula as relações entre Igreja e Estado;

4.2. Confederação do Equador (1824)

O autoritarismo de D. Pedro I, manifestado com a imposição da Constituição de 1824, provocou reações em Pernambuco, onde eclodiu uma revolta denominada Confederação do Equador (1824). Um de seus principais líderes, o frei carmelita Joaquim do Amor Divino Rebelo, o Frei Caneca, dizia que o poder moderador era “a chave-mestra da opressão da Nação Brasileira”. Outro líder do movimento era o jornalista baiano Cipriano Barata, que havia participado da Conjuração Baiana, da Revolução Pernambucana e da Independência do Brasil.

Os rebeldes buscavam a implantação de uma **República federalista**, ou seja, com maior autonomia para as províncias. Também defendiam o fim do tráfico de escravos, o que estimulou a participação de homens livres e pobres. As províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande Norte.

Temendo a fragmentação do território, o governo central combateu violentamente a Confederação do Equador, condenando Frei Caneca à morte por enforcamento, e quando ninguém se dispôs a aplicá-la, por fuzilamento. A brutalidade empregada na contenção do movimento contribuiu para o desgaste da figura de D. Pedro I, tido como liderança autoritária.

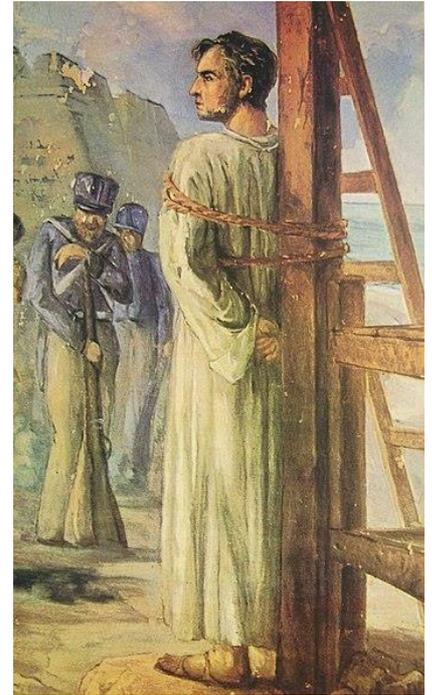


Figura 8 - A execução de Frei Caneca, por Murillo La Greca, 1924.

4.3. Crise do Primeiro Reinado

Outro conflito que eclodiu no interior do país foi a **Guerra da Cisplatina**. Situada no extremo-sul do território, a província havia sido anexada ao Brasil por D. João VI, em 1816, devido a sua importância geoestratégica na bacia do Rio da Prata, afinal ela se situa na região de foz.

Em 1825, a província deu início a um conflito pela sua independência, apoiada recebendo apoio da Argentina devido à sua pretensão de anexá-la. O conflito se estendeu até 1828, sendo um dos fatores que contribuiu para a crise política do Primeiro Reinado devido ao sangue derramado em vão e aos altos recursos gastos empregados para manter uma localidade que não possuía nenhuma identidade cultural com as demais do Brasil.

Mediado pela Inglaterra, seu processo de independência fez com que a Cisplatina se chamasse **República Oriental do Uruguai**, um Estado-tampão criado para equilibrar os interesses geoestratégicos envolvendo Brasil e Argentina.

Desde as lutas pela independência, em 1822, os jornais ocuparam um papel de destaque na mobilização das correntes políticas. Em novembro de 1830, um dos mais ardorosos adversários de D. Pedro I na imprensa, o jornalista **Líbero Badaró**, foi assassinado

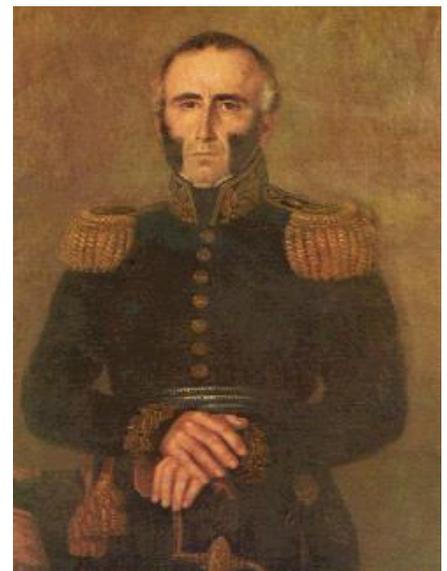


Figura 9 - Antônio Lavalleja, uma das lideranças separatistas na Guerra da Cisplatina.

por partidários da monarquia, o que gerou comoções em todo o país. Quando o imperador visitou Ouro Preto, na província de Minas Gerais, foi friamente recebido pelos seus habitantes, que homenagearam a memória do falecido. O autoritarismo do governante passava a ser criticado por cada vez mais setores.

De volta ao Rio, os partidários de D. Pedro, chamados de “pés-de-chumbo”, resolveram organizar uma recepção de apoio, mas sofreram a reação dos brasileiros (“pés-de-cabra”). Em março de 1831, os dois grupos se atacaram nas ruas do Rio de Janeiro, em um episódio que ficou conhecido como **Noite das Garrafadas**.

A crise política foi agravada em 1826, quando morreu em Portugal D. João VI e o início da **crise sucessória** naquele país. Embora D. Pedro I tivesse renunciado do trono português ao ser coroado imperador do Brasil, o temor pela recolonização se agravava, especialmente após ele cogitar o envio de tropas brasileiras para lutar pelo trono em favor de sua filha, Maria da Glória, que havia sido golpeada pelo tio D. Miguel. Irmão de D. Pedro, D. Miguel havia se comprometido a ser regente de sua sobrinha, mas usurpou o trono para si.

Para conter as manifestações contra sua figura, D. Pedro I formou o Ministério Brasileiro, mas isso não foi o suficiente. Poco tempo depois, em 5 de abril de 1831, ele o dissolveu, organizando um ministério de caráter absolutista, que ficou conhecido como Ministério dos Marqueses (ou Ministério dos Medalhões).

A troca gerou manifestações do povo e do Exército nas ruas do Rio de Janeiro, que forçaram D. Pedro I a abdicar em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, que contava com 5 anos de idade. Isolado e sem apoio, ele abdicou em **7 de abril de 1831**, partindo para Portugal para lutar pelos direitos sucessórios de sua filha e contra o irmão, D. Miguel. Para alguns historiadores, a abdicação encerrava o processo de independência iniciado em 1808, afinal sepultava a força do Partido Português no Brasil.



Figura 10 - Aclamação de D. Pedro de Alcântara por populares, no dia da abdicação de seu pai, D. Pedro I. Litografia de Thierry Frères, 1839. Fonte: Biblioteca Nacional Digital.



5. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

Quando D. Pedro I abdicou do trono brasileiro em favor de seu filho, o jovem Pedro de Alcântara contava com apenas 5 anos de idade. Dada sua impossibilidade de assumir a condução do Império, foi seguido o que ditava a Constituição de 1824: um grupo de políticos, chamados de regentes, assumiram o governo até que o jovem príncipe atingisse a maioria. Devido a isso, o período que vai de 1831 até 1840 ficou conhecido como período regencial.

Inicialmente foi formada uma **Regência Trina Provisória**, que governou o país até o momento em que a Assembleia Geral se reuniu para eleger uma nova tríade de representantes do Executivo – a **Regência Trina Permanente**. Vale destacar que como o poder moderador só poderia ser exercido imperador, ele se manteve suspenso durante todo o período.

Influenciados pela deposição de Carlos X, na França, pela Revolução de 1830, a abdicação de D. Pedro I também foi lida como um processo revolucionário pelos políticos brasileiros – a “Revolução do 7 de abril”. Mas o que fazer com este país que pela primeira vez seria dirigido por brasileiros?

Três projetos de Brasil ofereciam caminhos possíveis, inspirados nas ideias europeias do pós-1815:

- **Restauradores ou caramurus** → alinhados a uma vertente conservadora do liberalismo, negavam qualquer reforma na Constituição de 1824 e defendiam a manutenção de uma monarquia constitucional centralizada. O grupo reunia comerciantes portugueses, militares e funcionários públicos, muitos defensores do retorno de D. Pedro I. Eles criaram uma organização denominada *Sociedade Conservadora*.
- **Liberais moderados ou chimangos** → Grupo composto pela elite agrária do país, sobretudo dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Defendiam reformas que diminuíssem os poderes do Imperador, conferindo mais atribuições ao Legislativo e autonomia para o Judiciário. Também discursavam em favor de direitos civis já previstos pela Constituição, nada que ameaçasse a ordem imperial. Eram monarquistas constitucionais que defendiam certa autonomia para as províncias. Eles criaram uma organização denominada *Sociedade Defensora*.
- **Liberais exaltados ou jurujubas** → Reivindicavam a instauração de uma república federativa no país, a extensão da cidadania para todos os homens livres, o fim da escravidão e até uma espécie de reforma agrária. O grupo era formado por membros das camadas médias urbanas, o que incluía advogados, militares e jornalistas. Eles se organizaram nas chamadas *Sociedades Federais*.

Os grupos políticos se enfrentavam em sessões da Câmara e do Senado, mas suas ideias também repercutiam em jornais do Rio de Janeiro e das províncias de todo o Império, contribuindo para alimentar reivindicações de setores da sociedade até então excluídos de participação política.

Neste período, a figura política que merece destaque é o ministro da Justiça, padre Antônio Feijó. Dotado de amplos poderes em seu cargo, ele foi o idealizador da **Guarda Nacional**, uma milícia composta por cidadãos votantes e criada para defender a Constituição, manter a ordem pública a unidade do Império. Ela foi a força responsável pela repressão dos movimentos rebeldes que eclodiram por todo o país no período, sendo comandadas pelos grandes proprietários locais. Com isso, o poder de mando desses indivíduos foi reforçado (mandonismo).



Outro ponto a ser ressaltado é a criação do **Código do Processo Criminal**, que garantiu maiores atribuições aos juízes de paz, magistrados eleitos pelas paróquias que passam a ter o poder de julgar, prender e soltar réus em âmbito local. O Código também estabeleceu regras para o processo eleitoral e a composição da Guarda Nacional.

Em novembro de 1831, a regência trina aprovou a **Lei Feijó**, que declarou livres os escravos vindos de fora do Império e impôs penas aos traficantes. A medida buscou proibir o tráfico de escravos e estabelecia que os cativos fossem enviados de volta à África. Contudo, o contrabando continuou a acontecer nos anos seguintes, o que levou muitos historiadores a afirmarem que se tratava de uma “lei para inglês ver”, em referência à pressão feita pelos britânicos pelo fim da escravidão.

Em 12 de agosto de 1834 foi aprovado o **Ato Adicional**, que introduzia certas mudanças na Constituição aprovada dez anos antes. Vejamos seus pontos mais importantes:

- criação das **Assembleias Legislativas Provinciais**, órgãos que conferiam maior autonomia das províncias em relação ao poder central – em outras palavras, era uma medida federalista, pois descentralizava a administração do Império.
- **extinção do Conselho de Estado**, órgão consultivo do Poder Moderador;
- transformação do Rio de Janeiro, sede da Corte, em **município neutro**;
- **adoção do modelo de regência una**, sendo estabelecido mandato de quatro anos para o cargo de regente. Por apresentar tais características, para muitos historiadores acreditam que ela representou uma “experiência republicana” vivenciada durante o Império.

ATENÇÃO
DECORE!



O Ato Adicional foi fruto da conciliação entre os grupos liberais, na medida em que garantia certa descentralização administrativa por meio da criação das Assembleias Provinciais, mas também certa centralização ao adotar o modelo uno de regência. A partir deste adendo à Constituição, a classe política passou a se organizar em dois grupos:

- os **progressistas**, antigos liberais exaltados favoráveis à autonomia provincial e à descentralização política;
- e os **regressistas**, moderados e caramurus que se unem em defesa da centralização política por acreditarem que o projeto oposto ameaçava a unidade do Império.

5.1. Regências Unas

O primeiro regente uno foi o **padre Feijó**, que exerceu seu mandato entre 1835 e 1837. A passagem pelo cargo foi marcada por grandes turbulências, pois no período diversas revoltas eclodiram por todo o país. Sua renúncia representou o fim do **avanço liberal (1831-1834)**, assim denominado pelas diversas medidas liberais adotadas no período.

Após sua saída antecipada de Feijó do poder, o cargo foi ocupado por **Pedro de Araújo Lima**, líder dos regressistas. O período que segue de 1837 até 1840 ficou conhecido como **Regresso conservador**, e foi marcado pelas tentativas de findar os conflitos que assolavam o país. O gabinete Araújo Lima, apelidado de **Ministério das Capacidades**, fez aprovar a **Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840)**,



que diminuiu a autonomia das províncias ao retirar algumas prerrogativas de suas Assembleias. Ele também reviu a descentralização da Justiça promovida pelo Código Criminal ao estabelecer que a Polícia Judiciária fosse controlada pelo Poder Executivo Central e reduzir as competências dos juízes de paz.

Para as elites luso-brasileiras, a dirigibilidade do Império era uma empreitada extremamente arriscada nas primeiras décadas do século XIX. Éramos uma monarquia cercada de repúblicas por todo o continente – uma “flor exótica na América”. Diante das experiências alternativas, como garantir a unidade do Império que ainda se consolidava?

Uma outra questão se impunha à “boa sociedade”, grupo composto pelos cidadãos-proprietários brasileiros: como manter seu status quo em um território que passava por tantas mutações?

Para compreender melhor essa indagação, é preciso levar em conta o crescimento da população de escravos trazidos da África no período – somente um milhão e meio de cativos desembarcaram em terras brasileiras na primeira metade do século XIX. Fugas, ataques, assassinatos e formação de quilombos faziam do haitianismo, nome dado a uma possível revolução escrava, um temor constante. Além disso, o Estado proibiu a escravidão indígena, mas continuou a negar às populações nativas participação política ou autonomia sobre seus territórios.

Periodização do Período Regencial



5.2. Revoltas do período regencial

Entre 1831 e 1848, a unidade territorial foi posta à prova por diversas rebeliões que eclodiram por todo o Império. As primeiras foram movimentos de tropa e povo, ou seja, contaram com a participação de oficiais e das camadas populares. Eram levantes urbanos contra o alto custo de vida e a desvalorização da moeda, geralmente bastante hostis aos portugueses (antilusitanismo) devido à sua predominância no setor comercial de algumas partes do país.

A segunda onda de revoltas foi mais diversificada, resultado da descentralização político-administrativa legada pelo Ato Adicional (1834). A maioria delas chegou a penetrar nas matas e regiões longínquas dos centros urbanos, o que as tornava ainda mais difíceis de serem sufocadas.



A seguir encontram-se as mais importantes para a compreensão do período:

Conflito	Duração	Localização	Principais participantes
A Revolta dos Malês	1835	Salvador, Bahia	Escravos
Cabanagem	1835-1840	Pará	Camponeses, indígenas e escravos
Guerra dos Farrapos	1835-1845	Rio Grande do Sul	Estancieiros e charqueadores
Sabinada	1837-1838	Salvador, Bahia	Povo e tropa
Balaçada	1838-1841	Maranhão	Proprietários, camponeses e escravos.

Fonte: CARVALHO, 2012, p. 250.

Levante dos Malês (1835)

Na madrugada do dia 25 de janeiro de 1836, cerca de 600 escravizados africanos armados com porretes e armas brancas tomaram a cidade de Salvador. Eles usavam túnicas religiosas brancas (abadás) e amuletos com passagens do Alcorão no pescoço. Começava a **maior revolta de escravos** de nossa história.

A frente do levante estava a Sociedade dos Malês, nome dado a comunidade de **africanos islamizados**, que sabiam ler e escrever em árabe. Isso possibilitou a organização da revolta sem despertar a atenção das autoridades.

Os revoltosos seguiram o protocolo militar dos muçulmanos para **lutar pela sua liberdade**: não saquearam casas ou atacaram proprietários, confrontando apenas grupos armados organizados para contê-los. De acordo com um dos participantes, seu objetivo era eliminar todos os brancos e pardos da cidade, instaurando uma **ordem islamizada** e mantendo escravos de outras etnias na mesma condição.

Cerca de 70 rebeldes morreram em combate pelas ruas da capital baiana, enquanto outros 500 foram severamente punidos com castigos físicos, degredos, prisões ou morte. A eclosão da revolta acelerou a aprovação de um projeto de lei que condenava à morte o escravo que matasse ou ferisse senhores ou seus familiares.



Figura 11 - Escravo muçulmano, Jean-Baptiste Debret, 1835.

Nota do professor: Em algumas questões, a Revolta do Malês é entendida como um movimento pelo fim da escravidão, ainda que a maior parte dos historiadores aponte se tratar de um levante que defendia apenas a liberdade dos cativos muçulmanos. Se você se deparar com alguma alternativa que sugira algo do tipo, pode ser que ela seja resposta. Na dúvida, procure a menos incorreta!



Além da Revolta dos Malês, outros levantes ocorreram durante o período regencial. Vejamos outros importantes atos de resistência do período, a Revolta de Carrancas e a Revolta de Manoel Congo:

A Revolta de Carrancas (1833)

Em 1833 ocorreu o maior levante de escravos da província de Minas Gerais, nas fazendas da família Junqueira, freguesia de Carrancas. Liderados pelo escravo Ventura Mina, rebeldes se levantaram contra os castigos físicos e em busca de sua liberdade, chegando a adotar o apelido “caramuru”, utilizado pelos restauradores, para fazer frente aos senhores de escravos liberais da região. Um dos escravos que integrou ao levante, Antônio Benguela, chegou a declarar: “nós somos os caramurus, vamos arrasar tudo”.

Os escravizados possuíam origens étnicas distintas – bantus, minas e nagôs –, o que não impediu que se associassem em favor de seu projeto de liberdade. O movimento causou grande temor entre as elites do Sudeste, sendo duramente reprimido com a aplicação de duras penas aos rebeldes – 16 deles foram condenados à forca.

A Revolta de Manoel Congo (1838)

Em 1838, mais de 200 cativos fugiram de fazendas de Paty do Alferes, nas proximidades de Vassouras, região fluminense do Vale do Paraíba, liderados por Manoel Congo. Apesar de demonstrarem grande resistência, foram combatidos pela Guarda Nacional e tropas do exército, sob o comando do futuro Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva.

Após alguns dias de confronto, 60 rebeldes foram condenados a receber 50 chibatadas durante 13 dias e a andar com ferros sob o pescoço, sob o olhar atento de seus senhores. Já Manoel Congo foi condenado à forca, e executado em novembro de 1839.

Cabanagem (1835-1840)

A província do Grão-Pará, cujos limites abrangeram territórios correspondentes aos atuais Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, teve sua constituição histórica apartada das demais regiões do país. Ela foi palco de invasões francesas e holandesas durante o período colonial, levando a Coroa portuguesa a criar o **Estado do Grão-Pará e Maranhão**, em 1621. Com isso, a região passou a dispor de uma jurisdição do restante do Brasil, que por sua vez, era centralizada em Salvador.

Vimos que o processo de emancipação política do Brasil enfrentou resistências do Grão-Pará, cujos interesses econômicos fazia com que a região cultivasse mais laços com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Em 7 de janeiro de 1835, eclodiu uma revolta liderada por Antônio Vinagre e outros membros das elites locais, na qual se reivindicava maior participação nas decisões do governo central.



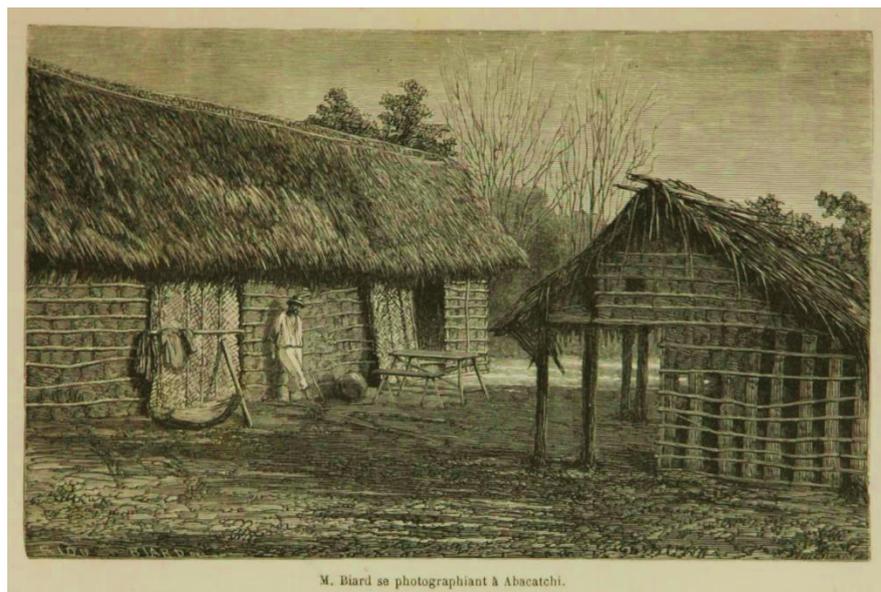


Figura 12 - Sr. Biard se fotografa em Abacaxis, 1862. A imagem mostra como eram as precárias habitações dos apelidados "cabanos".
Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Com apoio de indígenas tapuios, cabanos (moradores de precárias habitações) e negros, os revoltosos tomaram o palácio em Belém e assassinaram o presidente da província. O antigovernista Félix Antônio Malcher passou a ocupar o cargo, mas foi deposto do cargo ao buscar o realinhamento da província com a regência.

As camadas pobres envolvidas com o movimento não estavam dispostas a baixar armas até que mudanças reais fossem implementadas. Escravos amarraram senhores em troncos para castigá-los, enquanto indígenas assassinaram comandantes que os recrutavam à força. Embasados pelas ideias dos liberais exaltados, as bandeiras erguidas pelos rebeldes eram o **fim da escravidão e o direito à autonomia local**.

Quando o governo imperial recuperou a cidade de Belém, em maio de 1836, os cabanos partiram para o interior da província, onde foram perseguidos e assassinados pelas tropas governistas. Acredita-se que entre 30% e 40% da população do Grão-Pará foi exterminada no conflito, sendo que na época o número total de habitantes não passava dos 100 mil.

Revolução Farroupilha (1835-1845)

A Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, ocorreu na província do Rio Grande do Sul, e diferente dos movimentos que vimos até agora, foi protagonizada por **membros das elites**. A criação de gado e a produção de charque eram as principais atividades econômicas da região, mas há muito **estancieiros e charqueadores** reclamavam que seus produtos eram mais taxados que os oferecidos pela Argentina e Uruguai.

Em 1834, Fernando Braga foi nomeado presidente da província pelo governo regencial, nome que desagradou os proprietários locais pela sua política tributária. Os estancieiros reivindicavam mais



autonomia para elegerem seus próprios representantes, o que levou Braga a organizar tropas para conter qualquer ato de rebeldia.

A revolta se iniciou em setembro de 1835, liderada por Bento Gonçalves, considerado o nome ideal para a presidência da província, o fazendeiro Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, chamado de “*herói dos dois mundos*” devido ao seu envolvimento prévio na unificação italiana. Os rebeldes ficaram conhecidos como farroupilhas devido aos trajes esfarrapados, mas a palavra também passou a significar liberais radicais.

Em 1836, os estancieiros tomam o poder e proclamam a **República Rio-Grandense**, sendo mantidos o voto censitário e a escravidão. Depois de três anos de conflito, os farroupilhas alcançam a província de Santa Catarina, local de fundação da República Juliana.

Em 1845, após a ascensão de Pedro II ao trono brasileiro, um acordo de paz foi negociado entre o barão de Caxias e os revoltosos (o **Tratado de Poncho Verde**), no qual o governo se comprometeu a conceder anistia a todos os participantes, elevar impostos sobre o charque vindo de outras regiões e aliviar a produção nacional. Os escravos que lutaram no conflito foram alforriados, enquanto os oficiais farroupilhas foram incorporados no Exército brasileiro.



Figura 13 - Proclamação da República Rio-Grandense, por Antônio Parreiras, 1838.

Sabinada (1837-1838)

Dois anos após a Revolta do Malês, Salvador foi palco de uma nova revolta, dessa vez protagonizado pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha. Apoiado por soldados, Sabino depôs o presidente da província em 7 de novembro de 1837, proclamando a República Bahiense. Contudo, a ideia era que a República perdurasse até a ascensão de D. Pedro II ao trono, evidenciando que se tratava de uma revolta contra o governo regencial, e não contra a monarquia.



O principal elemento que contribuiu para a eclosão do movimento foi o **alistamento compulsório de cidadãos da província**, que forçava muitos indivíduos a lutar contra os rebeldes farroupilhas no sul. Tropas foram enviadas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas para conter os rebelados, resultando em conflitos que deixaram mais de mil mortos e milhares de presos. Sabino, líder do movimento, foi capturado e levado preso para o Mato Grosso.

Balaiada (1838-1841)

A província do Maranhão passava por uma grave crise econômica durante a primeira metade do século XIX, resultado da decadência da produção de algodão iniciada durante a Era pombalina. A disputa entre **cabanos (conservadores)** e **bem-te-vis (liberais)**, principais grupos políticos da região, se intensificou quando Vicente Pires de Camargo, presidente da província e partidário dos cabanos, propôs a chamada **“lei dos prefeitos”**. Para os bem-te-vis, a ideia seria utilizada para reprimi-los, afinal cada prefeito de comarca passaria indicado por Camargo passaria a ter os mesmos poderes que juizes de paz e chefes de polícia.

O estopim da revolta se deu em dezembro de 1838, quando o boiadeiro **Raimundo Gomes** (“Cara Preta”), trabalhador em uma fazenda de um bem-te-vi, teve um alguns de seus homens presos sob o pretexto de que estavam sendo recrutados para cumprir serviço militar. Na mesma ocasião, seu irmão também foi encarcerado ao ser acusado de homicídio.

Na época, o subprefeito que ordenou a prisão era José do Egito, um cabano adversário do patrão de Raimundo Gomes. Diante disso, o boiadeiro resolveu invadir a cadeia para libertar o irmão e outros presos, partindo para o interior da província. Conforme se deslocavam para fugir das forças policiais, Raimundo Gomes e seu grupo conquistavam a adesão de escravos fugitivos, miseráveis e bandoleiros, chegando a ter mais de 10.000 participantes.

Conquistando metade do norte da província, o movimento passa a contar com novas lideranças, como o ex-escravo **Cosme Bento das Chagas**, chefe um quilombo, e **Manuel Francisco dos Anjos Ferreira**, fabricante de balaios que buscava se vingar de um capitão cabano que havia abusado de suas duas filhas. A rebelião ficou conhecida como Balaiada em referência ao seu ofício.

Na cidade de Caxias, uma junta provisória foi organizada com bem-te-vis, apoiados pelos balaios. Os políticos exigiram do governo provincial a revogação da lei dos prefeitos, anistia de todos os participantes da Balaiada, expulsão dos portugueses e que fossem integrados ao Exército com os postos que integravam no movimento. Foram ignorados pelo governo, que passou a ser ocupado pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, o **barão de Caxias** – o mesmo que combateu os farroupilhas no Rio Grande do Sul.



Figura 14 - Fabricantes de balaio no século XIX, por Victor Frond. Este era o trabalho de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, um dos principais líderes da maior revolta popular do Maranhão.

Com 8.000 homens sob seu comando, o barão de Caxias conseguiu sufocar o movimento, sobretudo após oferecer anistia para os balaioes que se rendessem. Manuel Francisco morreu em combate, enquanto Raimundo Gomes foi condenado ao desterro. Cosme Vento, por sua vez, foi condenado à forca.

As Principais rebeliões da regência



Figura 15 - Mapa das principais revoltas do período regencial. O barão de Caxias esteve à frente da pacificação da Balaia e da Farroupilha.

5.3. O golpe da maioria

Em julho de 1840, era comum ouvir os seguintes versos pelas ruas do Rio de Janeiro:

“Queremos Pedro Segundo

Embora não tenha idade

A nação dispensa a lei

e viva a Maioridade.

GOLPE DA MAIORIDADE. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. pp 312 a 313.

Para muitos membros da elite letrada da época, a antecipação da maioria de D. Pedro II, na época com 14 anos de idade, era a única solução para pacificar as revoltas que assolavam o território brasileiro durante os governos regenciais.

A ideia foi capitaneada principalmente por políticos liberais de oposição a **regência de Araújo Lima (1837-1840)**, que ambicionavam retornar ao poder junto com o jovem imperador coroado. Quanto aos conservadores, na época comprometidos com a aprovação da **Lei de Interpretação do Ato Adicional**, buscaram ganhar tempo, mas também aderem à formalização da maioria. Dessa maneira, em 24 de julho de 1840 é aprovado o **Golpe da Maioridade**, que levou à coroação de D. Pedro em julho de 1841 e o retorno dos liberais ao poder.

Antes de avançarmos, que tal testar os seus conhecimentos? Você seria capaz de responder as questões abaixo?

- Cite os principais pontos da Constituição de 1824.
- Explique a causa e os objetivos da Confederação do Equador, em 1824.
- Cite os governos que compõem o período regencial e seus principais acontecimentos.
- Cite as principais transformações empreendidas pelo Ato Adicional de 1834.
- Explique o que era a Guarda Nacional.
- Descreva os principais grupos políticos formados durante o período regencial.
- Destaque as principais causas, objetivos das revoltas regenciais.



7. LISTA DE QUESTÕES



7.1. ESA

1. (ESA 2021-22)

Durante a permanência da Corte Portuguesa no Brasil (1808-1821) D. João VI tomou uma série de medidas que contrariavam os fundamentos mercantilistas do Sistema Colonial Português na América. Uma medida tomada pelo príncipe regente, nesse período, que conferia ao Brasil autonomia administrativa e selava o fim de sua situação colonial foi a:

- (A) criação da Real Academia Militar e da Marinha, além do Hospital Militar.
- (B) Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.
- (C) Abertura dos portos às nações amigas e o conseqüente fim do Pacto Colonial.
- (D) Assinatura dos tratados de comércio e navegação com a Inglaterra em 1810.
- (E) Extinção do Alvará de 1785 e a permissão para o funcionamento de indústrias no Brasil.

2. (ESA 2021-22)

Ao abdicar do trono brasileiro, em 1831, e tendo seu herdeiro ainda criança, foi estabelecido que se deveria seguir o previsto na Constituição de 1824 quanto a sucessão do trono em caso de renúncia do rei, isto é, que fosse organizada uma regência.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta entre as formas de regências estabelecidas até a maioria do herdeiro, Pedro de Alcântara

- (A) Regência Trina Provisória, Regência Trina Permanente, Regência Una de Diogo Feijó e Regência Una de Araújo Lima.
- (B) Regência Una de Diogo Feijó, Regência Una de Araújo Lima e Regência Trina Permanente.
- (C) Regência Trina Permanente, Regência Trina Provisória e Regência Uma de Araújo Lima.
- (D) Regência Trina Provisória, Regência Uma de Diogo Feijó e Regência Una de Araújo Lima.
- (E) Regência Uma de Araújo Lima, Regência Uma de Feijó, Regência Trina Provisória e Regência Trina Permanente.



3. (ESA)

O Período Regencial deu-se:

- a) durante a maioridade de D. Pedro II
- b) entre a abdicação de D. Pedro I e 1840
- c) entre a Independência e o 2º Reinado.
- d) no início da maioridade de D. Pedro II
- e) durante o 1º Reinado

4. (ESA)

As Províncias onde, durante o Império (1822-1889), ocorreram a Balaiada e a Sabinada, respectivamente, foram:

- a) Maranhão e Ceará;
- b) Ceará e Pernambuco;
- c) Pernambuco e Paraíba;
- d) Paraíba e Rio de Janeiro.
- e) Maranhão e Bahia;

5. (ESA)

Das rebeliões iniciadas no Período Regencial (1831-1840), a de maior duração foi a:

- a) Cabanada;
- b) Sabinada;
- c) Cabanagem;
- d) Balaiada;
- e) Farroupilha;

6. (ESA)

D. João, em 1808, decretou a Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas. Em consequência, essa medida no Brasil:

- a) fortaleceu os laços comerciais com Portugal
- b) dificultou a compra dos produtos ingleses
- c) determinou a decadência da lavoura canavieira
- d) extinguiu o monopólio comercial português



e) proibiu a entrada de escravos africanos

7. (ESA)

A Constituição de 1824, estabeleceu, entre os poderes, aquele que seria considerado a "chave" de toda organização política do governo de D. Pedro I. Este era o Poder:

- a) Liberal
- b) Legislativo
- c) Popular
- d) Moderador
- e) Judiciário

8. (ESA)

Foram órgãos importantes para a divulgação do movimento de Independência, durante a sua organização:

- a) comércio e indústria
- b) imprensa e indústria
- c) imprensa e Maçonaria
- d) comércio e Maçonaria
- e) indústria e imprensa

9. (ESA)

O Período Regencial Brasileiro foi uma época de agitações e rebeliões regenciais. Indique a alternativa que contém a relação correta entre o movimento e seu local de ocorrência:

- a) Sabinada - Espírito Santo.
- b) Balaiada - Ceará.
- c) Levante Malê - Bahia.
- d) Cabanagem - Goiás.
- e) Farroupilha- Paraná.

10. (ESA)

A primeira constituição do Brasil, de 1824, estabelecia uma organização do sistema político em quatro poderes. Além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, havia o poder:

- a) Absoluto.



- b) Hierárquico.
- c) Moderador.
- d) Régio.
- e) Patriarcal.

11. (ESA)

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Na prática:

- a) foi a causa da Inconfidência Mineira.
- b) nada significou para o Brasil.
- c) provocou enorme satisfação em Portugal.
- d) o Brasil volta à condição de colônia.
- e) o Brasil adquiria autonomia administrativa.

12. (ESA)

A Revolta dos Malês foi um movimento de escravos africanos, muitos dos quais eram Muçulmanos, ocorrido em 1835 na seguinte província:

- a) Maranhão
- b) Grão-Pará
- c) Bahia
- d) Pernambuco
- e) Minas Gerais

13. (ESA)

Qual importante medida administrativa foi tomada em 1834, realizada a partir da modificação na constituição brasileira?

- a) A Abertura dos Portos às nações amigas.
- b) A cidade do Rio de Janeiro tornou-se município neutro.
- c) A assinatura das Tarifas Alves Branco.
- d) A aprovação da Lei de Terras.
- e) Assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.



14. (ESA)

O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia a manufatura na colônia. O Brasil estava autorizado a desenvolver manufaturas. Contudo havia dois fatores que se tornaram um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira, os quais eram o/a (os/as)

- a) escravidão e concorrência inglesa.
- b) interesses dos cafeicultores e pecuaristas.
- c) interesses dos mineradores e dos produtores de açúcar.
- d) concorrência holandesa e os interesses dos cafeicultores.
- e) concorrência dos EUA e interesses dos produtores de café.

15. (ESA)

A política externa de D. João VI, quando imperador do Brasil, determinou que se realizassem ações militares em territórios vizinhos ao Brasil. Esses territórios foram a

- a) Guiana Francesa e a França Antártica.
- b) Guiana Inglesa e a Província Cisplatina.
- c) Guiana Francesa e a Província Cisplatina.
- d) Guiana Inglesa e a França Antártica.
- e) Guiana Francesa e a Guiana Inglesa.

16. (ESA)

Em 1831, durante o Período Regencial, em resposta às agitações militares e populares, criou-se pelos moderados o (a)

- a) Guarda Nacional.
- b) Conselho de Estado.
- c) Clube da Maioridade.
- d) Regência Una de Feijó.
- e) Código do Processo Criminal.

17. (ESA)

No dia 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição brasileira, que tinha como características o(a)

- a) religião católica e voto universal.
- b) Poder Moderador e Senado vitalício.



- c) liberdade administrativa às províncias e voto censitário.
- d) magistrados nomeados pelo imperador e religião protestante.
- e) voto extensivo às mulheres e Poder Moderador.

18. (ESA)

A formação das nações latino-americanas esteve atrelada às particularidades de seus processos de independência. A América Espanhola se fragmentou em diversos Estados autônomos. A América Portuguesa, ao contrário, não se fragmentou, mantendo sua unidade até os dias atuais. Dos fatores abaixo, o único que não contribuiu para a manutenção da integridade territorial brasileira foi a

- a) elevação do Brasil à categoria de Reino Unido junto a Portugal e Algarves.
- b) incorporação da Província Cisplatina e da Guiana Francesa por D. João VI.
- c) ação pacificadora de Caxias no combate a várias revoltas regenciais.
- d) transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.
- e) manutenção do regime monárquico após a independência.

19. (ESA)

Elemento determinante da vinda da família real para o Brasil:

- (A) invasão de Portugal pelos franceses.
- (B) Invasão holandesa
- (C) União das monarquias ibéricas
- (D) Elevação do Brasil a Reino-Unido

20. (ESA)

A guerra da Independência foi particularmente intensa nas províncias:

- (A) Sergipe e Alagoas
- (B) Minas Gerais e São Paulo
- (C) Ceará e Pernambuco
- (D) Bahia e Cisplatina



21. (ESA)

Movimento sedicioso, ocorrido no Maranhão, pacificado por Caxias:

- (A) Sabinada
- (B) Balaiada
- (C) Cabanada
- (D) Revolução Farroupilha

22. (ESA)

O Período Regencial (1831-1840) caracterizou-se politicamente por:

- (A) estabilidade de governo
- (B) instituição do regime presidencialista.
- (C) gênese das ideias republicanas.
- (D) eclosão de graves movimentos sediciosos no País

23. (ESA)

A revolta de caráter republicano, ocorrida em Pernambuco, durante o governo de D. João VI:

- (A) Revolução de 1817
- (B) Confederação do Equador
- (C) Inconfidência Mineira
- (D) Revolução Constitucional do Porto

24. (ESA)

Com relação ao 'Fico' a petição com oito mil assinaturas foi lida ao príncipe por;

- A) José Clemente Pereira
- B) Francisco de Sampaio
- C) José Bonifácio
- D) Antônio Carlos

25. (ESA)

D. Pedro I, após abdicar em nome de seu filho menor D. Pedro de Alcântara, nomeou como tutor do futuro Imperador brasileiro:



- (A) José Bonifácio
- (B) Deputado Antônio Carlos
- (C) Líbero Badaró
- (D) Senador Vergueiro

26. (ESA)

Com a morte de D. Pedro I, em 1834, desapareceu o partido:

- A) Republicano
- B) Moderado
- C) Caramuru
- D) Jurujuba

27. (ESA – Adaptada)

O período de 1831 a 1850 foi um dos mais agitados da História do Brasil, com a realização de várias revoltas no país. Assinale a revolta iniciada no governo regencial e somente sufocada após a decretação da maioria de D. Pedro II:

- (A) Sabinada
- (B) Farroupilha
- (C) Cabanada
- (D) Balaiada

28. (ESA)

No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro abdicou através do seguinte documento: "Usando do direito que a Constituição me concede declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu amado e prezado filho, o Sr. Dom Pedro de Alcântara Boa Vista, 7 de abril de 1831." Devido a este ato, assumiu o governo do Brasil na ocasião:

- (A) D. Pedro II
- (B) Padre Feijó
- (C) José Bonifácio
- (D) Uma Regência Trina Provisória



29. (ESA)

Em 28 de janeiro de 1808, o príncipe D. João expediu a Carta Régia que determinava a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas. Tal fato histórico ocorreu:

- (A) em Pernambuco
- (B) no Rio de Janeiro
- (C) na Bahia
- (D) em São Paulo

30. (ESA)

Correlacione os estados com os eventos da coluna da esquerda e assinale a resposta que contém a sequência correta:

- () Sabinada
- () Farroupilha
- () Cabanagem
- () Balaiada

1- Rio Grande do Sul

2- Rio Grande do Norte

3- Grão-Pará

4- São Paulo

5- Bahia

6- Maranhão

7- Rio de Janeiro

(A) 6 – 7 – 2 – 4

(B) 1 – 4 – 7 – 2

(C) 5 – 1 – 3 – 6

(D) 3 – 1 – 6 – 4

31. (ESA)

Dentre os deputados brasileiros eleitos para colaborar no projeto de Constituição destinado ao Reino Unido de Portugal e Algarves. Destacou-se na defesa da autonomia brasileira contra os projetos recolonizadores:

- (A) Antônio Carlos Ribeiro de Andrada



- (B) Padre Diogo Antônio Feijó
- (C) Pedro de Araújo Lima
- (D) Francisco Muniz Tavares

32. (ESA)

Os chefes da mais longa das revoluções brasileiras, a Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, ocorrida no atual Rio Grande do Sul, proclamaram a chamada República:

- (A) Juliana
- (B) Piratini
- (C) Gaúcha
- (D) Federativa

33. (ESA)

Com a Independência do Brasil tivemos a nossa primeira Constituição, que foi outorgada por D. Pedro I no ano de:

- (A) 1824
- (B) 1840
- (C) 1822
- (D) 1831

34. (ESA)

O Tratado de Comércio e Navegação de 1810, entre Inglaterra e Portugal, contribuiu para:

- (A) impedir o desenvolvimento industrial do Brasil.
- (B) Fortalecer a classe dos comerciantes portugueses.
- (C) Implantar o sistema de companhias privilegiadas.
- (D) Preservar o regime monárquico no Brasil.

35. (ESA)

A criação da Guarda Nacional, em 1831 durante o Governo Regencial, teve como um de seus objetivos:

- (A) Apoiar o governo de D. Pedro I na consolidação da Independência.
- (B) Defender a integridade das fronteiras ameaçadas de invasão.
- (C) Substituir as tropas que formavam as milícias do Exército.



(D) Conter as agitações e amotinações que perturbavam a nação

36. (ESA)

Durante a permanência de D. João VI no Brasil, o território brasileiro ampliou suas fronteiras através da anexação de:

- (A) Amapá e Acre
- (B) Uruguai e Acre
- (C) Guiana Francesa e Província Cisplatina
- (D) Sete Povos das Missões e Colônia do Sacramento

37. (ESA)

Durante a regência de D. Pedro, o ministério liderado por José Bonifácio decretou o "Cumpra-se", que determinava que:

- (A) as tropas portuguesas deveriam ser expulsas do Brasil.
- (B) D. Pedro deveria receber o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".
- (C) fosse convocada uma Assembleia Constituinte.
- (D) as leis portuguesas só teriam validade no Brasil com a autorização do Príncipe-Regente

38. (ESA)

Com relação ao reconhecimento de Independência do Brasil:

- (A) a Santa Aliança demonstrou ser favorável à independência pressionando Portugal para reconhecê-la.
- (B) a Inglaterra rompeu relações com Portugal, pois desejava a manutenção do Brasil como colônia.
- (C) os Estados Unidos foi o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil.
- (D) pela Doutrina Monroe, o Brasil deveria permanecer como colônia portuguesa.

39. (ESA)

A "Noite da Agonia" teve relação imediata com:

- (A) a dissolução da Assembleia Constituinte.
- (B) a Guerra da Cisplatina
- (C) a morte de Libero Badaró em São Paulo.
- (D) a luta entre brasileiros e portugueses, logo após a volta de D. Pedro I de Minas Gerais.



40. (ESA)

Durante o Período Regencial, um movimento na Bahia pretendia instaurar uma república provisória até a maioria de D. Pedro II. Este movimento foi denominado:

- (A) Confederação do Equador
- (B) Cabanagem
- (C) Conjuração dos Alfaiates
- (D) Sabinada

41. (ESA)

Logo após a abdicação de D. Pedro I, declinaram-se três agrupamentos políticos:

- (A) liberais, conservadores e republicanos.
- (B) democratas, monarquistas e conservadores
- (C) regressistas, progressistas e republicanos.
- (D) liberais moderados, liberais exaltados e restauradores.

42. (ESA)

Em represália ao ataque da França a Portugal, D. João VI determinou que a Guiana Francesa fosse invadida, no ano de:

- (A) 1800
- (B) 1805
- (C) 1808
- (D) 1815
- (E) 1820

43. (ESA)

A elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves (1815) permitiu:

- (A) a D. João VI prolongar sua permanência em território brasileiro.
- (B) o regresso da família real a Portugal.
- (C) a união do Estado do Brasil com os outros estados, exceto o do Maranhão.
- (D) a volta do parlamentarismo ao reino de Portugal.
- (E) a elevação de D. Pedro a Regente do Brasil.



44. (ESA)

Uma das modificações constitucionais do Ato Adicional previa:

- (A) a proibição da imprensa em noticiar os trabalhos legislativos.
- (B) que a Regência Trina fosse mantida com o referendo de eleições populares.
- (C) a decretação imediata da maioria de D. Pedro II.
- (D) a inelegibilidade dos "liberais exaltados".
- (E) que a Regência Trina se transformasse em Regência Una.

45. (ESA)

Com relação à Guerra dos Farrapos, podemos afirmar que ela:

- (A) ocorreu no Paraná, em face do grande volume de importação do charque platino.
- (B) foi favorecida pelo caráter militarizado da sociedade riograndense e pela aliança dos bandeirantes paulistas.
- (C) ocorreu no Rio Grande do Sul no ano de 1835, face aos elevados impostos territoriais e às altas taxas incidentes nas exportações de charque, couro e sebo.
- (D) visava aumentar o poder central com a diminuição da autonomia provincial.
- (E) contou com a participação efetiva de elementos da camada social mais baixa, denominada cabanos.

46. (ESA)

A burguesia portuguesa que, com a Rebelião do Porto de 1820 passou a liderar Portugal, tinha em relação ao Brasil a intenção de:

- (A) proclamar a República
- (B) extinguir a escravidão
- (C) acelerar o processo de independência
- (D) promover a recolonização
- (E) manter a liberdade de comércio, conquistada em 1808.

47. (ESA)

Integra o conteúdo da Constituição de 1824, exceto a (o):

- (A) forma de governo monárquica
- (B) religião católica
- (C) voto universal



(D) existência de quatro poderes

48. (ESA)

O assassinato do jornalista Líbero Badaró, em novembro de 1830, provocou:

- (A) uma onda de indignação nacional, repercutindo contra o autoritarismo do Imperador.
- (B) o fechamento da Assembleia Constituinte com prisão alguns deputados.
- (C) forte protesto dos portugueses contra os militares.
- (D) a decidida reação do Ministério dos Marqueses, para punir os culpados.
- (E) a derrubada do Ministério dos Brasileiros, após a Guerra da Cisplatina.

49. (ESA)

Um dos objetivos do grupo dos liberais exaltados da época regencial era:

- (A) a volta de D. Pedro I ao trono do Brasil.
- (B) A concessão de autonomia às províncias.
- (C) A manutenção da ordem pública.
- (D) A preservação da Monarquia.
- (E) O fim da escravidão.

50. (ESA)

Em janeiro de 1835, os revoltosos ocuparam a capital da Província do Pará e executaram o presidente local, juntamente com outras autoridades. Esta revolta popular foi denominada:

- (A) Farroupilha
- (B) Sabinada
- (C) Praieira
- (D) Balaiada
- (E) Cabanagem

51. (ESA)

Entre as causas da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro podem ser citadas as seguintes, exceto:

- (A) a oposição da Igreja Católica a D. Pedro I.
- (B) a tendência autoritária do Imperador.



- (C) as ligações mantidas por D. Pedro em Portugal, após 1826.
- (D) as guerras Cisplatina e a independência do Uruguai.
- (E) os conflitos políticos entre brasileiros e portugueses.

52. (ESA)

O mais importante movimento sedicioso acontecido no Primeiro Reinado foi:

- (A) a Guerra da Cisplatina.
- (B) a Confederação do Equador.
- (C) a Guerra dos Mascates.
- (D) a Cabanagem.
- (E) a Revolução do Porto.

53. (ESA)

A importante medida tomada pelo Regente D. João logo que a Família Real portuguesa chegou a Salvador, em 1808, foi a:

- (A) proibição de importação de tecidos.
- (B) Abolição da escravatura negra no Brasil.
- (C) Assinatura de um Tratado de Paz com a França.
- (D) Abertura dos portos às nações amigas.
- (E) Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

54. (ESA)

Pelo Tratado de 1810, regulando o comércio com a Inglaterra.

- (A) Portugal e Brasil tiveram grandes lucros e benefícios.
- (B) firmas brasileiras puderam se estabelecer na Inglaterra.
- (C) a Inglaterra conseguiu grandes vantagens e lucros.
- (D) a indústria brasileira e portuguesa tiveram grande expansão.
- (E) Portugal e Brasil tornaram-se potências econômicas.



55. (ESA)

Proclamada a Independência, o Brasil adotou como forma de governo:

- (A) a República Federativa e Parlamentar.
- (B) a Monarquia Absoluta , Hereditária e Divina.
- (C) a Monarquia Constitucional Parlamentarista.
- (D) a República Federativa e Presidencialista.
- (E) a Monarquia Hereditária, Constitucional e Representativa.

56. (ESA)

Em 1808, D. João VI decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Tal medida.

- (A) fortaleceu os laços comerciais entre Brasil e Portugal.
- (B) acabou com o monopólio português sobre o Brasil.
- (C) dificultou o predomínio dos produtos ingleses no Brasil.
- (D) determinou a decadência da agricultura açucareira.
- (E) determinou o reatamento de relações diplomáticas entre França e Portugal.

57. (ESA)

O movimento pela Independência do Brasil foi liderado especialmente:

- (A) pela elite latifundiária
- (B) pela massa da população
- (C) pelos próprios portugueses
- (D) pela burguesia industrial
- (E) pelos escravos

58. (ESA)

O que caracterizou de forma definitiva a ampliação da autoridade do Imperador D. Pedro I foi a criação do Poder:

- (A) Legislativo
- (B) Executivo
- (C) Judiciário
- (D) Moderador
- (E) Constitucionalista



59. (ESA)

Uma das principais causas da Revolução Farroupilha foram as(os):

- A) precárias condições de vida dos ribeirinhos amazônicos.
- B) problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos.
- C) divergências entre senhores de engenho e escravos na Bahia.
- D) péssimas condições de saneamento básico no Rio de Janeiro.
- E) problemas de relacionamento entre membros do partido liberal paulista e a regência.

60. (ESA)

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento que pode ser caracterizado como:

- a) Ter contado com a participação de portugueses e espanhóis na luta contra holandeses.
- b) Ter sido um movimento que não sofreu influência dos ideais de liberdade surgidos na Independência dos Estados Unidos da América.
- c) um movimento que provocou descontentamento entre os portugueses por causa da contenção de despesas de D. João VI, que não concedeu privilégios aos próprios portugueses.
- d) o único movimento em que os revoltosos não instalaram um governo provisório e nem defenderam o ideal republicano.
- e) o movimento que contribuiu decisivamente no processo de independência política do Brasil.

7.2. EsFCEx e Espcex

1. (2019/EsFCEx – Oficial – Administração)

Durante o Período Regencial, ocorreram reformas que ficaram conhecidas como uma "experiência republicana", mas que acabaram por desatar forças até então contidas pelo unitarismo imperial. Por quase todo o período eclodiram revoltas populares que procuraram alterar a ordem política e social estabelecida. A respeito dessas revoltas, iniciadas, exclusivamente, no Período Regencial, é correto afirmar que

- a) a Cabanagem, revolta ocorrida no Pará, reuniu índios, escravos e pobres insatisfeitos com a retirada da autonomia popular existente na região pelas assembleias gerais provinciais, criadas pelo Ato Adicional à Constituição de 1834.
- b) a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, iniciada no Rio Grande do Sul, sem a participação das elites, foi motivada pelo sentimento republicano e igualitário dos setores populares, insatisfeitos com a criação da Guarda Nacional, em 1831, da qual foram impedidos de participar.



- c) a Sabinada, desencadeada na Bahia entre 1837 e 1838, foi uma revolta republicana liderada por Francisco Sabino, que pretendia unir as forças populares ao levante dos maleses, negros islamizados, que se revoltavam desde 1834.
- d) a Balaiada, ocorrida no Maranhão e no Piauí, reuniu setores populares, como camponeses, vaqueiros e escravos, liderados pelo fabricante de cestos Manuel Francisco e o negro Cosme Bento.
- e) a Rebelião Praieira, que eclodiu em Pernambuco entre 1848 e 1849, foi um movimento de cunho nitidamente social, com forte sentimento antilusitano, tendo sido assim denominada devido ao fato de a sede do núcleo revoltoso se situar na rua da Praia.

2. (2018/EsFCEEx – Oficial – Administração)

Analise o texto abaixo e assinale a alternativa correta sobre as revoltas ocorridas no período regencial.

“ O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.”

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000, p, 161.

- a) As revoltas do período regencial não se enquadram em um modelo único, mas cada uma delas resultou de unidades específicas, provinciais ou locais.
- b) Esse contexto foi precisamente marcado por disputas entre os projetos federalistas, todos de viés separatista, e os projetos de reiteração do Estado unitário, os quais objetivavam a centralização das rendas e poder no governo do Império.
- c) Houve um importante diálogo entre os projetos políticos separatistas, que objetivavam a separação política de determinadas partes do país e o projeto de um Estado Nacional centralizado na figura do Imperador.
- d) Esse período é marcado também por uma forte tensão entre os projetos políticos federalistas, que objetivavam maior poder e atribuições aos Estados e os projetos de construção do Estado unitário, os quais se esforçavam em garantir maior centralização das rendas e poder político no governo das Províncias.
- e) O período regencial caracterizou-se por ser um momento pouco conflitivo na História do Brasil, no sentido em que conseguiu, pacificamente, corresponder as demandas de diferentes grupos, fossem eles federalistas ou conservadores.

3. (2017/EsFCEEx – Oficial – Administração)

Em relação à vinda da família real portuguesa para o Brasil e os fatos relacionados a esse evento, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, assinale a alternativa com a sequência correta.



FATOS

1. Bloqueio Continental (1806).
2. Abertura dos Portos (1808).
3. Tratado de Comércio e Navegação (1810).
4. Tratado de Aliança e Amizade (1810).
5. Congresso de Viena (1815).

CARACTERÍSTICAS DO FATO

() Foi marco impulsionador para D. João assinar o decreto que elevou o Brasil a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

() Ato que pôs fim a trezentos anos de sistema colonial, uma vez que rompeu com o exclusivismo comercial entre a Metrópole e Colônia.

() Tomou os produtos ingleses mais competitivos que os demais países, inclusive Portugal .

- a) 1 - 4 - 5
- b) 4 - 3 - 5
- c) 5 - 1 - 2
- d) 5 - 2 - 3
- e) 5 - 4 - 2

4. (2016/EsFCEEx – Oficial – Administração - Adaptado)

Sobre a economia brasileira no século XIX, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

I. O açúcar até 1830 era o primeiro produto no mercado de exportação, sendo superado nas décadas seguintes pelo café.

II. A política tarifária, iniciada no Império com a Reforma Alves Branco de 1844, contribuiu para o equilíbrio entre a importação e exportação no comércio exterior, entre 1861 e 1900.

III. O Alvará de 1º de Abril de 1808, assinado por D. João VI, conseguiu dar ao Brasil um expressivo surto industrial na primeira década do século XIX.

IV. O Governo regencial promulgou em 1831, a lei que proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, resultando na imediata interrupção da entrada de negros escravizados no país.

- a) Somente I e III estão corretas.
- b) Somente II e III estão corretas.
- c) Somente I e II estão corretas.



- d) Somente II e IV estão corretas.
- e) Somente III e IV estão corretas

5. (2016/EsFCEEx – Oficial – Administração – Adaptada)

Durante o período regencial (1831-1840), de Norte a Sul do país eclodiram revoltas, de proporções, durabilidade e impacto político-social. Sobre estas, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, assinale a alternativa com a sequência correta.

Revoltas

1. Levante dos Malês
2. Guerra dos Farrapos
3. Sabinada
4. Balaiada
5. Cabanagem

Local e motivos

- () Eclodiu no Grão-Pará e lutaram pela autonomia administrativa e por melhores condições de vida na província.
 - () Ocorreu na Bahia, reuniu uma base ampla de apoio e lutavam pelos ideais federalistas e republicanos.
 - () Eclodiu no Maranhão por disputa política local e ganhou amplitude de uma revolta popular.
- a) 5 – 3 – 4
 - b) 2 – 3 – 5
 - c) 5 – 1 – 2
 - d) 4 – 1 – 3
 - e) 3 – 5 – 2

6. (2018/EsPCEEx)

Quase duas décadas depois da Conjuração Baiana, durante a estada da Família Real portuguesa no Brasil e o governo de D. João VI, ocorreu um levante emancipacionista em Pernambuco que ficaria conhecido como Revolução Pernambucana. Um dos motivos desta revolta foi

- a) o fim do monopólio comercial de Portugal sobre a colônia.
- b) a grande seca de 1816.
- c) a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.



- d) a liberação da atividade industrial no Brasil.
- e) a cobrança forçada de impostos atrasados.

7. (2018/EsPCEEx)

Em 1834, numa tentativa de harmonizar as diversas forças em conflito no País, grupos políticos, como o dos moderados, promoveram uma reforma na Constituição do Império, mediante a promulgação do Ato Adicional. Observe os enunciados abaixo. I- Criação do Conselho de Estado. II- Criação das Assembleias Legislativas provinciais. III- A regência deixava de ser trina para se tornar una. IV- Fundação do Clube da Maioridade. Assinale a opção em as afirmativas estão relacionadas ao Ato Adicional.

- a) I e II
- b) II e IV
- c) II e III
- d) I e IV
- e) III e IV

8. (2017/EsPCEEx)

"... Caxias tinha visão certa de que pacificar é um esforço por costurar... de concessões recíprocas, de vontade sincera, tudo voltado para a conciliação... "

Neto, Jonas Correia em Revista Militar / Edição comemorativa do Bicentenário de Caxias, 2003, pág 9

O fragmento de texto acima ressalta uma das características marcantes de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, evidenciada durante sua carreira militar: ser um pacificador. Das rebeliões listadas abaixo, ocorridas no Brasil durante os 1º e 2º Reinados, as que tiveram participação efetiva de Caxias foram a

- a) Revolta dos Malês; e Questão Religiosa.
- b) Sabinada; e Guerra dos Farrapos.
- c) Cabanagem; e Revolução Praieira.
- d) Conjuração baiana; e Sabinada.
- e) Balaiada; e Guerra dos Farrapos.

9. (2015/EsPCEEx)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos

- a) liberais e conservadores.
- b) conservadores e socialistas.



- c) liberais e republicanos.
- d) comunistas e republicanos.
- e) liberais e anarquistas.

10. (2013/EsPCEEx)

“O mais duradouro movimento rebelde do Império foi a Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina entre 1835-1845. [...] Em 1836, após importantes vitórias sobre as tropas legalistas, os farroupilhas proclamaram a República Rio Grandense”. Em 1842, Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, é enviado pelo Império para comandar as forças legalistas. A atuação de Caxias pacificou a região já no ano de 1845. Abaixo são listadas algumas medidas que poderiam ser utilizadas para solução do conflito:

I-Repressão violenta com prisão e fuzilamento de todos os líderes do movimento farroupilha.

II-Aumento de taxas de importação do charque platino para tornar o similar rio-grandense-do-sul mais competitivo no mercado nacional.

III-Cerco impiedoso sobre as maiores cidades rebeladas provocando a morte de milhares de civis, minando a moral do inimigo e levando os insurretos à rendição.

IV-Incorporação ao Exército Brasileiro de comandantes farroupilhas com os mesmos postos que ocupavam nas tropas rebeldes.

V-Reconhecimento, pelo governo imperial, da liberdade dos escravos que lutaram na revolução como soldados.

- Na ocasião, Caxias propôs
- a) todas as medidas acima listadas.
 - b) apenas as medidas I, II e III.
 - c) apenas as medidas I, III e IV.
 - d) apenas as medidas II, III e V.
 - e) apenas as medidas II, IV e V.

11. (2012/EsPCEEx)

Era “exclusivo do imperador e definido pela Constituição como 'chave mestra de toda organização política'. Estava acima dos demais poderes”. (COTRIM, 2009)

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder

- a) Moderador.
- b) Justificador.
- c) Executivo.
- d) Judiciário.



e) Legislativo.

7.3. Inéditas

1. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A respeito da Revolução de 1817, que contou com a participação de vários estados da região Nordeste do território brasileiro, pode-se afirmar que:

- A) criticou o caráter absolutista de D. João VI e defendeu a implantação da República.
- B) devido ao seu teor radical, não chegou a envolver os setores médios e letrados.
- C) não possuía caráter separatista, apenas buscava o direito de participar das Cortes.
- D) defendeu a separação de Portugal, a adoção do federalismo e o fim da escravidão.
- E) pregou a liberdade de imprensa e a adoção do catolicismo como religião oficial.

2. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

São características da Constituição de 1824, exceto:

- A) instituição de quatro poderes.
- B) a separação entre Igreja e Estado.
- C) sistema eleitoral em dois turnos.
- D) implantação do voto censitário.
- E) influência do liberalismo político.

3. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Entre 1825 e 1828 ocorreu um conflito entre Brasil e Argentina na região do rio Prata, no qual estava em disputa a posse do território em que se situava a antiga Colônia de Sacramento. Este conflito ficou conhecido como

- A) Guerra do Chaco
- B) Guerra da Tríplice Aliança
- C) Guerra das Malvinas
- D) Guerra da Cisplatina
- E) Guerra Contra Oribe e Rosas



4. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Guarda Nacional, milícia formada por grandes proprietários rurais no século XIX, foi instituída

- A) pelo Primeiro Reinado
- B) pela regência trina provisória
- C) pela regência trina permanente
- D) pela regência una de Feijó
- E) pela regência una de Araújo Lima

5. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Assinale a alternativa que faz a relação correta entre a corrente política e seu respectivo apelido:

- A) Restauradores – farroupilhas
- B) Liberais exaltados – jurujubas
- C) Liberais moderados – caramurus
- D) Restauradores – chimangos
- E) Liberais moderados – jurujubas

6. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Cabanagem, revolta ocorrida entre os anos de 1835 e 1840, foi motivada

- A) pelas precárias condições de vida dos ribeirinhos amazônicos.
- B) pela insatisfação dos estancieiros gaúchos quanto a política alfandegária do país.
- C) pelo alistamento compulsório realizado pelo governo central.
- D) pelas péssimas condições de saneamento básico no Rio de Janeiro.
- E) pela ausência de liberdade religiosa e a continuidade da escravidão.

7. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Todas as características listadas abaixo estavam contidas no projeto constitucional elaborado pela Assembleia Constituinte em 1823, conhecido como Constituição da Mandioca, EXCETO:

- A) voto censitário
- B) manutenção do poder Moderador
- C) proibição de estrangeiros ocuparem cargos públicos
- D) sistema de voto em dois turnos



E) hegemonia dos grandes proprietários

8. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

transformações na condição dos súditos luso-brasileiros, além de estimular o desencadeamento de diversos acontecimentos. São características do governo joanino, **exceto**:

- A) enfrentou um movimento separatista na região Nordeste
- B) instituiu o fim do monopólio comercial português sobre o Brasil
- C) estimulou transformações culturais e urbanísticas no Rio de Janeiro
- D) decretou a proibição de atividades manufatureiras no Brasil
- E) contribuiu para que o Brasil adquirisse autonomia administrativa

9. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Todos os elementos listados abaixo se encontram presentes tanto no projeto Constitucional apelidado de “Constituição da Mandioca” quanto no texto outorgado pelo imperador, em 1824, **EXCETO**:

- A) a manutenção da escravidão enquanto sistema de trabalho.
- B) o estabelecimento de quatro poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.
- C) a realização das eleições em dois graus, dividindo os cidadãos em votantes e eleitores.
- D) a garantia do direito à cidadania plena aos grandes proprietários.
- E) o estabelecimento de restrições à possibilidade do imperador de assumir outros tronos.

10. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em maio de 1833, uma revolta de escravizados se irrompeu na região sul da província de Minas Gerais, nas propriedades da família Junqueira. Este levante ficou conhecido como:

- A) Revolta de Carrancas
- B) Revolta de Manuel Congo
- C) Sedição dos Mulatos
- D) Revolta da Fumaça
- E) Revolta do Malês

11. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O chamado Regresso foi marcado pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, que

- A) extinguiu a vitaliciedade do senado.
- B) implementou a Guarda Nacional.



- C) limitou as atribuições das Assembleias Provinciais.
- D) restituiu o Conselho de Estado.
- E) substituiu o modelo uno de regência pela Regência Trina.

12. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as turbulências ocorridas durante o Primeiro Reinado no Brasil, pode-se destacar

- A) a Noite das Garrafadas e a Revolução Pernambucana
- B) a Confederação do Equador e a Guerra da Cisplatina
- C) a Noite da Agonia e a Revolução Praieira
- D) a tomada de Caiena e a Revolução Pernambucana
- E) a Insurreição Pernambucana e a Confederação do Equador

13. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante o período regencial, o acirramento dos embates entre “bem-te-vis”, apelido dos liberais, e conservadores, chamados de “cabanos”, contribuiu para a eclosão, em janeiro de 1839, do seguinte movimento:

- A) Cabanagem
- B) Balaiada
- C) Sabinada
- D) Guerra dos Farrapos
- E) O Levante Malê

14. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Foram consequências do Ato Adicional em 1834, exceto:

- A) o surgimento de dois grupos políticos
- B) o fim da vitaliciedade do Senado
- C) certa autonomia para as províncias
- D) eleição de Feijó como regente uno
- E) extinção do Conselho de Estado



15. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Os primeiros monarcas a reconhecer a independência do Brasil foram os dos reinos de Benin e Lagos, que se situavam na costa da África. Uma das principais motivações para isso foi:

- A) garantir a continuidade do tráfico negreiro no Atlântico
- B) buscar apoio contra a dominação europeia na África
- C) promover o retorno dos escravos para o continente de origem
- D) firmar acordos que favorecessem o acesso a manufaturas
- E) constituir uma identidade entre os negros americanos e africanos

16. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Na primeira metade do século XIX, ocorreu um movimento que buscava a proclamar uma República cuja duração se daria durante a menoridade de D. Pedro de Alcântara, intitulado

- A) Farroupilha
- B) Balaiada
- C) Sabinada
- D) Cabanagem
- E) Rebelião Praieira

17. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as revoltas iniciadas durante o período regencial, as únicas que se estenderam até o início do Segundo Reinado foram

- A) a Farroupilha e a Revolução Praieira
- B) a Cabanagem e a Sabinada
- C) a Farroupilha e a Sabinada
- D) a Balaiada e a Farroupilha
- E) a Farroupilha e a Revolta do Malês

18. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A respeito da independência do Brasil, pode-se afirmar que:

- A) preservou interesses dos grandes proprietários de terras e de escravos
- B) propôs a extinção do tráfico de escravos e contrariou interesses britânicos
- C) instituiu a monarquia como forma de governo e garantiu a participação popular
- D) refletiu os pressupostos da chamada Revolução Pernambucana
- E) foi acompanhado de profundas transformações econômicas e sociais



19. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as rebeliões listadas abaixo, ocorridas durante o período imperial, as que tiveram a participação de Caxias como figura pacificadora foram

- A) a Revolta do Malês e a Cabanagem
- B) a Sabinada e a Guerra dos Farrapos
- C) a Balaiada e a Revolta Liberal de 1842
- D) a Farrroupilha e a Cabanada
- E) a Balaiada e a Revolta da Praieira

20. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante o governo de D. João VI no Brasil, irrompeu em Pernambuco um movimento que ficou conhecido como Revolução Pernambucana. Dentre suas motivações, pode-se destacar:

- A) o fim do monopólio luso sobre o Brasil.
- B) a introdução do poder moderador.
- C) o predomínio dos ingleses no comércio.
- D) a grande seca de 1816.
- E) a elevação do Brasil à condição de Reino Unido.

21. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Foram consequências do Ato Adicional de 1834, exceto

- A) exclusão do Conselho de Estado
- B) ampla descentralização administrativa
- C) criação das Assembleias Legislativas Provinciais
- D) adoção do modelo uno de regência
- E) transformação do Rio de Janeiro em um município neutro

22. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em 1837, após a renúncia do regente Feijó, uma rebelião liderada pelo médico Francisco Sabino se irrompeu em Salvador, Bahia. O estopim para o movimento, que ficou conhecido como Sabinada, foi

- A) o recrutamento forçado da população
- B) a disputa entre liberais e conservadores
- C) a situação de miséria da população que habitava a beira dos rios



- D) a crise econômica diante da queda das exportações do algodão
- E) política tributária que incidia sobre o charque

23. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O processo de independência foi marcado por confrontos entre tropas portuguesas e tropas do governo brasileiro em diversas partes do Brasil até meados de 1823. Foram focos de resistência interna, exceto:

- A) Piauí
- B) Bahia
- C) Maranhão
- D) Minas Gerais
- E) Cisplatina

24. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Balaiada, expressiva revolta popular do período regencial, ocorreu nas províncias do

- A) Ceará e Pernambuco.
- B) Pernambuco e Piauí.
- C) Pernambuco e Bahia.
- D) Maranhão e Piauí.
- E) Grão-Pará e Maranhão.

25. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Revolução Liberal do Porto, movimento político deflagrado em agosto de 1820 e que recebeu adesão imediata no Brasil, fomentou a ideia de separação das elites luso-brasileiras quando as Cortes portuguesas revelaram sua intenção de:

- a) restauração do monopólio português sobre o Brasil.
- b) manter a autonomia administrativa da Colônia.
- c) intensificar a presença britânica na economia colonial.
- d) fazer de D. Pedro o regente da porção brasileira do Império.
- e) garantir uma representação brasileira nas Cortes Gerais Extraordinárias.



26. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A aprovação do Ato Adicional de 1834 fez com que a classe política se dividisse em:

- a) luzias e saquaremas
- b) Partido Português e Partido Brasileiro
- c) progressistas e regressistas
- d) pés-de-cabra e pés-de-chumbo
- e) caramurus e chimangos

27. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em maio de 1822, o rompimento entre D. Pedro e Portugal levou o primeiro a determinar que qualquer decreto das Cortes só poderia ser executado mediante o seu aval. Essa decisão ficou conhecida como

- a) Dia do Fico
- b) Cumpra-se
- c) Despotismo esclarecido
- d) O Sete de Abril
- e) Golpe da Maioridade

28. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A transmigração da Corte portuguesa, em 1808, trouxe diversas transformações para a situação do Brasil na ordem colonial. Verificou-se no período joanino:

- a) um estímulo à produção local pelo protecionismo alfandegário.
- b) o fim das tensões de interesses entre brasileiros e lusos.
- c) o aumento das fronteiras do território brasileiro.
- d) o reforço do chamado pacto colonial.
- e) a amenização da política tributária gerida pelo Império luso.

29. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em 1824, um movimento eclodiu em Pernambuco como reação às pretensões absolutistas de D. Pedro I, intitulado

- A) Revolução Praieira.
- B) Revolução Pernambucana.
- C) Confederação do Equador.
- D) Insurreição Pernambucana.



E) Cabanada.

30. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O final do século XVIII e o início do século XIX foram marcados pela difusão de ideias iluministas e anticolonialistas no Brasil, especialmente em sociedades secretas e instituições de ensino. São exemplos de espaços de articulação contra a Coroa ou de propagação de ideias iluministas, EXCETO:

- (A) Aerópago de Itambé.
- (B) Academia dos Suassunas.
- (C) Sociedade Literária do Rio de Janeiro.
- (D) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- (E) Cavaleiros da Luz.

31 - (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Guerra da Cisplatina, conflito que se estendeu entre os anos de 1825 e 1828, apresentou como uma de suas consequências

- (A) a constituição da República Oriental do Uruguai, criada como um Estado tampão para garantir o equilíbrio entre o Brasil e a atual Argentina na região.
- (B) a inserção do atual território uruguaio ao território brasileiro, por determinação do príncipe regente D. João e em represália à invasão de Portugal pela França.
- (C) o aumento do prestígio de D. Pedro I, que após vencer o conflito com a província rebelde desfrutou de um período de estabilidade durante seu governo.
- (D) a abdicação de D. Pedro I, que cercado pelas tropas cisplatinas contrárias ao seu poder autoritário, foi forçado a retornar para Portugal.
- (E) a consumação das finanças do Estado brasileiro, o que levou o governo central a solicitar empréstimos junto a instituições inglesas e argentinas.



8. GABARITO

8.1. ESA

1. B	22. D	43. A
2. A	23. A	44. E
3. B	24. A	45. C
4. E	25. A	46. D
5. E	26. C	47. C
6. D	27. B	48. A
7. D	28. D	49. B
8. C	29. C	50. E
9. C	30. C	51. A
10. C	31. A	52. B
11. E	32. B	53. D
12. C	33. A	54. C
13. B	34. A	55. E
14. A	35. D	56. B
15. C	36. C	57. A
16. A	37. D	58. D
17. B	38. C	59. B
18. B	39. A	60. E
19. A	40. D	
20. D	41. D	
21. B	42. C	

GABARITO



8.2. EsFCEX e Espcex

1. D	5. A	9. A
2. A	6. B	10. E
3. D	7. C	11. A
4. C	8. E	



8.2. Inéditas

1. A	12. B	23. D
2. B	13. B	24. D
3. D	14. B	25. A
4. C	15. A	26. C
5. B	16. C	27. B
6. A	17. D	28. C
7. B	18. A	29. C
8. D	19. C	30. D
9. B	20. D	31. A
10. A	21. B	
11. C	22. A	

9. LISTA DE QUESTÕES COMENTADA

9.1. ESA

1. (ESA 2021-22)

Durante a permanência da Corte Portuguesa no Brasil (1808-1821) D. João VI tomou uma série de medidas que contrariavam os fundamentos mercantilistas do Sistema Colonial Português na América. Uma medida tomada pelo príncipe regente, nesse período, que conferia ao Brasil autonomia administrativa e selava o fim de sua situação colonial foi a:

- (A) criação da Real Academia Militar e da Marinha, além do Hospital Militar.
- (B) Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.
- (C) Abertura dos portos às nações amigas e o conseqüente fim do Pacto Colonial.
- (D) Assinatura dos tratados de comércio e navegação com a Inglaterra em 1810.
- (E) Extinção do Alvará de 1785 e a permissão para o funcionamento de indústrias no Brasil.

Comentários

Essa era uma questão que demandava atenção ao enunciado. Repare que apesar de diversas mudanças terem sido implementadas no Brasil durante o período joanino, perguntava-se sobre a medida que conferiu autonomia administrativa ao Brasil. Logo, a alternativa B é a resposta, pois a partir

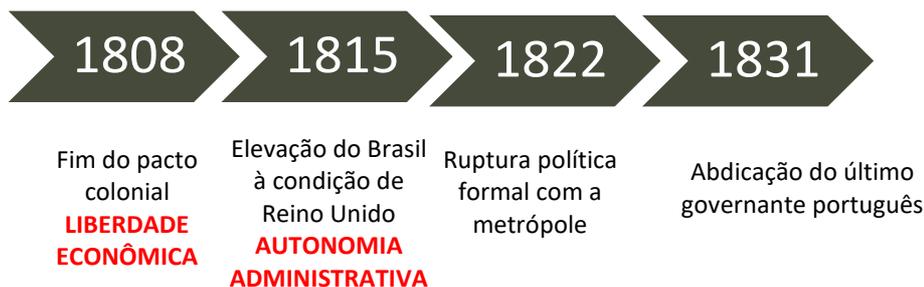


da elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, o território passava a ter o mesmo status que Portugal.

- A alternativa A está incorreta, afinal a criação das instituições mencionadas não alterou a situação administrativa do Brasil.

- As alternativas C, D e E estão incorretas. Tanto a extinção do Alvará de 1785 quanto a assinatura dos tratados de comércio e a abertura dos portos às nações amigas conferiram liberdade econômica para o Brasil, o que contribuiu para o processo de emancipação política do Brasil, mas não para sua autonomia administrativa.

Relembre as etapas do processo de emancipação política do Brasil:



Gabarito: B

2. (ESA 2021-22)

Ao abdicar do trono brasileiro, em 1831, e tendo seu herdeiro ainda criança, foi estabelecido que se deveria seguir o previsto na Constituição de 1824 quanto a sucessão do trono em caso de renúncia do rei, isto é, que fosse organizada uma regência.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta entre as formas de regências estabelecidas até a maioria do herdeiro, Pedro de Alcântara

- (A) Regência Trina Provisória, Regência Trina Permanente, Regência Una de Diogo Feijó e Regência Una de Araújo Lima.
- (B) Regência Una de Diogo Feijó, Regência Una de Araújo Lima e Regência Trina Permanente.
- (C) Regência Trina Permanente, Regência Trina Provisória e Regência Uma de Araújo Lima.
- (D) Regência Trina Provisória, Regência Uma de Diogo Feijó e Regência Una de Araújo Lima.
- (E) Regência Uma de Araújo Lima, Regência Uma de Feijó, Regência Trina Provisória e Regência Trina Permanente.

Comentários

Essa é uma questão que demandava conhecimentos sobre a periodização do período regencial.

Reconheço o fim do pacto colonial e a elevação do Brasil à condição de Reino Unido

Fim do pacto colonial	Elevação do Brasil à condição de Reino Unido
LIBERDADE ECONÔMICA	AUTONOMIA ADMINISTRATIVA





Gabarito: A

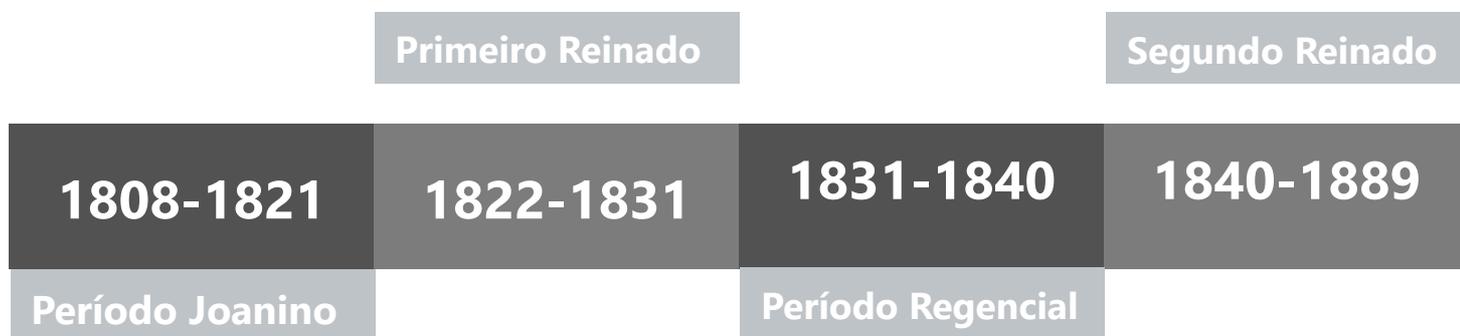
3. (ESA)

O Período Regencial deu-se:

- a) durante a maioridade de D. Pedro II
- b) entre a abdicação de D. Pedro I e 1840
- c) entre a Independência e o 2º Reinado.
- d) no início da maioridade de D. Pedro II
- e) durante o 1º Reinado

Comentários

Para responder essa pergunta, que tal traçarmos uma linha do tempo com os períodos abordados ao longo do capítulo?



- A alternativa B, portanto, é a correta, afinal o período regencial se inicia com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, findando com a ascensão de Pedro II por meio do golpe da maioridade.



- A alternativa A está incorreta, já que a maioria de D. Pedro II é antecipada em 1840, após uma campanha mobilizada pelos progressistas (ou Partido Liberal).
- A alternativa C está incorreta, já que entre a independência e o 2º Reinado há também o Primeiro Reinado, entre 1822 e 1831.
- A alternativa D está incorreta, pois trata-se do marco inicial do chamado Segundo Reinado.
- A alternativa E está incorreta, afinal ele se inicia após o fim do Primeiro Reinado.

Gabarito: B

4. (ESA)

As Províncias onde, durante o Império (1822-1889), ocorreram a Balaiada e a Sabinada, respectivamente, foram:

- a) Maranhão e Ceará;
- b) Ceará e Pernambuco;
- c) Pernambuco e Paraíba;
- d) Paraíba e Rio de Janeiro.
- e) Maranhão e Bahia;

Comentários

Aqui retomamos o nosso mapa dos conflitos do Império, para que possamos alcançar mais rapidamente a resposta:



Com base nele, observamos que a Balaiada e a Sabinada ocorreram no Maranhão e Bahia, respectivamente. A alternativa E, portanto, é a correta.

Gabarito: E

5. (ESA)

Das rebeliões iniciadas no Período Regencial (1831-1840), a de maior duração foi a:

- a) Cabanada;
- b) Sabinada;
- c) Cabanagem;
- d) Balaiada;
- e) Farroupilha;

Comentários

Para alcançarmos a resposta, que tal relembrarmos as datas e os tempos de duração de cada uma das Revoltas?

- Sabinada (1837-1838) → 1 ano
- Cabanada (1832-1835) → 4 anos
- Balaiada (1838-1841) → 4 anos
- Cabanagem (1835-1840) → 5 anos
- Farroupilha (1835-1845) → 10 anos

Com base nessas informações, a alternativa E é a resposta.

Gabarito: E

6. (ESA)

D. João, em 1808, decretou a Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas. Em consequência, essa medida no Brasil:

- a) fortaleceu os laços comerciais com Portugal
- b) dificultou a compra dos produtos ingleses
- c) determinou a decadência da lavoura canavieira
- d) extinguiu o monopólio comercial português
- e) proibiu a entrada de escravos africanos

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois o acordo enfraqueceu o chamado pacto colonial ao conceder vantagens alfandegárias para os britânicos.

- A alternativa B está incorreta, pois os itens ingleses foram privilegiados pela nova política tarifária implementada em 1810.



- A alternativa C está incorreta, afinal o processo de declínio do açúcar se iniciou ainda no período colonial, quando passou a concorrer, no mercado europeu, com o açúcar holandês produzido nas Antilhas.
- A alternativa D é a resposta, pois a assinatura dos Tratados de 1810 representou o fim do pacto colonial.
- A alternativa E está incorreta, uma vez que o tráfico de escravos foi mantido até 1850, quando foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós.

Gabarito: D

7. (ESA)

A Constituição de 1824, estabeleceu, entre os poderes, aquele que seria considerado a "chave" de toda organização política do governo de D. Pedro I. Este era o Poder:

- a) Liberal
- b) Legislativo
- c) Popular
- d) Moderador
- e) Judiciário

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal Liberal era o nome de um dos partidos políticos que passou a existir no Brasil em 1840.
- As alternativas B e E estão incorretas, pois tais poderes sofriam a interferência do poder Moderador, exercido pelo imperador.
- A alternativa C está incorreta, pois a política do século XIX não admitia a entrada do povo nos processos decisórios.
- A alternativa D é a resposta. Considerado chave de toda a organização política, cabia ao poder moderador, de exercício exclusivo do imperador, promover interferências que para harmonizar os demais os poderes.

Gabarito: D

8. (ESA)

Foram órgãos importantes para a divulgação do movimento de Independência, durante a sua organização:

- a) comércio e indústria
- b) imprensa e indústria
- c) imprensa e Maçonaria
- d) comércio e Maçonaria



e) indústria e imprensa

Comentários

- As alternativas A e B estão incorretas, afinal o setor industrial não se encontra consolidado no período, o que o impede de ser um ator relevante no processo de independência.
- A alternativa D está incorreta, pois boa parte do setor comercial era composto por portugueses contrários ao processo de independência.
- A alternativa C é a resposta. A causa emancipacionista foi apoiada por alguns jornais dirigidos pelo Partido Brasileiro, enquanto as lojas maçônicas operaram como organizações que apoiaram a independência.

Gabarito: C

9. (ESA)

O Período Regencial Brasileiro foi uma época de agitações e rebeliões regenciais. Indique a alternativa que contém a relação correta entre o movimento e seu local de ocorrência:

- a) Sabinada - Espírito Santo.
- b) Balaiada - Ceará.
- c) Levante Malê - Bahia.
- d) Cabanagem - Goiás.
- e) Farroupilha- Paraná.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a Sabinada ocorreu em Salvador, sede da província da Bahia.
- A alternativa B está incorreta. A Balaiada ocorreu na Província do Maranhão.
- A alternativa C é a resposta. O Levante Malê ocorreu em 1835, em Salvador, província da Bahia.
- A alternativa D está incorreta, pois a Cabanagem ocorreu na província do Grão-Pará.
- A alternativa E está incorreta, pois a Farroupilha se deu no Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina.

Gabarito: C

10. (ESA)

A primeira constituição do Brasil, de 1824, estabelecia uma organização do sistema político em quatro poderes. Além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, havia o poder:

- a) Absoluto.
- b) Hierárquico.
- c) Moderador.



- d) Régio.
- e) Patriarcal.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois a monarquia constitucional impedia a possibilidade de um poder absoluto.
- As alternativas B e D estão incorretas, já que não há no Estado brasileiro podemos com este nome.
- A alternativa C é a resposta. Considerado chave de toda a organização política, cabia ao poder moderador, de exercício exclusivo do imperador, promover interferências que para harmonizar os demais os poderes.
- A alternativa E está incorreta, afinal o patriarcalismo é uma relação social que prevalece ao longo da História do Brasil.

Gabarito: C

11. (ESA)

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves. Na prática:

- a) foi a causa da Inconfidência Mineira.
- b) nada significou para o Brasil.
- c) provocou enorme satisfação em Portugal.
- d) o Brasil volta à condição de colônia.

- e) o Brasil adquiria autonomia administrativa.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois a Inconfidência Mineira ocorreu em 1789, durante o período colonial.
- A alternativa B está incorreta, pois ela alterou o status do Brasil no Império Português.
- A alternativa C está incorreta, pois os súditos de D. João se revoltaram contra a permanência da Corte no Brasil, sentimento que levou à eclosão da Revolução Liberal do Porto, em 1820.
- A alternativa D está incorreta, pois ela tornou o Brasil ainda mais autônomo.
- A alternativa E é a resposta. Em resposta às deliberações do Congresso de Viena, D. João VI elevou o Brasil à condição de Reino e Algarve, concedendo autonomia administrativa para o Brasil.

Gabarito: E

12. (ESA)



A Revolta dos Malês foi um movimento de escravos africanos, muitos dos quais eram Muçulmanos, ocorrido em 1835 na seguinte província:

- a) Maranhão
- b) Grão-Pará
- c) Bahia
- d) Pernambuco
- e) Minas Gerais

Comentários

A Revolta dos Malês foi um movimento organizado em 1835 por escravizados de origem muçulmana em Salvador, que objetivavam a instalação de uma ordem islâmica após promover a desarticulação das autoridades administrativas da cidade. Dito isso, a alternativa C é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, pois o Maranhão foi palco de outra revolta regencial, a Balaiada.
- A alternativa B está incorreta, afinal no Grão-Pará ocorreu a Cabanagem.
- As alternativas D e E estão incorretas, afinal foram locais de eclosão de revoltas durante o Segundo Reinado, a Revolução Praieira e a Revolta Liberal de 1842.

Gabarito: C

13. (ESA)

Qual importante medida administrativa foi tomada em 1834, realizada a partir da modificação na constituição brasileira?

- a) A Abertura dos Portos às nações amigas.
- b) A cidade do Rio de Janeiro tornou-se município neutro.
- c) A assinatura das Tarifas Alves Branco.
- d) A aprovação da Lei de Terras.
- e) Assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal trata-se de um processo ocorrido em 1808.
- A alternativa B é a resposta. Dentre as transformações geradas pelo Ato Adicional de 1834, pode-se destacar a transformação do Rio de Janeiro em um município neutro.
- A alternativa C está incorreta, pois a Tarifa Alves Branco passou a vigorar no Brasil em 1844, durante o Segundo Reinado.
- A alternativa D está incorreta, afinal a Lei de Terras foi implementada em 1850, com o intuito de regularizar a propriedade privada no Brasil.



- A alternativa E está incorreta, pois os tratados de Comércio e Navegação foram assinados em 1810.

Gabarito: B

14. (ESA)

O Alvará de 1º de abril de 1808 revogou o Alvará de 1785 de D. Maria I, que proibia a manufatura na colônia. O Brasil estava autorizado a desenvolver manufaturas. Contudo havia dois fatores que se tornaram um obstáculo ao desenvolvimento da indústria brasileira, os quais eram o/a (os/as)

- a) escravidão e concorrência inglesa.
- b) interesses dos cafeicultores e pecuaristas.
- c) interesses dos mineradores e dos produtores de açúcar.
- d) concorrência holandesa e os interesses dos cafeicultores.
- e) concorrência dos EUA e interesses dos produtores de café.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Enquanto o tráfico de escravos se manteve legalizado no Brasil, o capital gerado pela produção de café era destinado a aquisição de mais cativos, impedindo a formação de sua aplicação na indústria. Além disso, os itens ingleses que desembarcaram no Brasil encontravam vantagens alfandegárias desde 1810, o que também limitou a produção industrial no Brasil.

- As alternativas B e D estão incorretas, afinal o impulso industrial ocorrido durante o Segundo Reinado foi realizado pelo capital dos cafeicultores.

- A alternativa C está incorreta, afinal a mineração e a produção açucareira se encontravam em decadência ao longo do século XIX.

- A alternativa E está incorreta, uma vez que os Estados Unidos não possuíam força econômica no mercado brasileiro no início do século XIX.

Gabarito: A

15. (ESA)

A política externa de D. João VI, quando imperador do Brasil, determinou que se realizassem ações militares em territórios vizinhos ao Brasil. Esses territórios foram a

- a) Guiana Francesa e a França Antártica.
- b) Guiana Inglesa e a Província Cisplatina.
- c) Guiana Francesa e a Província Cisplatina.
- d) Guiana Inglesa e a França Antártica.
- e) Guiana Francesa e a Guiana Inglesa.

Comentários



- A alternativa A está incorreta, afinal a França Antártica foi uma empreitada colonial dos franceses na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, entre 1555 e 1570.
- As alternativas B, D e E estão incorretas, uma vez que a Guiana Inglesa passou a ser um potentado da Inglaterra em 1814.
- A alternativa C é a resposta. Em resposta à invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, D. João ordenou a ocupação de Caiena (Guiana Francesa) em 1809, que permanece sob domínio português até 1815. Também interveio na região platina, ao sul do continente, em 1811 e 1816. nesta última, anexou a Cisplatina, que corresponde ao atual Uruguai.

Gabarito: C

16. (ESA)

Em 1831, durante o Período Regencial, em resposta às agitações militares e populares, criou-se pelos moderados o (a)

- a) Guarda Nacional.
- b) Conselho de Estado.
- c) Clube da Maioridade.
- d) Regência Una de Feijó.
- e) Código do Processo Criminal.

Comentários

- A alternativa A está correta. A Guarda Nacional era uma milícia civil de cidadãos-proprietários, formada a partir de 1831 com o objetivo de manter a unidade do Império, garantir a ordem pública e defender a Constituição.
- A alternativa B está incorreta, afinal o Conselho de Estado foi extinto pelo Ato Adicional de 1834.
- A alternativa C está incorreta, afinal o Clube da Maioridade foi criado em 1840 pelos liberais para romperem com o Regresso, antecipando a maioria de D. Pedro II.
- A alternativa D está incorreta, afinal a Regência Una de Feijó contou com o apoio dos liberais.
- A alternativa E está incorreta, pois o Código do Processo Colonial foi criado pelos regressistas.

Gabarito: A

17. (ESA)

No dia 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição brasileira, que tinha como características o(a)

- a) religião católica e voto universal.
- b) Poder Moderador e Senado vitalício.
- c) liberdade administrativa às províncias e voto censitário.



- d) magistrados nomeados pelo imperador e religião protestante.
- e) voto extensivo às mulheres e Poder Moderador.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. Embora a Constituição de 1824 tenha mantido o catolicismo como religião oficial, também prevaleceu o voto censitário, limitando a política brasileira a uma estrita camada de cidadãos-proprietários.
- A alternativa B é a resposta. O poder moderador, considerado chave de toda a organização política, foi implementado pela Carta de 1824, sendo exercido exclusivamente pelo imperador de maneira vitalícia. Também eram vitalícios os mandatos dos senadores, eleitos pelo Imperador.
- A alternativa C está incorreta, pois a administração do Império permaneceu centralizada no Rio de Janeiro.
- A alternativa D está incorreta, afinal a religião oficial do Império era o catolicismo.
- A alternativa E está incorreta, afinal somente os homens maiores de 25 anos e com renda mínima anual de 100 mil réis participavam como votantes dos processos eleitorais.

Gabarito: B

18. (ESA)

A formação das nações latino-americanas esteve atrelada às particularidades de seus processos de independência. A América Espanhola se fragmentou em diversos Estados autônomos. A América Portuguesa, ao contrário, não se fragmentou, mantendo sua unidade até os dias atuais. Dos fatores abaixo, o único que não contribuiu para a manutenção da integridade territorial brasileira foi a

- a) elevação do Brasil à categoria de Reino Unido junto a Portugal e Algarves.
- b) incorporação da Província Cisplatina e da Guiana Francesa por D. João VI.
- c) ação pacificadora de Caxias no combate a várias revoltas regenciais.
- d) transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808.
- e) manutenção do regime monárquico após a independência.

Comentários

- A alternativa A está correta, já que a elevação do Brasil à condição de Reino Unido concedeu autonomia administrativa.
- A alternativa B está incorreta, pois a Cisplatina e a Guiana Francesa não se mantiveram no território brasileiro, sendo a primeira perdida em 1838 e a segunda devolvida aos franceses em 1815.
- A alternativa C está correta, pois a ação de Caxias pacificou a Farroupilha, revolta gaúcha de caráter separatista, e a Balaiada, ocorrida no Maranhão.



- A alternativa D está correta, pois a transferência da Corte para o Brasil contribuiu para que as elites luso-brasileiras passassem a desfrutar de autonomia administrativa e liberdade econômica em relação à Portugal.
- A alternativa E está correta, pois o grupo de José Bonifácio, um dos principais articuladores da Independência, defendeu a continuidade da monarquia e de D. Pedro no poder para evitar a fragmentação do território brasileiro.

Gabarito: B

19. (ESA)

Elemento determinante da vinda da família real para o Brasil:

- (A) invasão de Portugal pelos franceses.
- (B) Invasão holandesa
- (C) União das monarquias ibéricas
- (D) Elevação do Brasil a Reino-Unido

Comentários

- A alternativa A está correta. A invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, lideradas pelo general Junot, contribuíram para que D. João optasse pela transferência da Corte portuguesa, em 1808.
- A alternativa B está incorreta, afinal as invasões holandesas ocorreram no Brasil, durante o período colonial.
- A alternativa C está incorreta, uma vez que a União Ibérica ocorreu séculos antes da regência e reinado de D. João VI.
- A alternativa D está incorreta, afinal a elevação do Brasil à condição de Reino Unido se deu em 1817, anos após a transferência da Corte joanina.

Gabarito: A

20. (ESA)

A guerra da Independência foi particularmente intensa nas províncias:

- (A) Sergipe e Alagoas
- (B) Minas Gerais e São Paulo
- (C) Ceará e Pernambuco
- (D) Bahia e Cisplatina

Comentários

O processo de independência enfrentou resistências na região Norte, na Bahia e na região da Cisplatina, o que torna a alternativa D correta.



- As alternativas C e B estão incorretas, pois incluem províncias que se colocaram favoráveis à independência.
- A alternativa A está incorreta, pois Sergipe e Alagoas não se envolveram diretamente nas lutas pela independência.

Gabarito: D

21. (ESA)

Movimento sedicioso, ocorrido no Maranhão, pacificado por Caxias:

- (A) Sabinada
- (B) Balaiada
- (C) Cabanada
- (D) Revolução Farroupilha

Comentários

Para alcançarmos a resposta, que tal lembrarmos os locais de eclosão de cada uma das Revoltas?

- Sabinada (1837-1838) → Salvador, Bahia
- Balaiada (1838-1841) → Maranhão
- Cabanagem (1835-1840) → Grão-Pará
- Farroupilha (1835-1845) → Rio Grande do Sul.

Com base nessas informações, a alternativa B é a resposta. Vale lembrar que Caxias também atuou na pacificação da Guerra dos Farrapos.

Gabarito: B

22. (ESA)

O Período Regencial (1831-1840) caracterizou-se politicamente por:

- (A) estabilidade de governo
- (B) instituição do regime presidencialista.
- (C) gênese das ideias republicanas.
- (D) eclosão de graves movimentos sediciosos no País

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a autoridade dos regentes foi constantemente questionada pelas revoltas regenciais que eclodem no período.



- A alternativa B está incorreta, pois embora se assemelhasse a uma “experiência republicana”, o período regencial conservou a forma monárquica.
- A alternativa C está incorreta, afinal movimentos republicanos já existiam no período colonial, tais como as Conjurações Mineira e Baiana.
- A alternativa D é a resposta, afinal as revoltas regenciais que eclodiram entre os anos de 1835 e 1840 ameaçaram a unidade do Império.

Gabarito: D

23. (ESA)

A revolta de caráter republicano, ocorrida em Pernambuco, durante o governo de D. João VI:

- (A) Revolução de 1817
- (B) Confederação do Equador
- (C) Inconfidência Mineira
- (D) Revolução Constitucional do Porto

Comentários

- A alternativa A é a resposta. O aumento dos impostos cobrados em todo o Brasil pela Corte joanina gerou insatisfação de setores em Pernambuco, que tomaram em armas para criar um governo republicano pautado nos princípios de liberdade de consciência, liberdade de imprensa e tolerância religiosa.
- A alternativa B está incorreta, afinal a Confederação do Equador eclodiu durante o Primeiro Reinado, em 1824.
- A alternativa C está incorreta, pois a Inconfidência Mineira eclodiu em Minas Gerais, no ano de 1789, durante o período colonial.
- A alternativa D está incorreta, afinal a Revolução Liberal do Porto foi organizada em Portugal, no ano de 1820.

Gabarito: A

24. (ESA)

Com relação ao 'Fico' a petição com oito mil assinaturas foi lida ao príncipe por;

- A) José Clemente Pereira
- B) Francisco de Sampaio
- C) José Bonifácio
- D) Antônio Carlos

Comentários



Em janeiro de 1822, D. Pedro nomeou Bonifácio Ministro do Reino e dos Estrangeiros, tornando-o o primeiro brasileiro a assumir o cargo. O Partido Brasileiro também redigiu um abaixo-assinado, no qual mais de 8 mil brasileiros assinaram em favor da permanência de D. Pedro, sendo o documento entregue por José Clemente Pereira, então presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. Dito isso, a alternativa A é a resposta.

Gabarito: A

25. (ESA)

D. Pedro I, após abdicar em nome de seu filho menor D. Pedro de Alcântara, nomeou como tutor do futuro Imperador brasileiro:

- (A) José Bonifácio
- (B) Deputado Antônio Carlos
- (C) Líbero Badaró
- (D) Senador Vergueiro

Comentários

A alternativa A é a resposta. Antes de partir para Portugal, D. Pedro I se reconciliou com José Bonifácio, deixando-o como tutor de seu filho, Pedro de Alcântara. Antônio Carlos, irmão de Bonifácio, havia sido o idealizado da Constituição da Mandioca, enquanto Líbero Badaró foi o jornalista opositor assassinado em 1831. Por fim, o senador Vergueiro foi um dos regentes do Brasil no período posterior.

Gabarito: A

26. (ESA)

Com a morte de D. Pedro I, em 1834, desapareceu o partido:

- A) Republicano
- B) Moderado
- C) Caramuru
- D) Jurujuba

Comentários

Os restauracionistas, conhecidos como caramurus, defendiam o poder centralizado e o retorno de D. Pedro I para o Brasil. Dito isso, a alternativa C é a resposta. Já os jurujubas (liberais exaltados) e os moderados eram contrários ao excesso de centralismo político. Por fim, não há partido republicano no período.

Gabarito: C

27. (ESA – Adaptada)



O período de 1831 a 1850 foi um dos mais agitados da História do Brasil, com a realização de várias revoltas no país. Assinale a revolta iniciada no governo regencial e somente sufocada após a decretação da maioria de D. Pedro II:

- (A) Sabinada
- (B) Farroupilha
- (C) Cabanada
- (D) Balaiada

Para alcançarmos a resposta, que tal relembrarmos as datas de início e fim de cada uma das revoltas?

- Sabinada (1837-1838)
- Balaiada (1838-1841)
- Cabanagem (1835-1840)
- Farroupilha (1835-1845)

Considerando que a decretação da maioria de D. Pedro II se deu em 1840, a alternativa B é a resposta.

Gabarito: B

28. (ESA)

No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro abdicou através do seguinte documento: "Usando do direito que a Constituição me concede declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu amado e prezado filho, o Sr. Dom Pedro de Alcântara Boa Vista, 7 de abril de 1831." Devido a este ato, assumiu o governo do Brasil na ocasião:

- (A) D. Pedro II
- (B) Padre Feijó
- (C) José Bonifácio
- (D) Uma Regência Trina Provisória

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal D. Pedro II só assumiu o comando do país em 1840, após o êxito do golpe da maioria.

- A alternativa B está incorreta, uma vez que o padre Feijó se torna dirigente do Brasil em 1835.

- A alternativa C está incorreta, pois José Bonifácio não se encontrava no poder durante o período regencial.

- A alternativa D é a resposta. Após a abdicação de D. Pedro I foi formada uma Regência Trina Provisória, que governou o país até o momento em que a Assembleia Geral se reuniu para eleger uma nova tríade de representantes do Executivo – a Regência Trina Permanente.

Gabarito: D



29. (ESA)

Em 28 de janeiro de 1808, o príncipe D. João expediu a Carta Régia que determinava a abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas. Tal fato histórico ocorreu:

- (A) em Pernambuco
- (B) no Rio de Janeiro
- (C) na Bahia
- (D) em São Paulo

Comentários

Ao final de janeiro 1808, quando a Corte aportou em Salvador, D. João decretou a abertura dos portos às nações amigas, o que extinguiu o monopólio colonial português (pacto colonial) e concedia liberdade comercial para os comerciantes luso-brasileiros instalados na Colônia. Assim sendo, a alternativa C é a resposta.

- As alternativas A e D estão incorretas, pois D. João nunca esteve em tais localidades.
- A alternativa B está incorreta, pois a abertura dos portos se deu antes da chegada de D. João no Rio de Janeiro.

Gabarito: C

30. (ESA)

Correlacione os estados com os eventos da coluna da esquerda e assinale a resposta que contém a sequência correta:

- () Sabinada
- () Farroupilha
- () Cabanagem
- () Balaiada

- 1- Rio Grande do Sul
- 2- Rio Grande do Norte
- 3- Grão-Pará
- 4- São Paulo
- 5- Bahia
- 6- Maranhão
- 7- Rio de Janeiro

- (A) 6 – 7 – 2 – 4
- (B) 1 – 4 – 7 – 2
- (C) 5 – 1 – 3 – 6



(D) 3 – 1 – 6 – 4

Comentários

Para alcançarmos a resposta, que tal lembrarmos os locais de eclosão de cada uma das Revoltas?

- Sabinada (1837-1838) → Salvador, Bahia
- Balaiada (1838-1841) → Maranhão
- Cabanagem (1835-1840) → Grão-Pará
- Farroupilha (1835-1845) → Rio Grande do Sul.

Com base nessas informações a sequência correta é 5-1-3-6, o que torna correta a alternativa C.

Gabarito: C

31. (ESA)

Dentre os deputados brasileiros eleitos para colaborar no projeto de Constituição destinado ao Reino Unido de Portugal e Algarves. Destacou-se na defesa da autonomia brasileira contra os projetos recolonizadores:

- (A) Antônio Carlos Ribeiro de Andrada
- (B) Padre Diogo Antônio Feijó
- (C) Pedro de Araújo Lima
- (D) Francisco Muniz Tavares

Comentários

- A alternativa A é a resposta, pois Antônio Carlos foi um dos deputados que se portaram contra o processo de recolonização do Brasil intentado pelas Cortes portuguesas.
- As alternativas B e C estão incorretas, afinal as lideranças do padre Feijó e de Araújo Lima se destacaram durante o período regencial.
- A alternativa D está incorreta, pois Muniz Tavares foi uma das principais lideranças da Revolução de 1817.

Gabarito: A

32. (ESA)

Os chefes da mais longa das revoluções brasileiras, a Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, ocorrida no atual Rio Grande do Sul, proclamaram a chamada República:

- (A) Juliana
- (B) Piratini
- (C) Gaúcha
- (D) Federativa



Comentários

Em 1836, os estancieiros farroupilhas tomam o poder e proclamam a **República do Piratini**, sendo **mantidos o voto censitário e a escravidão**. Depois de três anos de conflito, alcançam a província de Santa Catarina, local de fundação da República Juliana. Dito isso, a alternativa B é a resposta.

As alternativas C e D estão incorretas, pois não oferecem o nome correto da República do Piratini, também conhecida como República Rio-Grandense.

Gabarito: B

33. (ESA)

Com a Independência do Brasil tivemos a nossa primeira Constituição, que foi outorgada por D. Pedro I no ano de:

- (A) 1824
- (B) 1840
- (C) 1822
- (D) 1831

Comentários

- 1824: criação da primeira Constituição do Brasil
- 1822: formalização da ruptura política do Brasil em relação ao Império Português
- 1831: abdicação de D. Pedro I e fim do Primeiro Reinado
- 1840: coroação de D. Pedro II e início do Segundo Reinado.

Feitas essas considerações, a alternativa A é a resposta.

Gabarito: A

34. (ESA)

O Tratado de Comércio e Navegação de 1810, entre Inglaterra e Portugal, contribuiu para:

- (A) impedir o desenvolvimento industrial do Brasil.
- (B) Fortalecer a classe dos comerciantes portugueses.
- (C) Implantar o sistema de companhias privilegiadas.
- (D) Preservar o regime monárquico no Brasil.

Comentários

Os Tratados de Amizade, Aliança, Comércio e Navegação garantiram à Inglaterra o direito de colocar suas mercadorias no mercado brasileiro pagando apenas 15% de taxa sobre o valor do produto, ao passo que para os portugueses a taxa era de 16% e para os demais países, 24%. Isso promoveu a “britanização da economia brasileira” e o bloqueio do desenvolvimento do processo industrial do Brasil. Dito isso, a alternativa A é a resposta.



- As alternativas B e C estão incorretas, pois os Tratados de 1810 representaram o fim do pacto colonial e dos monopólios e vantagens concedidas aos portugueses.
- A alternativa D está incorreta, pois trata-se de um acordo econômico.

Gabarito: A

35. (ESA)

A criação da Guarda Nacional, em 1831 durante o Governo Regencial, teve como um de seus objetivos:

- (A) Apoiar o governo de D. Pedro I na consolidação da Independência.
- (B) Defender a integridade das fronteiras ameaçadas de invasão.
- (C) Substituir as tropas que formavam as milícias do Exército.
- (D) Conter as agitações e amotinções que perturbavam a nação

Comentários

Durante a regência trina permanente foi idealizada a Guarda Nacional, uma milícia composta por cidadãos votantes e criada para defender a Constituição, manter a ordem pública a unidade do Império. Ela foi a força responsável pela repressão dos movimentos rebeldes que eclodiram por todo o país no período, sendo comandadas pelos grandes proprietários locais. Dito isso, a alternativa D é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, afinal no momento de formação da Guarda, a guerra de independência já havia acabado.
- A alternativa B está incorreta, pois trata-se de uma milícia que busca garantir a ordem interna.
- A alternativa C está incorreta, pois ela mantinha atribuições distintas do Exército, que se volta à defesa nacional.

Gabarito: D

36. (ESA)

Durante a permanência de D. João VI no Brasil, o território brasileiro ampliou suas fronteiras através da anexação de:

- (A) Amapá e Acre
- (B) Uruguai e Acre
- (C) Guiana Francesa e Província Cisplatina
- (D) Sete Povos das Missões e Colônia do Sacramento

Comentários

A política externa da Corte joanina foi pautada por represálias à invasão de Portugal pelas tropas napoleônica, o que a levou a promover a ocupação da Guiana Francesa (1809) e da Cisplatina (1816). A alternativa C, portanto, é a correta.



- As alternativas A e B estão incorretas, pois os brasileiros só ocupam a região do Acre para explorar a borracha vegetal, a partir do final do século XIX.
- A alternativa D está incorreta, pois inclui denominações relativas ao período colonial.

Gabarito: C

37. (ESA)

Durante a regência de D. Pedro, o ministério liderado por José Bonifácio decretou o "Cumpra-se", que determinava que:

- (A) as tropas portuguesas deveriam ser expulsas do Brasil.
- (B) D. Pedro deveria receber o título de "Defensor Perpétuo do Brasil".
- (C) fosse convocada uma Assembleia Constituinte.
- (D) as leis portuguesas só teriam validade no Brasil com a autorização do Príncipe-Regente

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a expulsão de tropas portuguesas foi decorrente das guerras pela independência.
- A alternativa B está incorreta, pois embora o título de Defensor Perpétuo foi concedido à D. Pedro pelas lojas maçônicas do Partido Brasileiro.
- A alternativa C está incorreta, pois a convocação da Assembleia antecipou o estabelecimento do "cumpra-se".
- A alternativa D é a resposta. Em maio de 1822, os conflitos entre D. Pedro e as Cortes se acirraram com o a decisão do regente de que as decisões das últimas só seriam executadas mediante um "Cumpra-se" assinado por ele.

Gabarito: D

38. (ESA)

Com relação ao reconhecimento de Independência do Brasil:

- (A) a Santa Aliança demonstrou ser favorável à independência pressionando Portugal para reconhecê-la.
- (B) a Inglaterra rompeu relações com Portugal, pois desejava a manutenção do Brasil como colônia.
- (C) os Estados Unidos foi o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil.
- (D) pela Doutrina Monroe, o Brasil deveria permanecer como colônia portuguesa.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a Santa Aliança foi um pacto militar formado por potências absolutistas e que negava movimentos nacionalistas e separatistas.
- A alternativa B está incorreta, afinal Portugal e Inglaterra mantiveram relações diplomáticas.



- A alternativa C é a resposta. Além da dificuldade interna no reconhecimento da Independência, também era preciso obtê-lo de outros países. Os Estados Unidos foram os primeiros a fazê-lo, enquanto Portugal só fez o mesmo mediante pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas pelo Brasil
- A alternativa D está incorreta, pois a Doutrina Monroe foi criada pelos Estados Unidos para evitar a interferência de países europeus no continente americano.

Gabarito: C

39. (ESA)

A "Noite da Agonia" teve relação imediata com:

- (A) a dissolução da Assembleia Constituinte.
- (B) a Guerra da Cisplatina
- (C) a morte de Libero Badaró em São Paulo.
- (D) a luta entre brasileiros e portugueses, logo após a volta de D. Pedro I de Minas Gerais.

Comentários

Na noite do dia 11 para 12 de novembro de 1823, a Assembleia Constituinte permaneceu em sessão permanente após portugueses espancarem um farmacêutico brasileiro, episódio que ficou conhecido como **Noite da Agonia**. A cobrança do Legislativo de explicações do Imperador foi o suficiente para D. Pedro se enfurecer, mandar cercar o prédio onde se encontravam os deputados e dissolver o órgão responsável por elaborar a Carta constitucional. Dito isso, a alternativa A é a resposta. Todas as demais alternativas estão incorretas, pois incluem elementos do contexto da crise do Primeiro Reinado.

Gabarito: A

40. (ESA)

Durante o Período Regencial, um movimento na Bahia pretendia instaurar uma república provisória até a maioria de D. Pedro II. Este movimento foi denominado:

- (A) Confederação do Equador
- (B) Cabanagem
- (C) Conjuração dos Alfaiates
- (D) Sabinada

Comentários

Dois anos após a Revolta do Malês, Salvador foi palco de uma nova revolta, dessa vez protagonizada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha. Apoiado por soldados, Sabino depôs o presidente da província em 7 de novembro de 1837, proclamando a República Bahiense. Contudo, a ideia era que a República perdurasse até a ascensão de D. Pedro II ao trono, evidenciando que se tratava de uma revolta contra o governo regencial, e não contra a monarquia.



- A alternativa A está incorreta, pois a Confederação do Equador se deu durante o Primeiro Reinado (1822-1831).
- A alternativa C está incorreta, afinal a Conjuração dos Alfaiates foi um movimento republicano que eclodiu em 1798, durante o período colonial.
- A alternativa B está incorreta, pois a Cabanagem ocorreu na província do Grão-Pará.

Gabarito: D

41. (ESA)

Logo após a abdicação de D. Pedro I, declinaram-se três agrupamentos políticos:

- (A) liberais, conservadores e republicanos.
- (B) democratas, monarquistas e conservadores
- (C) regressistas, progressistas e republicanos.
- (D) liberais moderados, liberais exaltados e restauradores.

Comentários

Após a abdicação de D. Pedro I surgiram três grupos políticos no Brasil:

- Restauradores ou caramurus → defendiam a manutenção de uma monarquia constitucional centralizada. O grupo reunia comerciantes portugueses, militares e funcionários públicos, muitos defensores do retorno de D. Pedro I.
- Liberais moderados ou chimangos → Grupo composto pela elite agrária do país, sobretudo dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. monarquistas constitucionais que defendiam certa autonomia para as províncias, mas se opunham ao retorno de Pedro I.
- Liberais exaltados ou jurujubas → Reivindicavam a instauração a implementação do federalismo no país, o que descentralizaria a ordem política ao conferir autonomia para as províncias. O grupo era formado por membros das camadas médias urbanas, o que incluía advogados, militares e jornalistas. Muitos deles eram republicanos.

Dito isso, a alternativa D é a resposta.

Gabarito: D

42. (ESA)

Em represália ao ataque da França a Portugal, D. João VI determinou que a Guiana Francesa fosse invadida, no ano de:

- (A) 1800
- (B) 1805
- (C) 1808
- (D) 1815
- (E) 1820

Comentários



A ação de ocupação da Guiana começou com uma atividade de espionagem, executada em agosto de 1808 por oficiais portugueses, o que torna a alternativa C a correta. Contudo, a ocupação só se efetivou em 1809, com a tomada de Caiena.

Gabarito: C

43. (ESA)

A elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves (1815) permitiu:

- (A) a D. João VI prolongar sua permanência em território brasileiro.
- (B) o regresso da família real a Portugal.
- (C) a união do Estado do Brasil com os outros estados, exceto o do Maranhão.
- (D) a volta do parlamentarismo ao reino de Portugal.
- (E) a elevação de D. Pedro a Regente do Brasil.

Comentários

Apesar da derrota definitiva de Napoleão, D. João não dava sinais de que retornaria para Lisboa. Com isso, o príncipe regente elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, fazendo com que o território americano passasse a ter autonomia administrativa. Assim sendo, a alternativa A é a resposta.

- A alternativa B está incorreta, pois o regresso da Família Real para Portugal se deu após pressões da Revolução Liberal do Porto, em 1820.
- A alternativa C está incorreta, pois o Maranhão foi mantido como parte do Brasil no período.
- A alternativa D está incorreta, pois o parlamentarismo não havia sido implementado pelo Império português.
- A alternativa E está incorreta, pois D. Pedro se tornou regente após o retorno de D. João VI para Portugal.

Gabarito: A

44. (ESA)

Uma das modificações constitucionais do Ato Adicional previa:

- (A) a proibição da imprensa em noticiar os trabalhos legislativos.
- (B) que a Regência Trina fosse mantida com o referendo de eleições populares.
- (C) a decretação imediata da maioria de D. Pedro II.
- (D) a inelegibilidade dos "liberais exaltados".
- (E) que a Regência Trina se transformasse em Regência Una.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois o Ato Adicional não versou sobre a imprensa.



- A alternativa B está incorreta, pois o modelo trino de regência foi abandonado pelo Ato Adicional de 1834.
- A alternativa C está incorreta, pois a antecipação da maioria de D. Pedro de Alcântara ocorreu em 1840.
- A alternativa D está incorreta, pois os liberais exaltados mantiveram-se atuantes na política nacional.
- A alternativa E está correta, pois o Ato Adicional de 1834 fez com que o Brasil passasse a adotar o modelo uno de regência.

Gabarito: E

45. (ESA)

Com relação à Guerra dos Farrapos, podemos afirmar que ela:

- (A) ocorreu no Paraná, em face do grande volume de importação do charque platino.
- (B) foi favorecida pelo caráter militarizado da sociedade riograndense e pela aliança dos bandeirantes paulistas.
- (C) ocorreu no Rio Grande do Sul no ano de 1835, face aos elevados impostos territoriais e às altas taxas incidentes nas exportações de charque, couro e sebo.
- (D) visava aumentar o poder central com a diminuição da autonomia provincial.
- (E) contou com a participação efetiva de elementos da camada social mais baixa, denominada cabanos.

Comentários

A Revolução Farroupilha (1835-1845) foi um movimento separatista ocorrido na província do Rio Grande do Sul, liderado por criadores de gado prejudicados com a ausência de proteção alfandegária do charque produzido no interior do país, que sofria concorrência da produção uruguaia e argentina. Além disso, os farroupilhas também questionavam a ausência de autonomia provincial, o que torna correta a alternativa C.

Gabarito: C

46. (ESA)

A burguesia portuguesa que, com a Rebelião do Porto de 1820 passou a liderar Portugal, tinha em relação ao Brasil a intenção de:

- (A) proclamar a República
- (B) extinguir a escravidão
- (C) acelerar o processo de independência
- (D) promover a recolonização
- (E) manter a liberdade de comércio, conquistada em 1808.

Comentários



Inspirada pelas ideias do Iluminismo, em agosto de 1820 eclodiu a Revolução Liberal do Porto, movimento que exigia o retorno do rei para Portugal e a convocação das Cortes portuguesas para a criação de uma Constituição. Além disso, também buscavam a supressão da autonomia administrativa e a liberdade econômica conquistadas pelo Brasil, o que torna correta a alternativa D.

- A alternativa A está incorreta, pois o movimento buscava a implementação de uma monarquia constitucional em Portugal.
- A alternativa B está incorreta, afinal os revolucionários não questionaram a continuidade da escravidão no Império português.
- A alternativa C está incorreta, afinal a Revolução Liberal do Porto buscou limitar a autonomia do Brasil.
- A alternativa E está incorreta, pois a Revolução Liberal do Porto almejou a supressão da autonomia administrativa e a liberdade econômica conquistadas pelo Brasil a partir de 1808.

Gabarito: D

47. (ESA)

Integra o conteúdo da Constituição de 1824, exceto a (o):

- (A) forma de governo monárquica
- (B) religião católica
- (C) voto universal
- (D) existência de quatro poderes

Comentários

- A alternativa A está correta, pois a Constituição afirmou a monarquia constitucional e representativa como forma de governo.
- A alternativa B está correta, pois a Constituição de 1824 manteve o catolicismo como religião oficial do Império, regulado pelo regime de Padroado.
- A alternativa C está incorreta, afinal foi introduzido o voto censitário, limitando a participação política a uma estreita camada de cidadãos proprietários.
- A alternativa D está correta, pois foram criados 4 poderes pela Carta de 1824: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador.

Gabarito: C

48. (ESA)

O assassinato do jornalista Líbero Badaró, em novembro de 1830, provocou:

- (A) uma onda de indignação nacional, repercutindo contra o autoritarismo do Imperador.
- (B) o fechamento da Assembleia Constituinte com prisão alguns deputados.
- (C) forte protesto dos portugueses contra os militares.



- (D) a decidida reação do Ministério dos Marqueses, para punir os culpados.
- (E) a derrubada do Ministério dos Brasileiros, após a Guerra da Cisplatina.

Comentários

Em novembro de 1830, um dos mais ardorosos adversários de D. Pedro I na imprensa, o jornalista Líbero Badaró, foi assassinado por partidários da monarquia, o que gerou comoções em todo o país e protestos contra o caráter despótico do poder moderador. Dito isso, a alternativa A é a resposta.

- A alternativa B está incorreta, pois este processo se deu em 1824.
- A alternativa C está incorreta, afinal foram os brasileiros que se indignaram com o assassinato do jornalista.
- A alternativa D está incorreta, pois o Ministério dos Marqueses buscou reforçar o viés autoritário do governo de D. Pedro I, o que o leva a ser alvo de protestos no Rio de Janeiro.
- A alternativa E está incorreta, afinal a dissolução do Ministério dos Brasileiros se deu em abril de 1831.

Gabarito: A

49. (ESA)

Um dos objetivos do grupo dos liberais exaltados da época regencial era:

- (A) a volta de D. Pedro I ao trono do Brasil.
- (B) A concessão de autonomia às províncias.
- (C) A manutenção da ordem pública.
- (D) A preservação da Monarquia.
- (E) O fim da escravidão.

Comentários

Os liberais exaltados reivindicavam a instauração do federalismo no país, a extensão da cidadania para todos os homens livres, o fim da escravidão e até uma espécie de reforma agrária. Dito isso, a alternativa B é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, pois trata-se de uma demanda dos restauradores, também conhecidos como caramurus.
- A alternativa D está incorreta, afinal muitos exaltados são republicanos.
- A alternativa E está incorreta, uma vez que nem todos os exaltados defendem o fim da escravidão.

Gabarito: B

50. (ESA)



Em janeiro de 1835, os revoltosos ocuparam a capital da Província do Pará e executaram o presidente local, juntamente com outras autoridades. Esta revolta popular foi denominada:

- (A) Farroupilha
- (B) Sabinada
- (C) Praieira
- (D) Balaiada
- (E) Cabanagem

Comentários

Para alcançarmos a resposta, que tal relembrarmos os locais de eclosão de cada uma das Revoltas mencionadas?

- Sabinada (1837-1838) → Salvador, Bahia
- Balaiada (1838-1841) → Maranhão
- Cabanagem (1835-1840) → Grão-Pará
- Farroupilha (1835-1845) → Rio Grande do Sul.
- Revolta da Praieira (1848-1850) → Pernambuco (Segundo Reinado)

Com base nessas informações a alternativa E é a resposta.

Gabarito: E

51. (ESA)

Entre as causas da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro podem ser citadas as seguintes, exceto:

- (A) a oposição da Igreja Católica a D. Pedro I.
- (B) a tendência autoritária do Imperador.
- (C) as ligações mantidas por D. Pedro em Portugal, após 1826.
- (D) as guerras Cisplatina e a independência do Uruguai.
- (E) os conflitos políticos entre brasileiros e portugueses.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a questão religiosa se deu durante o Segundo Reinado, contribuindo para a crise da monarquia.

- A alternativa B está correta. O autoritarismo do governante motivou desconfianças e represálias por setores ligados ao Partido Brasileiro.

- A alternativa C está correta, afinal o envolvimento de D. Pedro na questão sucessória de Portugal gerou desconfianças da classe política brasileira.

- A alternativa D está correta. Em 1825, a província Cisplatina deu início a um conflito pela sua independência, apoiada recebendo apoio da Argentina devido à sua pretensão de anexá-la. O



conflito se estendeu até 1828, sendo um dos fatores que contribuiu para a crise política do Primeiro Reinado devido aos altos recursos gastos empregados para manter uma localidade que não possuía nenhuma identidade cultural com as demais do Brasil. Uma vez independente, a Cisplatina passou a se chamar República Oriental do Uruguai.

- A alternativa E está correta, afinal os partidos Português e Brasileiro se enfrentaram durante todo o Primeiro Reinado, nas ruas, na imprensa e na política institucional.

Gabarito: A

52. (ESA)

O mais importante movimento sedicioso acontecido no Primeiro Reinado foi:

- (A) a Guerra da Cisplatina.
- (B) a Confederação do Equador.
- (C) a Guerra dos Mascates.
- (D) a Cabanagem.
- (E) a Revolução do Porto.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. Embora tenha sido um processo ocorrido no Primeiro Reinado, a Confederação do Equador possui maior importância ao conquistar a adesão de diversas províncias.

- A alternativa B é a resposta. O autoritarismo de D. Pedro I, manifestado com a imposição da Constituição de 1824, provocou reações em Pernambuco, onde eclodiu uma revolta denominada Confederação do Equador (1824). As províncias da Paraíba, Ceará e Rio Grande Norte também aderiram ao movimento.

- A alternativa C está incorreta, afinal trata-se de um movimento do período colonial.

- A alternativa D está incorreta, afinal trata-se de um movimento do período regencial.

- A alternativa E está incorreta, afinal trata-se de um movimento do período joanino.

Gabarito: B

53. (ESA)

A importante medida tomada pelo Regente D. João logo que a Família Real portuguesa chegou a Salvador, em 1808, foi a:

- (A) proibição de importação de tecidos.
- (B) Abolição da escravatura negra no Brasil.
- (C) Assinatura de um Tratado de Paz com a França.
- (D) Abertura dos portos às nações amigas.
- (E) Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.



Comentários

Ao final de janeiro 1808, quando a Corte aportou em Salvador, D. João decretou a abertura dos portos às nações amigas, o que extinguiu o monopólio colonial português (pacto colonial) e concedia liberdade comercial para os comerciantes luso-brasileiros instalados na Colônia. Assim sendo, a alternativa D é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, pois a política econômica da Corte joanina favorece a entrada de tecidos importados no Brasil, especialmente ingleses.
- A alternativa B está incorreta, pois a abolição da escravidão se deu em maio de 1888.
- A alternativa C está incorreta afinal a sede do Império Português manteve uma postura beligerante em relação aos domínios napoleônicos no continente americano.
- A alternativa E está incorreta, afinal este processo ocorreu no Rio de Janeiro, em 1815.

Gabarito: D

54. (ESA)

Pelo Tratado de 1810, regulando o comércio com a Inglaterra.

- (A) Portugal e Brasil tiveram grandes lucros e benefícios.
- (B) firmas brasileiras puderam se estabelecer na Inglaterra.
- (C) a Inglaterra conseguiu grandes vantagens e lucros.
- (D) a indústria brasileira e portuguesa tiveram grande expansão.
- (E) Portugal e Brasil tornaram-se potências econômicas.

Comentários

Os Tratados de Amizade, Aliança, Comércio e Navegação garantiram à Inglaterra o direito de colocar suas mercadorias no mercado brasileiro pagando apenas 15% de taxa sobre o valor do produto, ao passo que para os portugueses a taxa era de 16% e para os demais países, 24%. Isso promoveu a “britanização da economia brasileira”. Dito isso, a alternativa C é a resposta.

- As alternativas A e E estão incorretas, pois como vimos, o Tratado prejudicou interesses portugueses e tornou o Brasil economicamente dependente dos produtos ingleses.
- A alternativa B está incorreta, pois ao Brasil não foi concedido os mesmos privilégios alfandegários no mercado inglês.
- A alternativa D está incorreta, afinal a invasão de produtos britânicos atravancou o desenvolvimento da indústria brasileira.

Gabarito: C

55. (ESA)

Proclamada a Independência, o Brasil adotou como forma de governo:

- (A) a República Federativa e Parlamentar.



- (B) a Monarquia Absoluta, Hereditária e Divina.
- (C) a Monarquia Constitucional Parlamentarista.
- (D) a República Federativa e Presidencialista.
- (E) a Monarquia Hereditária, Constitucional e Representativa.

Comentários

- As alternativas A e D estão incorretas, pois o regime republicano só foi adotado no Brasil a partir de 1889.
- A alternativa B está incorreta, pois os poderes do monarca eram limitados por uma Carta constitucional.
- A alternativa C está incorreta, pois o parlamentarismo foi implementado somente durante o Segundo Reinado.
- A alternativa E é a resposta. A Constituição de 1824 manteve a monarquia hereditária no Brasil, mas limitou as atribuições do imperador por meio de uma Constituição e garantiu a representação das classes proprietárias por meio do voto censitário.

Gabarito: E

56. (ESA)

Em 1808, D. João VI decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Tal medida.

- (A) fortaleceu os laços comerciais entre Brasil e Portugal.
- (B) acabou com o monopólio português sobre o Brasil.
- (C) dificultou o predomínio dos produtos ingleses no Brasil.
- (D) determinou a decadência da agricultura açucareira.
- (E) determinou o reatamento de relações diplomáticas entre França e Portugal.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois o decreto concedeu liberdade econômica ao Brasil.
- A alternativa B é a resposta, afinal o decreto encerrava o chamado “pacto colonial”.
- A alternativa C está incorreta, pois este processo acabou por resultar na “britanização da economia” brasileira, sendo o Brasil invadido por produtos oriundos da Inglaterra.
- A alternativa D está incorreta, pois a crise da produção do açúcar remete ao período colonial.
- A alternativa E está incorreta, afinal a Corte joanina conduziu sua política externa por meio de represálias à ocupação napoleônica de Portugal.

Gabarito: B

57. (ESA)



- O movimento pela Independência do Brasil foi liderado especialmente:
- (A) pela elite latifundiária
 - (B) pela massa da população
 - (C) pelos próprios portugueses
 - (D) pela burguesia industrial
 - (E) pelos escravos

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Visando conservar a liberdade econômica e a autonomia administrativa, as elites latifundiárias protagonizaram as discussões favoráveis pela independência, mobilizadas pelos jornais e lojas maçônicas.
- A alternativa C está incorreta, uma vez que a maioria dos portugueses se opôs à emancipação política do Brasil.
- A alternativa D está incorreta, afinal não há burguesia industrial no Brasil neste momento.
- As alternativas B e E estão incorretas, afinal os escravizados e a “arraia-miúda” brasileira foram marginalizados do debate político no período.

Gabarito: A

58. (ESA)

O que caracterizou de forma definitiva a ampliação da autoridade do Imperador D. Pedro I foi a criação do Poder:

- (A) Legislativo
- (B) Executivo
- (C) Judiciário
- (D) Moderador
- (E) Constitucionalista

Comentários

O poder moderador, considerado chave de toda a organização política, foi implementado pela Carta de 1824, sendo exercido exclusivamente pelo imperador de maneira vitalícia. Por meio dele, o monarca interferia nos demais poderes, nomeando e demitindo ministros e presidentes de província, dissolvendo a Câmara dos Deputados, escolhendo juizes e senadores e se comprometendo com certas atribuições de Justiça. Dito isso, a alternativa D é a resposta.

- As alternativas A, B e C estão incorretas, pois tratam-se de poderes cuja separação busca limitar a autoridade dos monarcas.
- A alternativa E está incorreta, uma vez que constitucional era a forma monárquica adotada pelo Brasil a partir de 1824.

Gabarito: D



59. (ESA)

Uma das principais causas da Revolução Farroupilha foram as(os):

- A) precárias condições de vida dos ribeirinhos amazônicos.
- B) problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos.
- C) divergências entre senhores de engenho e escravos na Bahia.
- D) péssimas condições de saneamento básico no Rio de Janeiro.
- E) problemas de relacionamento entre membros do partido liberal paulista e a regência.

Comentários

A Revolução Farroupilha (1835-1845) foi um movimento separatista ocorrido na província do Rio Grande do Sul, liderado por criadores de gado prejudicados com a ausência de proteção alfandegária do charque produzido no interior do país, que sofria concorrência da produção uruguaia e argentina. Além disso, os farroupilhas também questionavam a ausência de autonomia provincial, o que torna correta a alternativa B.

- A alternativa A está incorreta, afinal a condição de miséria social enfrentada pelos ribeirinhos na região amazônica fomentou a eclosão de outra revolta a Cabanagem.

- A alternativa C está incorreta, afinal a Revolução Farroupilha foi um movimento ocorrido no sul do Império, alcançado as províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- A alternativa D está incorreta, a pouca autonomia provincial e a política alfandegária que prejudicava o charque gaúcho estão entre as principais causas da Revolução Farroupilha.

- A alternativa E está incorreta, pois os liberais paulistas se envolveram em um movimento que eclodiria anos depois, a Revolta Liberal de 1842.

Gabarito: B

60. (ESA)

A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento que pode ser caracterizado como:

- a) Ter contado com a participação de portugueses e espanhóis na luta contra holandeses.
- b) Ter sido um movimento que não sofreu influência dos ideais de liberdade surgidos na Independência dos Estados Unidos da América.
- c) um movimento que provocou descontentamento entre os portugueses por causa da contenção de despesas de D. João VI, que não concedeu privilégios aos próprios portugueses.
- d) o único movimento em que os revoltosos não instalaram um governo provisório e nem defenderam o ideal republicano.
- e) o movimento que contribuiu decisivamente no processo de independência política do Brasil.

Comentários



A Revolução Pernambucana de 1817 foi um movimento de caráter separatista e republicano, organizado em Pernambuco durante o período joanino (1808-1821). A transferência da Corte para o Rio de Janeiro, o que demandou aumento dos impostos cobrados em todo o Brasil, o que levou a insatisfação de setores de Pernambuco. Influenciados por elementos da ideologia liberal, os rebeldes defenderam a liberdade de consciência, a liberdade de imprensa e a liberdade religiosa.

A Revolução Pernambucana foi a primeira rebelião anterior à independência do Brasil que deixou de ser uma conspiração e chegou a estabelecer um governo provisório, o que correu a alternativa E.

Gabarito: E

9.2. EsFCEEx e Espcex

1. (2019/EsFCEEx – Oficial – Administração)

Durante o Período Regencial, ocorreram reformas que ficaram conhecidas como uma "experiência republicana", mas que acabaram por desatar forças até então contidas pelo unitarismo imperial. Por quase todo o período eclodiram revoltas populares que procuraram alterar a ordem política e social estabelecida. A respeito dessas revoltas, iniciadas, exclusivamente, no Período Regencial, é correto afirmar que

- a) a Cabanagem, revolta ocorrida no Pará, reuniu índios, escravos e pobres insatisfeitos com a retirada da autonomia popular existente na região pelas assembleias gerais provinciais, criadas pelo Ato Adicional à Constituição de 1834.
- b) a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, iniciada no Rio Grande do Sul, sem a participação das elites, foi motivada pelo sentimento republicano e igualitário dos setores populares, insatisfeitos com a criação da Guarda Nacional, em 1831, da qual foram impedidos de participar.
- c) a Sabinada, desencadeada na Bahia entre 1837 e 1838, foi uma revolta republicana liderada por Francisco Sabino, que pretendia unir as forças populares ao levante dos maleses, negros islamizados, que se revoltavam desde 1834.
- d) a Balaiada, ocorrida no Maranhão e no Piauí, reuniu setores populares, como camponeses, vaqueiros e escravos, liderados pelo fabricante de cestos Manuel Francisco e o negro Cosme Bento.
- e) a Rebelião Praieira, que eclodiu em Pernambuco entre 1848 e 1849, foi um movimento de cunho nitidamente social, com forte sentimento antilusitano, tendo sido assim denominada devido ao fato de a sede do núcleo revoltoso se situar na rua da Praia.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal foi a criação das Assembleias Provinciais pelo Ato Adicional de 1834 que estipulou alguma liberdade para as províncias.



- A alternativa B está incorreta. A Farroupilha foi um levante organizado pelas elites estancieiras e charqueadoras do Rio Grande do Sul, que reivindicavam maior autonomia administrativa e a revisão das tarifas que incidiam sobre o charque gaúcho.

- A alternativa C está incorreta, afinal a Sabinada não estimulou a participação de escravizados, mas das camadas médias de Salvador. Ademais, não buscava implementar uma República permanente, mas provisória.

- A alternativa D é a resposta. A Balaiada foi uma revolta ocorrida no Maranhão e que mobilizou milhares de indivíduos das camadas subalternas da população, incluindo escravos fugitivos, miseráveis e bandoleiros. Dentre seus líderes, pode-se destacar o boiadeiro Raimundo Gomes, o chefe de quilombo Cosme Bento das Chagas e o fabricante de balaios Manuel Francisco dos Anjos, cujo ofício dá nome ao movimento.

- A alternativa E está incorreta, pois a Rua da Praia era sede de um jornal das elites políticas que compunham o Partido Nacional Pernambucano.

Gabarito: D

2. (2018/EsFCEEx – Oficial – Administração)

Analise o texto abaixo e assinale a alternativa correta sobre as revoltas ocorridas no período regencial.

“ O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.”

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000, p. 161.

a) As revoltas do período regencial não se enquadram em um modelo único, mas cada uma delas resultou de unidades específicas, provinciais ou locais.

b) Esse contexto foi precisamente marcado por disputas entre os projetos federalistas, todos de viés separatista, e os projetos de reiteração do Estado unitário, os quais objetivavam a centralização das rendas e poder no governo do Império.

c) Houve um importante diálogo entre os projetos políticos separatistas, que objetivavam a separação política de determinadas partes do país e o projeto de um Estado Nacional centralizado na figura do Imperador.

d) Esse período é marcado também por uma forte tensão entre os projetos políticos federalistas, que objetivavam maior poder e atribuições aos Estados e os projetos de construção do Estado unitário, os quais se esforçavam em garantir maior centralização das rendas e poder político no governo das Províncias.

e) O período regencial caracterizou-se por ser um momento pouco conflitivo na História do Brasil, no sentido em que conseguiu, pacificamente, corresponder as demandas de diferentes grupos, fossem eles federalistas ou conservadores.

Comentários



- A alternativa A é a resposta. As revoltas regenciais foram mobilizadas por demandas e grupos sociais diversos, em muitos casos refletindo tanto as questões regionais quanto as ideias políticas vigentes na política nacional.
- A alternativa B está incorreta, pois nem todos os federalistas eram separatistas. É o caso dos liberais exaltados da Sabinada, que só defenderam a implantação de uma República em Salvador enquanto D. Pedro II não fosse coroado rei do Brasil.
- A alternativa C está incorreta, pois houve pouca comunicação entre os rebeldes dos movimentos das revoltas regenciais, que não visavam uma luta comum em relação ao poder central.
- A alternativa D está incorreta, pois os federalistas buscavam maior autonomia para as províncias em relação ao poder central, ao passo que os centralistas defendiam que a administração ficasse concentrada no Rio de Janeiro.
- A alternativa E está incorreta, afinal diversas revoltas armadas se irromperam em várias partes do território brasileiro durante o período regencial, tais como a Revolta do Malês, a Balaiada, a Cabanagem, a Sabinada e a Farroupilha.

Gabarito: A

3. (2017/EsFCEX – Oficial – Administração)

Em relação à vinda da família real portuguesa para o Brasil e os fatos relacionados a esse evento, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, assinale a alternativa com a sequência correta.

FATOS

1. Bloqueio Continental (1806).
2. Abertura dos Portos (1808).
3. Tratado de Comércio e Navegação (1810).
4. Tratado de Aliança e Amizade (1810).
5. Congresso de Viena (1815).

CARACTERÍSTICAS DO FATO

- () Foi marco impulsionador para D. João assinar o decreto que elevou o Brasil a categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.
- () Ato que pôs fim a trezentos anos de sistema colonial, uma vez que rompeu com o exclusivismo comercial entre a Metrópole e Colônia.
- () Tomou os produtos ingleses mais competitivos que os demais países, inclusive Portugal .

- a) 1 - 4 - 5
- b) 4 - 3 - 5



- c) 5 - 1 - 2
- d) 5 - 2 - 3
- e) 5 - 4 - 2

Comentários

- A primeira afirmação se refere ao Congresso de Viena, afinal foi a partir da pressão exercida por essa reunião, formada pelas potências vencedoras das guerras napoleônicas, é que D. João se viu forçado a conceder autonomia administrativa ao Brasil, afinal ele deixaria de ser visto na Europa como uma colônia e isso não o forçaria a retornar a Portugal.
- A segunda afirmativa refere-se à Abertura dos Portos, em 1808. Ela extinguiu o monopólio colonial português (pacto colonial) e concedeu liberdade comercial para os comerciantes luso-brasileiros instalados na Colônia.
- A terceira afirmativa refere-se aos Tratados de Comércio e Navegação, que reduziram para 15% a taxa alfandegária sobre os produtos importados da Inglaterra, enquanto os produtos portugueses pagavam 16% sobre seu valor, e os das demais nações, 24%. Com isso, verificou-se uma “britanização da economia” brasileira, afinal os portos foram abarrotados de produtos ingleses.

Estando correta a sequência 5-2-3, a alternativa D é a resposta.

Gabarito: D

4. (2016/EsFCEEx – Oficial – Administração - Adaptado)

Sobre a economia brasileira no século XIX, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- I. O açúcar até 1830 era o primeiro produto no mercado de exportação, sendo superado nas décadas seguintes pelo café.
 - II. A política tarifária, iniciada no Império com a Reforma Alves Branco de 1844, contribuiu para o equilíbrio entre a importação e exportação no comércio exterior, entre 1861 e 1900.
 - III. O Alvará de 1º de Abril de 1808, assinado por D. João VI, conseguiu dar ao Brasil um expressivo surto industrial na primeira década do século XIX.
 - IV. O Governo regencial promulgou em 1831, a lei que proibiu o tráfico de escravos para o Brasil, resultando na imediata interrupção da entrada de negros escravizados no país.
- a) Somente I e III estão corretas.
 - b) Somente II e III estão corretas.
 - c) Somente I e II estão corretas.
 - d) Somente II e IV estão corretas.
 - e) Somente III e IV estão corretas

Comentários



- A afirmativa I está correta. Depois da crise da mineração, o açúcar voltou a ocupar o topo das exportações do Brasil.
- A afirmativa II está correta. A partir de 1859, a balança comercial se equilibra, se aproximando os índices de produtos importados e exportados. Após 1874, a balança comercial se torna superavitária, com as exportações apresentando índices superiores ao de importação.
- A afirmativa III está incorreta, afinal o Brasil vive seu primeiro surto industrializante a partir do Segundo Reinado. A extinção do Alvará de 1785 por D. João não estimulou a produção nacional, afinal a tornou menos competitiva diante das tarifas alfandegárias favoráveis aos produtos britânicos.
- A afirmativa IV está incorreta, pois o tráfico de escravos foi mantido mesmo após a Lei aprovada em 1831.

Gabarito: C

5. (2016/EsFCEEx – Oficial – Administração – Adaptada)

Durante o período regencial (1831-1840), de Norte a Sul do país eclodiram revoltas, de proporções, durabilidade e impacto político-social. Sobre estas, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e, a seguir, assinale a alternativa com a sequência correta.

Revoltas

1. Levante dos Malês
2. Guerra dos Farrapos
3. Sabinada
4. Balaiada
5. Cabanagem

Local e motivos

() Eclodiu no Grão-Pará e lutaram pela autonomia administrativa e por melhores condições de vida na província.

() Ocorreu na Bahia, reuniu uma base ampla de apoio e lutavam pelos ideais federalistas e republicanos.

() Eclodiu no Maranhão por disputa política local e ganhou amplitude de uma revolta popular.

- a) 5 – 3 – 4
- b) 2 – 3 – 5
- c) 5 – 1 – 2
- d) 4 – 1 – 3
- e) 3 – 5 – 2

Comentários



- A primeira afirmativa é uma descrição da Cabanagem, movimento popular ocorrido na região Norte do Império e que chegou a defender melhores condições de vida, autonomia provincial e o fim da escravidão.
- A segunda afirmativa é uma descrição da Sabinada, movimento que defendeu autonomia para a província da Bahia e a manutenção de uma República enquanto durasse o governo regencial.
- A terceira afirmativa é uma descrição da Balaiada, movimento de conotações populares e que se irrompe a partir de uma disputa entre cabanos (conservadores) e bem-te-vis (liberais).

Gabarito: A

6. (2018/EsPCEEx)

Quase duas décadas depois da Conjuração Baiana, durante a estada da Família Real portuguesa no Brasil e o governo de D. João VI, ocorreu um levante emancipacionista em Pernambuco que ficaria conhecido como Revolução Pernambucana. Um dos motivos desta revolta foi

- a) o fim do monopólio comercial de Portugal sobre a colônia.
- b) a grande seca de 1816.
- c) a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves.
- d) a liberação da atividade industrial no Brasil.
- e) a cobrança forçada de impostos atrasados.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal a Revolução Pernambucana pleiteou a separação completa do domínio português, guiando-se por princípios iluministas e liberais.
- A alternativa B é a resposta. A região de Pernambuco passou por uma grave seca em 1816, o que trouxe prejuízos à classe produtora e fome para a população menos abastada. Somado a isso, uma crise econômica se instaurou diante da queda dos preços do açúcar e do algodão no mercado internacional, o que afetou os interesses econômicos das elites locais. Grupos ligados às camadas médias da região, como padres, militares, comerciantes e intelectuais, desejavam a obtenção de autonomia a partir da fundação de uma República independente.
- A alternativa C está incorreta, afinal a autonomia administrativa conferida ao Brasil não foi o suficiente para cessar os anseios do rebelde por mais autonomia.
- A alternativa D está incorreta, afinal os rebeldes buscavam a separação completa de Portugal, e não pleitear a liberação da indústria no Brasil.
- A alternativa E está incorreta, pois trata-se do estopim da chamada Inconfidência Mineira, movimento ocorrido em 1789, em Minas Gerais.

Gabarito: B

7. (2018/EsPCEEx)

Em 1834, numa tentativa de harmonizar as diversas forças em conflito no País, grupos políticos, como o dos moderados, promoveram uma reforma na Constituição do Império,



mediante a promulgação do Ato Adicional. Observe os enunciados abaixo.

I- Criação do Conselho de Estado.

II- Criação das Assembleias Legislativas provinciais.

III- A regência deixava de ser trina para se tornar una.

IV- Fundação do Clube da Maioridade.

Assinale a opção em as afirmativas estão relacionadas ao Ato Adicional.

a) I e II

b) II e IV

c) II e III

d) I e IV

e) III e IV

Comentários

- A afirmativa I está incorreta, afinal o Conselho de Estado foi suspenso pelo Ato Adicional de 1834.

- A afirmativa II está correta. O Ato Adicional instituiu as Assembleias Legislativas Provinciais, órgãos que conferiam maior autonomia das províncias em relação ao poder central – em outras palavras, era uma medida federalista, pois descentralizava a administração do Império.

- A afirmativa III está correta. A partir do Ato Adicional, o Brasil adotou o modelo de regência una, sendo estabelecido mandato de quatro anos para o cargo de regente. Por apresentar tais características, para muitos historiadores acreditam que ela representou uma “experiência republicana” vivenciada durante o Império.

- A afirmativa IV está incorreta, pois o Clube da Maioridade foi fundado somente durante a regência de Pedro de Araújo Lima, em 1840.

Gabarito: C

8. (2017/EsPCEX)

"... Caxias tinha visão certa de que pacificar é um esforço por costurar... de concessões recíprocas, de vontade sincera, tudo voltado para a conciliação..."

Neto, Jonas Correia em Revista Militar / Edição comemorativa do Bicentenário de Caxias, 2003, pág 9

O fragmento de texto acima ressalta uma das características marcantes de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, evidenciada durante sua carreira militar: ser um pacificador. Das rebeliões listadas abaixo, ocorridas no Brasil durante os 1º e 2º Reinados, as que tiveram participação efetiva de Caxias foram a

a) Revolta dos Malês; e Questão Religiosa.

b) Sabinada; e Guerra dos Farrapos.

c) Cabanagem; e Revolução Praieira.

d) Conjuração baiana; e Sabinada.

e) Balaiada; e Guerra dos Farrapos.

Comentários



- A alternativa A está incorreta, afinal a Questão Religiosa não foi uma rebelião armada, mas um desentendimento entre o Imperador e os bispos de Recife e Olinda.
- A alternativa B está incorreta, afinal o barão de Caxias não se envolveu na pacificação da Sabinada.
- A alternativa C está incorreta, afinal o barão de Caxias não se envolveu na pacificação das revoltas mencionadas.
- A alternativa D está incorreta, afinal o barão de Caxias não se envolveu na pacificação das revoltas mencionadas.
- A alternativa E é a resposta. O barão de Caxias foi o comandante das pacificações da Balaiada, da Guerra dos Farrapos, da Revolta de Manoel Congo e das Revoltas Liberais de 1842.

Gabarito: E

9. (2015/EsPCEEx)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos

- a) liberais e conservadores.
- b) conservadores e socialistas.
- c) liberais e republicanos.
- d) comunistas e republicanos.
- e) liberais e anarquistas.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Em 1831 existiam os liberais moderados e regressistas, que podem ser entendidos como conservadores, enquanto outro ramo dos liberais moderados, juntamente com os exaltados, formavam um grupo liberal.
- As demais alternativas estão incorretas, afinal não existiram grupos socialistas e comunistas na política nacional durante o período regencial. Além disso, o Partido Republicano só foi fundado no final do Segundo Reinado.

Gabarito: A

10. (2013/EsPCEEx)

“O mais duradouro movimento rebelde do Império foi a Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina entre 1835-1845. [...] Em 1836, após importantes vitórias sobre as tropas legalistas, os farroupilhas proclamaram a República Rio Grandense”. Em 1842, Luís Alves de Lima e Silva, então Barão de Caxias, é enviado pelo Império para comandar as forças legalistas. A atuação de Caxias pacificou a região já no ano de 1845. Abaixo são listadas algumas medidas que poderiam ser utilizadas para solução do conflito:

- I-Repressão violenta com prisão e fuzilamento de todos os líderes do movimento farroupilha.
- II-Aumento de taxas de importação do charque platino para tornar o similar rio-grandense-do-sul mais competitivo no mercado nacional.



III-Cercos impiedosos sobre as maiores cidades rebeladas provocando a morte de milhares de civis, minando a moral do inimigo e levando os insurretos à rendição.

IV-Incorporação ao Exército Brasileiro de comandantes farroupilhas com os mesmos postos que ocupavam nas tropas rebeldes.

V-Reconhecimento, pelo governo imperial, da liberdade dos escravos que lutaram na revolução como soldados.

Na ocasião, Caxias propôs

- a) todas as medidas acima listadas.
- b) apenas as medidas I, II e III.
- c) apenas as medidas I, III e IV.
- d) apenas as medidas II, III e V.
- e) apenas as medidas II, IV e V.

Comentários

- A afirmativa I está incorreta, pois os rebeldes da Farroupilha foram anistiados pelo Imperador.
- A afirmativa II está correta. A Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, ocorreu na província do Rio Grande do Sul, e diferente dos movimentos que vimos até agora, foi protagonizada por membros das elites. A criação de gado e a produção de charque eram as principais atividades econômicas da região, mas há muito estancieiros e charqueadores reclamavam que seus produtos eram mais taxados que o charque platino comercializado no país.
- A afirmativa III está incorreta, pois a guerra entre farroupilhas e o governo central não teve grandes perdas civis.
- A afirmativa IV está correta. Uma das condições de negociação de paz foi a incorporação dos oficiais do Exército Farroupilha ao Exército nacional, sendo mantidas suas patentes.
- A afirmativa V está correta, afinal todos os escravizados que lutaram na Farroupilha foram reconhecidos como livres.

Gabarito: E

11. (2012/EsPCEEx)

Era "exclusivo do imperador e definido pela Constituição como 'chave mestra de toda organização política'. Estava acima dos demais poderes". (COTRIM, 2009)

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder

- a) Moderador.
- b) Justificador.
- c) Executivo.
- d) Judiciário.
- e) Legislativo.

Comentários

Para facilitar, retomemos cada um dos poderes:

- Judiciário juizes de direito, juizes municipais e juizes de paz;



- Legislativo: Deputados e Senadores
- Executivo: Ministros de Estado e Imperador;
- Moderador: apenas o Imperador.

Gabarito: A

9.3. Inéditas

1. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A respeito da Revolução de 1817, que contou com a participação de vários estados da região Nordeste do território brasileiro, pode-se afirmar que:

- A) criticou o caráter absolutista de D. João VI e defendeu a implantação da República.
- B) devido ao seu teor radical, não chegou a envolver os setores médios e letrados.
- C) não possuía caráter separatista, apenas buscava o direito de participar das Cortes.
- D) defendeu a separação de Portugal, a adoção do federalismo e o fim da escravidão.
- E) pregou a liberdade de imprensa e a adoção do catolicismo como religião oficial.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Ocorrida durante o governo joanino no Brasil, a Revolução de 1817, que eclodiu na região nordeste, condenou a política tributária e o caráter absolutista do príncipe-regente, defendendo a separação da região e a implantação de um governo republicano.
- A alternativa B está incorreta, pois o movimento foi protagonizado por setores médios, como clérigos e jornalistas.
- A alternativa C está incorreta, afinal a revolta chegou a defender o rompimento com o Rio de Janeiro e a implantação de uma República.
- A alternativa D está incorreta, pois a Revolução de 1817 defendeu a continuidade do regime de escravidão no novo governo que por ela seria implementado.
- A alternativa E está incorreta, pois a Revolução de 1817 defendia não somente a liberdade de imprensa, mas também a liberdade de culto.

Gabarito: A

2. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

São características da Constituição de 1824, exceto:

- A) instituição de quatro poderes.
- B) a separação entre Igreja e Estado.
- C) sistema eleitoral em dois turnos.
- D) implantação do voto censitário.
- E) influência do liberalismo político.



Comentários

Para facilitar a resposta, atenção às principais características da Constituição de 1824:

- Fortalecimento da figura do Imperador com a criação do **poder moderador**, que regulava os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- A forma de governo se definia como uma **monarquia hereditária e constitucional**, com a **administração centralizada no Rio de Janeiro**.
- Eleições indiretas e censitárias. Direitos políticos aos cidadãos-proprietários.
- Excluídos homens menores de 25 anos e os com renda mínima anual inferior a 100 mil réis, mulheres, indígenas e escravos.
- Possui características liberais, como o reconhecimento de direitos políticos, a separação de poderes e a liberdade de culto em âmbito doméstico;
- Reconheceu o catolicismo como religião oficial por meio do regime de padroado.

Feitas essas considerações, a alternativa B é a resposta.

Gabarito: B

3. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Entre 1825 e 1828 ocorreu um conflito entre Brasil e Argentina na região do rio Prata, no qual estava em disputa a posse do território em que se situava a antiga Colônia de Sacramento. Este conflito ficou conhecido como

- A) Guerra do Chaco
- B) Guerra da Tríplice Aliança
- C) Guerra das Malvinas
- D) Guerra da Cisplatina
- E) Guerra Contra Oribe e Rosas

Comentários

- A alternativa A está incorreta. A Guerra do Chaco foi um conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai que se estendeu de 1932 a 1935.

- A alternativa B está incorreta. A Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida como Guerra do Paraguai, foi travada entre o Paraguai e uma coalizão militar formada por Brasil, Argentina e Uruguai, entre 1864 e 1870.

- A alternativa C está incorreta. A Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre a Argentina e o Reino Unido ocorrido nas Ilhas Malvinas em 1892.

- A alternativa D é a resposta. A Campanha da Cisplatina foi um conflito ocorrido entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, no período de 1825 a 1828, pela posse da Província Cisplatina, região que corresponde ao atual Uruguai e que inicialmente era conhecida como Sacramento.

- A alternativa E está incorreta. As campanhas contra Oribe e Rosas foi uma sucessão de conflitos entre Argentina Uruguai e Brasil pela hegemonia sobre o Rio da Prata, ocorridos entre 1851 e 1852.

Gabarito: D



4. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Guarda Nacional, milícia formada por grandes proprietários rurais no século XIX, foi instituída

- A) pelo Primeiro Reinado
- B) pela regência trina provisória
- C) pela regência trina permanente
- D) pela regência una de Feijó
- E) pela regência una de Araújo Lima

Comentários

Essa era uma questão que demandava conhecimentos prévios sobre o período regencial. A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, durante a regência trina permanente. Essa milícia liderada por cidadãos-proprietários se destacou pela repressão às revoltas populares e agitações contrárias ao governo nos anos seguintes, com o intuito de garantir a hegemonia das elites agrárias.

Feitas essas considerações, a alternativa C é a resposta.

Gabarito: C

5. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Assinale a alternativa que faz a relação correta entre a corrente política e seu respectivo apelido:

- A) Restauradores – farroupilhas
- B) Liberais exaltados – jurujubas
- C) Liberais moderados – caramurus
- D) Restauradores – chimangos
- E) Liberais moderados – jurujubas

Comentários

Para resolver à questão, confira a tabela abaixo:



GRUPO POLÍTICO	PRETENSÕES	CARACTERÍSTICAS
Restaurador ou caramuru	Defendia a volta de D. Pedro I ao Brasil. Contrário às reformas socioeconômicas, era favorável à centralização monárquica.	Liderado por José Bonifácio , o grupo era formado por comerciantes portugueses, militares conservadores e altos funcionários públicos. Contava com o jornal <i>O Caramuru</i> como veículo de divulgação de suas ideias.
Liberal moderado ou chimango	Defendia a ordem vigente, baseada na monarquia e na escravidão, fontes dos privilégios de seus membros. Opunha-se à volta do <u>ex-imperador</u> e defendia o governo centralizado no Rio de Janeiro e a manutenção da unidade territorial do Brasil.	O grupo era formado por membros da aristocracia rural que atuavam no governo regencial. Seus principais líderes eram o padre Feijó, o jornalista Evaristo da Veiga e o político Bernardo Pereira de Vasconcelos.
Liberal exaltado ou jurujuba	Era o grupo de tendência mais radical dentro do cenário político. Defendia a autonomia das províncias e a descentralização do poder imperial.	Composto por proprietários rurais, membros das classes médias urbanas e militares. Os membros mais radicais eram republicanos. Entre seus líderes, destacava-se Cipriano <u>Barat</u> .

Fonte: DORIGO; DORIGO; VICENTINO, p. 616.

Gabarito: B

6. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Cabanagem, revolta ocorrida entre os anos de 1835 e 1840, foi motivada

- A) pelas precárias condições de vida dos ribeirinhos amazônicos.
- B) pela insatisfação dos estancieiros gaúchos quanto a política alfandegária do país.
- C) pelo alistamento compulsório realizado pelo governo central.
- D) pelas péssimas condições de saneamento básico no Rio de Janeiro.
- E) pela ausência de liberdade religiosa e a continuidade da escravidão.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A Cabanagem foi um movimento de caráter popular da região do Grão-Pará, do qual participaram seringueiros, lavradores, indígenas e caboclos. Os rebeldes tomaram o poder na capital e defenderam maior autonomia para a província, melhores condições de vida e o fim da escravidão, mas foram duramente combatidos.
- A alternativa B está incorreta, afinal trata-se da causa motivadora da Revolução Farroupilha, movimento de elite da região sul do Império.
- A alternativa C está incorreta, pois trata-se da causa motivadora da Sabinada, movimento que eclodiu na província da Bahia e contou com a participação das camadas médias.



- A alternativa D está incorreta, afinal trata-se de uma das causas da eclosão da Revolta da Vacina, durante o governo Rodrigues Alves, na Primeira República.
- A alternativa E está incorreta, pois oferece uma descrição da causa da Revolta do Malês, movimento protagonizado por cativos muçulmanos de Salvador.

Gabarito: A

7. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Todas as características listadas abaixo estavam contidas no projeto constitucional elaborado pela Assembleia Constituinte em 1823, conhecido como Constituição da Mandioca, EXCETO:

- A) voto censitário
- B) manutenção do poder Moderador
- C) proibição de estrangeiros ocuparem cargos públicos
- D) sistema de voto em dois turnos
- E) hegemonia dos grandes proprietários

Comentários

A exceção do item B, todos os elementos listados acima estão contidos na “Constituição da Mandioca”, sendo a maioria deles incorporada pela Constituição de 1824. Contudo, o projeto elaborado pela Assembleia previa apenas três poderes, enquanto o texto outorgado em 1824 inclui um quarto poder, o Moderador, de atribuição exclusiva do imperador e que podia intervir nos demais poderes.

Gabarito: B

8. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

transformações na condição dos súditos luso-brasileiros, além de estimular o desencadeamento de diversos acontecimentos. São características do governo joanino, exceto:

- A) enfrentou um movimento separatista na região Nordeste
- B) instituiu o fim do monopólio comercial português sobre o Brasil
- C) estimulou transformações culturais e urbanísticas no Rio de Janeiro
- D) decretou a proibição de atividades manufatureiras no Brasil
- E) contribuiu para que o Brasil adquirisse autonomia administrativa

Comentários

- A alternativa A está correta, afinal a Revolução Pernambucana foi um movimento de caráter separatista e republicano que eclodiu em 1817, sendo duramente combatido pelo governo joanino.
- A alternativa B está correta, afinal a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, representou o fim do chamado “pacto colonial”.
- A alternativa C está correta. Enquanto esteve no Brasil, a Corte joanina estimulou a construção de novos edifícios e do Jardim Botânico, além permitir a criação das primeiras instituições de ensino superior, da Biblioteca Real (atual Biblioteca Nacional) e a contratação de artistas e professores estrangeiros.



- A alternativa D é a resposta. A proibição das atividades manufatureiras do Brasil remete ao período anterior à transferência da Corte, sendo retificada pelo Alvará de 1785, durante o governo de D. Maria I.
- A alternativa E está correta, afinal o Brasil deixou de ser uma colônia lusa a partir de 1815, quando foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Gabarito: D

9. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Todos os elementos listados abaixo se encontram presentes tanto no projeto Constitucional apelidado de “Constituição da Mandioca” quanto no texto outorgado pelo imperador, em 1824, **EXCETO**:

- A) a manutenção da escravidão enquanto sistema de trabalho.
- B) o estabelecimento de quatro poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.
- C) a realização das eleições em dois graus, dividindo os cidadãos em votantes e eleitores.
- D) a garantia do direito à cidadania plena aos grandes proprietários.
- E) o estabelecimento de restrições à possibilidade do imperador de assumir outros tronos.

Comentários

- A alternativa A está correta, afinal os deputados constituintes não chegaram a questionar a continuidade da escravidão como principal sistema de trabalho, exceto José Bonifácio.
- A alternativa B está incorreta e é a resposta, afinal a Constituição da Mandioca não estipulou a criação do Poder Moderador, algo criado pela Constituição de 1824.
- A alternativa C está correta. Ambos os textos constitucionais previram a realização de eleições em dois turnos, dividindo os cidadãos em eleitores e votantes.
- A alternativa D está correta, afinal as elites luso-brasileiras não almejavam introduzir o ideal de democracia no Brasil, mas limitar a participação política aos “cidadãos-proprietários”.
- A alternativa E está correta, pois havia uma preocupação das elites que atuaram em favor do processo de independência de limitar as possibilidades de D. Pedro I assumir a Coroa portuguesa após a morte do pai e “recolonizar” o Brasil.

Gabarito: B

10. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em maio de 1833, uma revolta de escravizados se irrompeu na região sul da província de Minas Gerais, nas propriedades da família Junqueira. Este levante ficou conhecido como:

- A) Revolta de Carrancas
- B) Revolta de Manuel Congo
- C) Sedição dos Mulatos
- D) Revolta da Fumaça
- E) Revolta do Malês

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Em 1833, ocorreu a maior revolta de escravos da província de Minas Gerais, iniciada nas fazendas da família Junqueira, na freguesia de Carrancas. Ela se opôs aos castigos



corporais, sendo liderada pelo escravo Ventura Mina. Cabe destacar que se trata da maior condenação à pena de morte por enforcamento aplicada a escravos no Império – 16, no total.

- A alternativa B está incorreta, afinal a Revolta de Manuel Congo ocorreu em 1838, na região de Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense. Mais de duas centenas de escravos fugiram das fazendas da região e enfrentaram o Exército e a Guarda Nacional. Manuel Congo, líder do movimento, foi executado por enforcamento em novembro do ano seguinte.

- A alternativa C está incorreta, pois Sedição dos Mulatos foi o nome dado pelas autoridades coloniais à Conjuração Baiana de 1798, também conhecida como Revolta dos Alfaiates.

- A alternativa D está incorreta, pois se trata de uma revolta militar ocorrida em Vila Rica, Minas Gerais, durante o século XIX.

- A alternativa E está incorreta, pois a Revolta do Malês foi um levante de escravizados ocorrido em Salvador, em 1835.

Gabarito: A

11. (Estratégia Militares – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O chamado Regresso foi marcado pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, que

- A) extinguiu a vitaliciedade do senado.
- B) implementou a Guarda Nacional.
- C) limitou as atribuições das Assembleias Provinciais.
- D) restituiu o Conselho de Estado.
- E) substituiu o modelo uno de regência pela Regência Trina.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois a vitaliciedade do senado foi mantida tanto pelo Ato Adicional de 1834 quanto pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 1840.

- A alternativa B está incorreta, afinal a Guarda Nacional foi criada durante a regência trina permanente.

- A alternativa C é a resposta. O período que segue de 1837 até 1840 ficou conhecido como Regresso, e foi marcado pelas tentativas de findar os conflitos que assolavam o país. Para isso, Araújo Lima aprovou a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), que diminuiu a autonomia das províncias ao retirar algumas prerrogativas de suas Assembleias.

- A alternativa D está incorreta, pois o Conselho de Estado foi restituído durante o Segundo Reinado.

- A alternativa E está incorreta, afinal o modelo de regência trina não foi retomado após 1834.

Gabarito: C

12. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as turbulências ocorridas durante o Primeiro Reinado no Brasil, pode-se destacar

- A) a Noite das Garrafadas e a Revolução Pernambucana
- B) a Confederação do Equador e a Guerra da Cisplatina
- C) a Noite da Agonia e a Revolução Praieira
- D) a tomada de Caiena e a Revolução Pernambucana
- E) a Insurreição Pernambucana e a Confederação do Equador

Comentários



Foram conflitos ocorridos durante o Primeiro Reinado (1822-1831):

- A Confederação do Equador (1824)
- Guerra da Cisplatina (1825-1828)
- A Noite das Garrafadas (1831)

Já a Insurreição Pernambucana, a Revolução Pernambucana e a tomada de Caiena foram episódios dos períodos colonial e joanino, o que incorretas as alternativas A, D e E.

Gabarito: B

13. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante o período regencial, o acirramento dos embates entre “bem-te-vis”, apelido dos liberais, e conservadores, chamados de “cabanos”, contribuiu para a eclosão, em janeiro de 1839, do seguinte movimento:

- A) Cabanagem
- B) Balaiada
- C) Sabinada
- D) Guerra dos Farrapos
- E) O Levante Malê

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o levante dos cabanos foi mobilizado pelas duras condições sociais e pela marginalização política imposta à população da província do Grão-Pará.

- A alternativa B é a resposta. Durante o período regencial, a província do Maranhão era disputada por dois grupos políticos, os cabanos (conservadores) e bem-te-vis (liberais). Em dezembro de 1838, quando os primeiros se encontravam no poder, os encarregados do vaqueiro Raimundo Gomes foram presos a mando de um subprefeito cabano, sendo eles funcionários da fazenda de um bem-te-vis. Após o episódio, Gomes invadiu a cadeia para libertar seus companheiros, que fugiram para o interior. Era o início da Balaiada, o maior movimento de caráter popular do período regencial.

- A alternativa C está incorreta, uma vez que a Sabinada foi motivada pelo recrutamento forçado e pela diminuição da autonomia provincial gerada pela Lei de Interpretação do Ato Adicional, aprovada durante o Regresso.

- A alternativa D está incorreta. A Revolução Farroupilha foi um movimento impulsionado pela política tributária imposta ao charque rio-grandense, produto prejudicado pela concorrência dos charques argentino e uruguaio. Além disso, os farrapos também criticavam sua falta de autonomia administrativa.

- A alternativa E está incorreta, pois o Levante Malê foi uma grande rebelião de escravizados de origem muçulmana que objetivava a implantação de uma ordem islâmica em Salvador.

Gabarito: B

14. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Foram consequências do Ato Adicional em 1834, exceto:

- A) o surgimento de dois grupos políticos
- B) o fim da vitaliciedade do Senado
- C) certa autonomia para as províncias



- D) eleição de Feijó como regente uno
- E) extinção do Conselho de Estado

Comentários

- A alternativa A está correta. A partir da criação do Ato Adicional, em 1834, as forças políticas se dividiram em duas: os progressistas, favoráveis a ele, e os regressistas, contrários à reforma constitucional.
- A alternativa B está incorreta e é a resposta. O Ato Adicional foi fruto da negociação entre liberais moderados, exaltados e restauradores, sendo a vitaliciedade do senado mantida para agradar o último grupo.
- A alternativa C está correta. O Ato Adicional descentralizou a administração do Império por meio da criação das Assembleias Provinciais, órgãos locais que mantinham certas atribuições legislativas.
- A alternativa D está correta. A partir do Ato Adicional de 1834, o Brasil passou a adotar o modelo uno de regência, sendo o padre Feijó o primeiro regente uno eleito.
- A alternativa E está correta. Com a suspensão do poder moderador no Brasil, o Conselho de Estado, órgão consultivo do imperador, foi suprimido.

Gabarito: B

15. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Os primeiros monarcas a reconhecer a independência do Brasil foram os dos reinos de Benin e Lagos, que se situavam na costa da África. Uma das principais motivações para isso foi:

- A) garantir a continuidade do tráfico negreiro no Atlântico
- B) buscar apoio contra a dominação europeia na África
- C) promover o retorno dos escravos para o continente de origem
- D) firmar acordos que favorecessem o acesso a manufaturas
- E) constituir uma identidade entre os negros americanos e africanos

Comentários

- A alternativa A é a resposta. Benin e Lagos eram algumas das principais fornecedoras de escravizados para o Brasil, sendo o reconhecimento da independência um esforço dessas monarquias de manter o comércio de almas com o Brasil.
- A alternativa B está incorreta. Naquele período os reinos de Benin e Lagos desfrutavam de relativa autonomia em relação aos europeus.
- As alternativas C e E estão incorretas. Não havia o estímulo do retorno de escravizados para a África no período, tampouco uma identidade comum entre os dois lados do Atlântico.
- A alternativa D está incorreta. O reconhecimento da independência do Brasil não visava adquirir manufaturas, mas manter o tráfico de escravizados no Atlântico sul.

Gabarito: A



16. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Na primeira metade do século XIX, ocorreu um movimento que buscava a proclamar uma República cuja duração se daria durante a menoridade de D. Pedro de Alcântara, intitulado

- A) Farroupilha
- B) Balaiada
- C) Sabinada
- D) Cabanagem
- E) Rebelião Praieira

Comentários

- A alternativa A está incorreta. As repúblicas proclamadas pela Farroupilha buscavam efetivar a separação do restante do Brasil.
- A alternativa B está incorreta. A Balaiada buscou combater o predomínio dos cabanos na política maranhense, sem assumir uma feição republicana.
- A alternativa C é a resposta. A Sabinada foi um movimento protagonizado pelas camadas médias de Salvador e que tinha o objetivo de manter uma República somente enquanto durasse somente até a maioria de D. Pedro II. Tratava-se, portanto, de uma revolta contra a Regência, não contra a monarquia.
- A alternativa D está incorreta. A Cabanagem foi um movimento protagonizado por negros, mestiços e indígenas na região amazônica, que chegou a proclamar uma república independente da regência e sem a intenção de se manter unido ao restante do Brasil.
- A alternativa E está incorreta. Ocorrida em Pernambuco, durante o Segundo Reinado, a Revolução Praieira não buscou a proclamação da República.

Gabarito: C

17. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as revoltas iniciadas durante o período regencial, as únicas que se estenderam até o início do Segundo Reinado foram

- A) a Farroupilha e a Revolução Praieira
- B) a Cabanagem e a Sabinada
- C) a Farroupilha e a Sabinada
- D) a Balaiada e a Farroupilha
- E) a Farroupilha e a Revolta do Malês

Comentários

Para facilitar a resposta, recordemos a duração de cada uma das revoltas mencionadas:

- Farroupilha → entre 1835 e 1845.
- Cabanagem → entre 1835 e 1840
- Revolta do Malês → 1835
- Revolução Praieira → entre 1848 e 1850 (não é uma revolta regencial).
- Sabinada → entre 1837 e 1838.
- Balaiada → entre 1838 e 1841.



Considerando que o Segundo Reinado se iniciou em 1840, a alternativa D é a resposta.

Gabarito: D

18. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A respeito da independência do Brasil, pode-se afirmar que:

- A) preservou interesses dos grandes proprietários de terras e de escravos
- B) propôs a extinção do tráfico de escravos e contrariou interesses britânicos
- C) instituiu a monarquia como forma de governo e garantiu a participação popular
- D) refletiu os pressupostos da chamada Revolução Pernambucana
- E) foi acompanhado de profundas transformações econômicas e sociais

Comentários

- A alternativa A é a resposta. A emancipação política do Brasil não foi acompanhada de grandes modificações em suas estruturas socioeconômicas e de poder, ou seja, foi mantida a hegemonia dos grandes proprietários, a escravidão enquanto principal sistema de trabalho e a grande propriedade.
- A alternativa B está incorreta. A escravidão foi mantida até 1888, ao passo que os ingleses mantiveram sua influência na economia do novo país.
- A alternativa C está incorreta. Apesar da manutenção da monarquia, o novo país manteve as camadas populares marginalizadas das decisões políticas.
- A alternativa D está incorreta. A Revolução Pernambucana buscou dar fim ao tráfico de escravizados e a implantação da República, pautas que não foram defendidas pela grande maioria dos partidários da independência do Brasil.
- A alternativa E está incorreta. Conforme dito anteriormente, o processo de independência manteve as estruturas políticas, econômicas e sociais verificadas no período colonial.

Gabarito: A

19. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Dentre as rebeliões listadas abaixo, ocorridas durante o período imperial, as que tiveram a participação de Caxias como figura pacificadora foram

- A) a Revolta do Malês e a Cabanagem
- B) a Sabinada e a Guerra dos Farrapos
- C) a Balaiada e a Revolta Liberal de 1842
- D) a Farroupilha e a Cabanada
- E) a Balaiada e a Revolta da Praieira

Comentários

O barão de Caxias foi uma figura chave na pacificação de três conflitos internos durante os períodos regencial e o Segundo Reinado: a Balaiada, conflito ocorrido no Maranhão, entre 1838 e 1841; a Farroupilha, levante iniciado na província do Rio Grande do Sul e que se estendeu entre os anos de 1835 e 1845; e a Revolta Liberal de 1842, fomentada pela marginalização do Partido Liberal do poder político, durante o Segundo Reinado.

Gabarito: C



20. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Durante o governo de D. João VI no Brasil, irrompeu em Pernambuco um movimento que ficou conhecido como Revolução Pernambucana. Dentre suas motivações, pode-se destacar:

- A) o fim do monopólio luso sobre o Brasil.
- B) a introdução do poder moderador.
- C) o predomínio dos ingleses no comércio.
- D) a grande seca de 1816.
- E) a elevação do Brasil à condição de Reino Unido.

Comentários

O governo joanino foi marcado pela eclosão de um movimento emancipacionista em 1817, a Revolução Pernambucana. A nova sede da Corte demandou um **aumento dos impostos** cobrados em todo o Brasil, o que levou a insatisfação de setores de Pernambuco. A região havia passado por uma grave seca em 1816, o que trouxe prejuízos à classe produtora e fome para a população menos abastada. Somado a isso, houve uma queda dos preços do açúcar e do algodão no mercado internacional, o que afetou os interesses econômicos das elites locais.

Feitas essas considerações, a alternativa D é a resposta.

- A alternativa A está incorreta, afinal a região repudiava a predominância dos portugueses no comércio e na administração.
- A alternativa B está incorreta, pois o poder moderador só foi introduzido pela Constituição de 1824, sendo uma das razões para a eclosão da Confederação do Equador.
- A alternativa C está incorreta, afinal não foi uma reação aos ingleses, mas contra o próprio governo geral.
- A alternativa E está incorreta, afinal em nenhum momento os rebeldes questionaram a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, Portugal e Algarves.

Gabarito: D

21. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Foram consequências do Ato Adicional de 1834, exceto

- A) exclusão do Conselho de Estado
- B) ampla descentralização administrativa
- C) criação das Assembleias Legislativas Provinciais
- D) adoção do modelo uno de regência
- E) transformação do Rio de Janeiro em um município neutro

Comentários

- A alternativa A está correta. Como o Conselho de Estado era um órgão consultivo do poder moderador, os deputados regenciais acharam prudente sua extinção enquanto o poder Moderador permanecesse desocupado.
- A alternativa B está incorreta. Embora as Assembleias Provinciais permitissem alguma autonomia para as províncias, a estrutura administrativa permaneceu centralizada no Rio de Janeiro.
- A alternativa C está correta, pois as Assembleias Legislativas Provinciais foram criadas no período.



- A alternativa D está correta, pois a partir do Ato Adicional o Brasil dispôs de dois regentes unos: o padre Feijó e Pedro de Araújo Lima.
- A alternativa E está correta, pois o Rio de Janeiro, sede da Corte e da administração regencial, passou a desfrutar de autonomia em relação à província de mesmo nome.

Gabarito: B

22. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em 1837, após a renúncia do regente Feijó, uma rebelião liderada pelo médico Francisco Sabino se irrompeu em Salvador, Bahia. O estopim para o movimento, que ficou conhecido como Sabinada, foi

- A) o recrutamento forçado da população
- B) a disputa entre liberais e conservadores
- C) a situação de miséria da população que habitava a beira dos rios
- D) a crise econômica diante da queda das exportações do algodão
- E) política tributária que incidia sobre o charque

Comentários

Dois anos após a Revolta do Malês, Salvador foi palco de uma nova revolta, dessa vez protagonizada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha. Apoiado por soldados, Sabino depôs o presidente da província em 7 de novembro de 1837, proclamando a República Bahiense. Contudo, a ideia era que a República perdurasse até a ascensão de D. Pedro II ao trono, evidenciando que se tratava de uma revolta contra o governo regencial, e não contra a monarquia.

O principal elemento que contribuiu para a eclosão do movimento foi o **alistamento compulsório de cidadãos da província**, que forçava muitos indivíduos a lutar contra os rebeldes farroupilhas no sul. Tropas foram enviadas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas para conter os rebelados, resultando em conflitos que deixaram mais de mil mortos e milhares de presos. Sabino, líder do movimento, foi capturado e levado preso para o Mato Grosso.

Feitas essas considerações, a alternativa A é a resposta.

- As alternativas B e D estão incorretas, afinal tratam-se de elementos que explicam a eclosão da Balaiada.
- A alternativa C está incorreta, pois trata-se de uma descrição da Cabanagem.
- A alternativa E está incorreta, uma vez que oferece uma descrição do principal elemento que estimulou a Revolução Farroupilha.

Gabarito: A

23. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O processo de independência foi marcado por confrontos entre tropas portuguesas e tropas do governo brasileiro em diversas partes do Brasil até meados de 1823. Foram focos de resistência interna, exceto:

- A) Piauí
- B) Bahia
- C) Maranhão
- D) Minas Gerais



E) Cisplatina

Comentários

- A alternativa A está correta. Foi no Piauí onde ocorreu a célebre Batalha do Jenipapo, um dos confrontos mais sangrentos da Guerra de Independência, quando pelo menos 200 brasileiros morreram em embates corpo a corpo com os lusos.
- A alternativa B está correta. Na antiga sede administrativa da Colônia, portugueses resistiram ao processo de emancipação política do Brasil, o que deu origem a conflitos travados com as tropas patrióticas até 2 de julho de 1823, quando foram expulsos da região. Dentre os combatentes podemos destacar a figura de Maria Quitéria, atualmente considerada heroína da Independência.
- A alternativa C está correta, afinal no Maranhão foi a última província a aderir à independência, em decorrência das ligações sólidas com os portugueses e a separação administrativa entre a região e o restante do Brasil durante boa parte do período colonial. Após ser bloqueada por mar e ameaçada de bombardeio pela esquadra de Lorde Cochrane, São Luís foi obrigada a reconhecer a independência.
- A alternativa E está correta. A província da Cisplatina, anteriormente anexada ao território brasileiro por D. João, resistiu ao processo de reconhecimento do governo brasileiro, mas o movimento foi contido por uma esquadra enviada pelo governo em novembro de 1822.

Gabarito: D

24. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Balaiada, expressiva revolta popular do período regencial, ocorreu nas províncias do

- A) Ceará e Pernambuco.
- B) Pernambuco e Piauí.
- C) Pernambuco e Bahia.
- D) Maranhão e Piauí.
- E) Grão-Pará e Maranhão.

Comentários

A alternativa D é a resposta. A Balaiada é o nome dado a uma revolta popular que se irrompeu no Maranhão do século XIX, inicialmente estimulada pelo conflito entre elites locais, mas que logo passou a refletir o descontentamento das camadas populares diante da miséria existente na região. Ao longo do tempo, a insatisfação popular também alcançou a província do Piauí, em 1839, graças aos esforços dos líderes Raimundo Gomes e Manoel Francisco dos Anjos Ferreira.

Gabarito: D

25. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Revolução Liberal do Porto, movimento político deflagrado em agosto de 1820 e que recebeu adesão imediata no Brasil, fomentou a ideia de separação das elites luso-brasileiras quando as Cortes portuguesas revelaram sua intenção de:

- a) restauração do monopólio português sobre o Brasil.
- b) manter a autonomia administrativa da Colônia.
- c) intensificar a presença britânica na economia colonial.
- d) fazer de D. Pedro o regente da porção brasileira do Império.
- e) garantir uma representação brasileira nas Cortes Gerais Extraordinárias.



Comentários

- A alternativa A é a resposta. Após o êxito da Revolução Liberal do Porto, as Cortes portuguesas deixaram claro o seu objetivo de “**recolonização**” do Brasil, retirando a autonomia administrativa e econômica conquistada durante o período joanino.
- A alternativa B está incorreta, afinal as Cortes portuguesas buscaram reenquadrar o Brasil à lógica colonial, daí a exigência de que o príncipe regente retornasse à Portugal.
- A alternativa C está incorreta, afinal o governo português buscava diminuir a penetração inglesa no Brasil, retomando a supremacia econômica da metrópole na região.
- A alternativa D está incorreta, afinal as Cortes decretaram o retorno de D. Pedro para Portugal.
- A alternativa E está incorreta, afinal a garantia de representação brasileira nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituições da nação brasileira não impediu que o governo português arquitetasse a recolonização do território.

Gabarito: A

26. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A aprovação do Ato Adicional de 1834 fez com que a classe política se dividisse em:

- a) luzias e saquaremas
- b) Partido Português e Partido Brasileiro
- c) progressistas e regressistas
- d) pés-de-cabra e pés-de-chumbo
- e) caramurus e chimangos

Comentários

- A alternativa A está incorreta, pois luzias e saquaremas eram apelidos dos partidos Liberal e Conservador, organizados a partir de 1840.
- A alternativa B está incorreta, afinal os partidos Português e Brasileiro eram grupos políticos atuantes durante os debates sobre a Independência.
- A alternativa C é a resposta. Após a aprovação do Ato Adicional de 1834, que conferiu maior autonomia para as províncias, seus defensores ficaram conhecidos como progressistas, ao passo que seus críticos foram chamados de regressistas.
- A alternativa D está incorreta, pois pés-de-cabra e pés-de-chumbo eram os apelidos dos brasileiros e portugueses nos anos finais Primeiro Reinado, respectivamente.
- A alternativa E está incorreta, pois caramurus e chimangos eram grupos que existiam antes da aprovação do Ato Adicional de 1834.

Gabarito: C

27. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em maio de 1822, o rompimento entre D. Pedro e Portugal levou o primeiro a determinar que qualquer decreto das Cortes só poderia ser executado mediante o seu aval. Essa decisão ficou conhecida como

- a) Dia do Fico



- b) Cumpra-se
- c) Despotismo esclarecido
- d) O Sete de Abril
- e) Golpe da Maioridade

Comentários

- A alternativa A está incorreta, uma vez que o Dia do Fico se deu em 09 de janeiro de 1822.
- A alternativa B é a resposta. Para conferir plena soberania ao Brasil, D. Pedro decretou que as decisões das Cortes Portuguesas não seriam acatadas deste lado do Atlântico sem o seu consentimento. A medida, que ficou conhecida como “Cumpra-se”, teve imediato apoio dos grupos políticos favoráveis à independência.
- A alternativa C está incorreta. O despotismo esclarecido foi uma expressão utilizada para denominar os monarcas que mantiveram uma estrutura absolutista de poder, mas buscaram promover certas reformas que iam ao encontro dos postulados iluministas.
- A alternativa D está incorreta, pois o Sete de Abril marca o momento de abdicação de D. Pedro I do trono brasileiro, em 1831. Para alguns historiadores, a data representou a conclusão do processo de emancipação política do país.
- A alternativa E está incorreta, afinal o golpe da maioria foi o nome dado à iniciativa dos progressistas de anteciparem a maioria de D. Pedro de Alcântara, em 1840.

Gabarito: B

28. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A transmigração da Corte portuguesa, em 1808, trouxe diversas transformações para a situação do Brasil na ordem colonial. Verificou-se no período joanino:

- a) um estímulo à produção local pelo protecionismo alfandegário.
- b) o fim das tensões de interesses entre brasileiros e lusos.
- c) o aumento das fronteiras do território brasileiro.
- d) o reforço do chamado pacto colonial.
- e) a amenização da política tributária gerida pelo Império luso.

Comentários

- A alternativa A está incorreta, afinal o período joanino foi marcado pela “britanização da economia” brasileira, em razão dos tratados de Amizade, Aliança, Comércio e Navegação assinados com a Inglaterra.
- A alternativa B está incorreta, afinal boa parte do século XIX foi marcada por momentos de acirramento das animosidades entre portugueses e brasileiros. No período joanino, muitas delas foram decorrentes da preferência da Corte em beneficiar os lusos com títulos e cargos, em detrimento das elites da terra.
- A alternativa C é a resposta, pois a política externa do período joanino apresentou caráter expansionista. Em 1809, D. João ordenou a ocupação de Caiena (Guiana Francesa), que permaneceu sob domínio português até 1815. No mesmo período, a Coroa ordenou a intervenção na região platina, anexando o território que corresponde ao atual Uruguai. A nova província do Império, denominada Cisplatina, permaneceu anexada ao Brasil até 1828.



- A alternativa D está incorreta. A abertura dos portos às nações amigas (1808), a revogação do Alvará de 1785 e a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido (1815) contribuíram para que o Brasil progressivamente tivesse seu status de colônia alterado.
- A alternativa E está incorreta, afinal a instalação da Corte no Brasil foi acompanhada pelo recrudescimento da política fiscal, gerando contestações à sua autoridade na região de Pernambuco, em 1817.

Gabarito: C

29. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

Em 1824, um movimento eclodiu em Pernambuco como reação às pretensões absolutistas de D. Pedro I, intitulado

- A) Revolução Praieira.
- B) Revolução Pernambucana.
- C) Confederação do Equador.
- D) Insurreição Pernambucana.
- E) Cabanada.

Comentários

- A alternativa A está incorreta. A Revolução Praieira foi um movimento ocorrido durante o Segundo Reinado, no qual se buscou a recondução dos chamados praieiros no poder e a realização de diversas reformas defendidas no chamado Manifesto do Mundo.
- A alternativa B está incorreta. A Revolução Pernambucana foi um movimento de caráter separatista e republicano ocorrido durante o governo joanino, sendo considerada pelos historiadores como a primeira experiência de governo autônomo exitosa anterior à independência.
- A alternativa C é a resposta. Liderada por setores médios da província Pernambucana, a Confederação do Equador se levantou contra o autoritarismo de D. Pedro I e defendeu a implantação de uma República federalista e o fim do tráfico de escravos.
- A alternativa D está incorreta. A Insurreição Pernambucana é o nome dado ao processo de expulsão dos holandeses da região Nordeste, entre 1645 e 1654.
- A alternativa E está incorreta. A Cabanada foi um movimento ocorrido em Pernambuco entre 1832 e 1835, durante o período provincial.

Gabarito: C

30. (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

O final do século XVIII e o início do século XIX foram marcados pela difusão de ideias iluministas e anticolonialistas no Brasil, especialmente em sociedades secretas e instituições de ensino. São exemplos de espaços de articulação contra a Coroa ou de propagação de ideias iluministas, EXCETO:

- (A) Aerópago de Itambé.
- (B) Academia dos Suassunas.
- (C) Sociedade Literária do Rio de Janeiro.
- (D) Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.



(E) Cavaleiros da Luz.

Comentários

- A alternativa A está correta. O Aerópago de Itambé foi uma sociedade secreta formada em Pernambuco e contrária à continuidade do domínio português sobre a região.
- A alternativa B está correta. A Academia dos Suassunas era uma sociedade secreta formada após o fechamento do Aerópago de Itambé, em 1802. Sua sede ficava no engenho Suassuna, cujos donos participaram de uma conspiração contra a Coroa.
- A alternativa C está correta, afinal a Sociedade Literária foi a organizadora da Conjuração Carioca, movimento investigado pelas autoridades coloniais devido a leitura de obras iluministas.
- A alternativa D está incorreta, afinal o IHGB foi fundado durante o período regencial, sendo um importante centro de estímulo ao nacionalismo entre as elites no Segundo Reinado.
- A alternativa E está correta. Cavaleiros da Luz era uma loja maçônica composta pelas elites letradas de Salvador e que se inspirava na leitura de textos de Voltaire e Rousseau para empreender críticas contra o governo.

Gabarito: D

31 - (Estratégia Militares 2020 – Inédita – Prof. Marco Túlio)

A Guerra da Cisplatina, conflito que se estendeu entre os anos de 1825 e 1828, apresentou como uma de suas consequências

(A) a constituição da República Oriental do Uruguai, criada como um Estado tampão para garantir o equilíbrio entre o Brasil e a atual Argentina na região.

(B) a inserção do atual território uruguaio ao território brasileiro, por determinação do príncipe regente D. João e em represália à invasão de Portugal pela França.

(C) o aumento do prestígio de D. Pedro I, que após vencer o conflito com a província rebelde desfrutou de um período de estabilidade durante seu governo.

(D) a abdicação de D. Pedro I, que cercado pelas tropas cisplatinas contrárias ao seu poder autoritário, foi forçado a retornar para Portugal.

(E) a consumação das finanças do Estado brasileiro, o que levou o governo central a solicitar empréstimos junto a instituições inglesas e argentinas.

Comentários

- A alternativa A é a resposta. O processo de independência da Cisplatina foi apoiado militarmente pelas Províncias Unidas do Prata (atual Argentina), que planejavam anexar o território. Embora derrotado o Império brasileiro, um acordo mediado pelos ingleses estabeleceu que a região se tornaria um “estado-tampão”, garantindo o equilíbrio entre as duas principais forças na região do Prata.
- A alternativa B está incorreta, afinal a invasão da região por tropas joaninas aconteceu antes da Guerra da Cisplatina.
- A alternativa C está incorreta, afinal o Brasil foi derrotado no conflito, que culminou com a separação da Cisplatina e a criação da República Oriental do Uruguai.
- A alternativa D está incorreta, afinal as tropas cisplatinas não chegaram a se mobilizar até o Rio de Janeiro, embora os gastos da guerra tenham contribuído para a crise do Primeiro Reinado.
- A alternativa E está incorreta, pois o Brasil não mantinha relações bancárias com a Argentina, país com o qual concorria pela hegemonia da região do Prata.

Gabarito: A



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim de mais uma aula do nosso curso! Você deve ter reparado que os conteúdos aqui abordados não foram muito recorrentes nas provas da ESA nos últimos anos, mas isso não é motivo para desconsiderá-los, afinal nunca se sabe quando podem ser cobrados! Relembre os pontos importantes da nossa aula:

- Principais medidas administrativas e econômicas do período joanino;
- As características importantes da Constituição de 1824;
- A Insurreição Pernambucana, a Confederação do Equador e Guerra da Cisplatina;
- Partidos políticos do período regencial;
- A Guarda Nacional e o Ato Adicional;
- Revoltas do período regencial;

Bom, se todos os tópicos listados estiverem tranquilos, nosso objetivo foi cumprido! Agora, se pintou aquela dúvida, volte às nossas aulas, e reveja o conteúdo. Persistindo os sintomas, me procure no **Fórum de Dúvidas!** Estarei à disposição para ajudá-lo!

Bons estudos,
Prof. Marco Túlio



@profmarcotulio



/marcotulio.gomes.186

11. REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. *A monarquia brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil no contexto da história ocidental: ensino médio*. 8ª ed. São Paulo: Atual, 2003.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

FREITAS NETO, José Alves de; TASINAFO, Célio Ricardo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Harbra, 2006.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

